ISSN 2316-7300

informação arquivística

Revista da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro-RJ | vol. 6 | nº 2 | julho-dezembro 2017

ISSN 2316-7300
informação arquivística

Editorial

EDITORIAL – 11ª EDIÇÃO

Nesta edição, a revista *Informação Arquivística* traz 6 artigos provenientes dos trabalhos vencedores do "Prêmio REPARQ 2017", concedido pelo Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ), no âmbito da V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (V REPARQ), realizada entre os dias 07 e 10 de novembro de 2017, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte-MG.

O FEPARQ, por intermédio da realização da REPARQ e de outros canais, tem promovido, desde 2010, um diálogo contínuo e efetivo entre os representantes da Arquivologia no Brasil e, consequentemente, um ambiente de trocas de experiências e vivências adquiridas no âmbito da pesquisa e do ensino na área. Os compromissos assumidos pelo FEPARQ foram declarados em 2010, em Brasília-DF, na Universidade de Brasília (UnB), por ocasião da 1ª edição da REPARQ, dentre os quais destaca-se: (1) fomentar novos patamares à qualidade do ensino e da pesquisa da Arquivologia no país; (2) contribuir para o amadurecimento da área como campo científico, proporcionando maior visibilidade à área; (3) acompanhar e subsidiar a demarcação da Arquivologia, sobretudo com a construção de uma consciência coletiva da comunidade brasileira; e (4) colaborar com a consolidação da institucionalização da Arquivologia como campo científico autônomo, porém sem deixar de dialogar com as áreas afins e a sociedade.

Concorreram ao "Prêmio REPARQ 2017" 23 trabalhos: 07 artigos provenientes de TCC (graduação), 10 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado. Todos os trabalhos concorrentes foram defendidos entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016. Para o julgamento dos trabalhos, foram nomeadas as seguintes comissões: 1 - Prêmio "Melhor Tese" – Titulares: Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos (presidente), Prof. Dra. Maria Tereza Navarro de Brito Matos e Prof. Dra. Luciana Heymann, Suplente: Prof. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo; 2 - Prêmio "Melhor Dissertação" – Titulares: Prof. Dra. Angélica Alves da Cunha Marques (presidente), Prof. Dra. Ana Celeste Indolfo e Prof. Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca, Suplente: Prof. Dra. Ivana Denise Parrela; 3 - Prêmio de "Melhor Artigo Proveniente de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em

Arquivologia" – Titulares: Prof. Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (presidente), Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo e Prof. Dra. Rosanara Pacheco Urbanetto, Suplente: Prof. Dra. Natália Bolfarini Tognoli.

As Comissões Julgadoras dos prêmios "Melhor Tese" e "Melhor Dissertação" avaliaram os trabalhos levando em consideração os seguintes critérios: a) relevância do tema para a Arquivologia, a pertinência do objeto e dos objetivos; b) pertinência e adequação das opções teóricas e metodológicas; c) coerência e profundidade da discussão científica, demonstrando domínio da literatura pertinente; d) clareza e objetividade da apresentação dos resultados; e) qualidade da linguagem científica escrita, observância das normas de redação da língua portuguesa e dos padrões de normalização e formatação dos trabalhos acadêmicos. Por sua vez a Comissão Julgadora Prêmio de "Melhor Artigo Proveniente de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquivologia" avaliou os artigos levando em consideração a qualidade acadêmica, a redação, a pertinência e o desenvolvimento do tema. O objetivo do FEPARQ ao promover tais premiações foi fomentar "a difusão da produção teórica, crítica, reflexiva e à pesquisa sobre temáticas abrangidas pela área de Arquivologia".

Corroborando com as expectativas do FEPARQ ao promover a premiação e buscando cumprir os objetivos da revista *Informação Arquivística,* de ser um canal para diálogo entre pesquisadores e profissionais da Arquivologia e de contribuir para a ampliação de debates críticos relacionados às questões da área e seus desdobramentos, o Conselho Editorial da revista convidou os agraciados nas categorias "Melhor Tese" e "Melhor Dissertação" para publicarem, em conjunto com seus orientadores, um artigo sobre seus trabalhos. Além disso, decidiu publicar, na íntegra, os artigos agraciados com prêmio "Melhor Artigo proveniente de Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Arquivologia".

Na ocasião, o Prêmio "Melhor Tese" foi conferido à Dra. Cintia Aparecida Chagas Arreguy, autora da tese "Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil". A tese foi orientada pelo Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio e foi defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG). O Prêmio "Melhor Dissertação" foi conferido ao Me. Cássio Murilo Alves Costa Filho, autor da dissertação "Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante

ao Pós-custodialismo: o modelo australiano *records continuum* como instrumento de elucidação". A dissertação foi orientada pelo Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB). A comissão julgadora do prêmio também decidiu conceder menção honrosa a Me. Thiara dos Santos Alves, pela produção da dissertação "A família ocupacional 'Arquivistas e Museólogos': posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego", orientada pela Prof. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari e defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG). Foi conferido a Karina Xavier Holstein o 1º lugar do Prêmio "Melhor Artigo proveniente de Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Arquivologia". Seu trabalho intitulado "Uma análise dos concursos públicos para arquivistas no Brasil" foi orientado pelo Prof. Dr. Moisés Rockembach do Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O 2º e o 3º lugares foram conferidos aos trabalhos de duas alunas do Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Camilla Campoi de Sobral foi agraciada com o 2º lugar do Prêmio pelo artigo "Antropologia das emoções em arquivos pessoais: a interdisciplinaridade como instrumento", orientado pela Prof. Me. Patricia Ladeira Penna Macêdo. Mariana Zampier de Almeida foi agraciada com 3º lugar pelo trabalho intitulado "Filmografia sobre Frei Tito: o audiovisual como documento memorialístico", cuja orientação foi do Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis. Mediante o exposto, esta edição da revista *Informação Arquivística* encontra-se estruturada da seguinte forma:

O primeiro artigo, de Cintia Aparecida Chagas Arreguy e Renato Pinto Venâncio, ***Políticas Públicas e Legislação Arquivística no Brasil***, discute os conceitos de política pública e política pública arquivística e apresenta um panorama do processo de tentativa de implementação de uma política pública arquivística no Brasil, com base no modelo sistêmico.

O artigo de autoria de Cássio Murilo Alves Costa Filho e Renato Tarciso Barbosa de Souza, cujo título é ***Compreendendo o records continuum: contextualização, objetivos e reflexões***, aborda as principais características do modelo *records continuum*, desenvolvido na Austrália, bem como as noções de *series system* e *recordkeeping*.

Com o artigo ***Panorama da dissertação A família ocupacional "arquivistas e museólogos": posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego***, Thiara dos Santos Alves e Helena Maria Tarchi Crivellari, apresenta-nos uma reflexão crítica sobre o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a fim de apoiar o aperfeiçoamento deste instrumento classificatório, possibilitando que o uso da CBO, nas estatísticas de trabalho, possa revelar efetivamente o perfil de emprego de cada um destes profissionais.

Panorama sobre concursos públicos em Arquivologia no Brasil é o artigo de Karina Xavier Holstein e Moisés Rockembach. Os autores identificam características de seleções públicas para Arquivistas no Brasil por meio da análise de questões contidas em provas de concurso público aplicadas no país.

Camilla Campoi de Sobral e Patrícia Ladeira Penna Macêdo, no artigo ***Antropologia das emoções em arquivos pessoais: a interdisciplinaridade como instrumento***, fazendo uso dos aportes teóricos das Ciências Sociais sobre emoções, num diálogo interdisciplinar com a Arquivologia, utilizam como objeto de análise o arquivo Lucia Velloso Maurício, presa entre 1971-1974 durante o período da Ditadura Militar no Brasil, com o objetivo de potencializar as maneiras de se pensar os arquivos pessoais.

Por sua vez, em ***Filmografia sobre Frei Tito: o audiovisual como documento memorialístico***, Mariana Zampier de Almeida e João Marcus Figueiredo colocam em pauta a imagem e o som enquanto documentos memorialísticos, identificando a ressignificação de documentos de arquivo diante de narrativas já existentes.

Feitas as devidas apresentações, desejo a todos a uma ótima leitura! Que os artigos desta edição promovam excelentes e frutíferas reflexões; e que estimulem, no cenário brasileiro, uma produção contínua, progressiva e de qualidade por discentes, docentes e pesquisadores de Arquivologia.

Saudações arquivísticas!

Dr. Welder Antônio Silva

Conselho Editorial - *Informação Arquivística*
Coordenador do FEPARQ – biênio 2016-2017
Professor Adjunto do Curso de Arquivologia da UFMG
Bacharel em Arquivologia e Doutor em Ciência da Informação

ISSN 2316-7300
informação arquivística
Artigo

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL[1]

Cintia Aparecida Chagas Arreguy[2]

Renato Pinto Venâncio[3]

RESUMO

Apresenta resultados parciais de tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2016. Discute conceitos relativos à política pública e política pública arquivística. Traz um breve panorama do processo de tentativa de implementação de uma política pública arquivística no Brasil, com base no modelo sistêmico e conclui pela inadequação desse modelo para esse tipo de política em um país de regime federalista como o Brasil.

Palavras-chave: Política arquivística. Brasil. Administração pública. Sistemas de Arquivos.

[1] Artigo baseado na tese *"Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil"*, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG) e agraciada com o título de **Melhor Tese** do "**Prêmio REPARQ 2017**", concedido na V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).

[2] Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG) e do PPGCI/UFMG; Doutora em Ciência da Informação pela UFMG, Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP) e graduada em História pela UFMG. E-mail: cintia.arreguy@gmail.com.

[3] Professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pesquisador do CNPq; Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre pela Universidade de São Paulo (USP), doutor pela Universidade de Paris IV - Sorbonne e pós-doutorado pela USP. E-mail: venancio.renato@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Nesse artigo, resultante de tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada "Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil" (ARREGUY, 2016), são discutidos aspectos conceituais relativos às políticas públicas em geral e especificadamente às políticas públicas arquivísticas, com o objetivo de situar a razão da formulação de uma legislação arquivística no Brasil, bem como os caminhos e dificuldades para sua implementação.

O artigo se divide em três seções, a primeira delas, intitulada "Política pública", traz os conceitos de política e política pública, assim como aspectos relativos às fases de um ciclo de política pública. A segunda seção, intitulada "Política pública arquivística", traz informações e conceitos acerca das políticas públicas arquivísticas, situando-as no escopo maior das políticas públicas informacionais. A terceira seção, intitulada "Política pública arquivística federal", traz uma breve análise dessa política no nível federal no Brasil. A quarta seção, "Sistemas e redes de arquivos", apresenta uma breve discussão conceitual sobre redes e sistemas de arquivos, situando a constituição de políticas públicas arquivísticas no Brasil tendo em vista, respectivamente, o primeiro e o segundo modelo.

2 POLÍTICA PÚBLICA

Com o objetivo de compreender o que seja uma política pública na área de arquivos, são necessárias algumas definições, principalmente aquelas referentes à política pública, em si. Manuel Vázquez define esta última como: "Conjunto de metas y objetivos que tienden a elevar la calidad de vida de una comunidad, mediante recursos existentes o a crearse, que se plasma en directivas y luego legislación" (VÁZQUEZ, 2015, p. 94).

Já o termo política pública, de acordo com José Enrique Saraiva,

> Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAIVA, 2006, p. 29).

Assim uma política pública teria como objetivo manter ou modificar a realidade. Para tanto, devem ser alocados recursos no sentido de possibilitar que seus objetivos sejam alcançados, pode-se dizer, portanto, que a alocação de recursos é um indicador importante para a percepção da implementação ou não de uma política pública. Segundo Roosevelt Brasil Queiroz (2007), o termo "política pública" é empregado de várias formas.

> [...] como campo de atividade governamental (ex.: política social, política agrícola etc.); como objetivo ou situação desejada (ex.: estabilizar a moeda); como um propósito específico (ex.: política de inflação zero); como uma decisão de governo frente a uma situação emergencial (ex.: decretar uma situação como de calamidade); como um programa (ex.: programa de combate à mortalidade infantil), entre outras. (QUEIROZ, 2007, p. 69).

Em seu livro "Formação e gestão de políticas públicas", Queiroz utiliza a definição de política pública como *programa*, tal definição será também a utilizada ao longo desse trabalho, qual seja: "... um conjunto de ações inter-relacionadas que visa enfrentar um problema social ou atender a uma demanda da sociedade" (QUEIROZ, 2007, p. 70). Destaca-se, contudo, ser necessário considerar as diferentes etapas de um ciclo de política pública, conforme se verá mais adiante.

No entanto, para que um problema ou demanda passe a ser objeto de atenção de uma política pública, segundo o mesmo autor, é necessário "que tenha importância social e que os atores nela interessados possuam poder de barganha política suficiente para que seja inserido na agenda de prioridades de um determinado governo ou instituição que fomente políticas públicas" (QUEIROZ, 2007, p. 70). Assim, para que algo se torne objeto de uma política pública, não basta importância social, pois o poder de barganha dos envolvidos é fator determinante. Tendo em vista tal perspectiva, pode-se avançar uma primeira questão: acredita-se que a importância social da gestão, preservação e acesso aos arquivos é inegável, contudo talvez o problema resida no baixo poder de barganha dos agentes envolvidos nessa política. Queiroz destaca que os resultados de uma política pública tendem a expressar a concepção teórica ou visão que seus

formuladores adotaram. Contudo, de acordo com sua visão, a participação da sociedade no processo de formação e gestão das políticas é fundamental para um controle mais efetivo delas, no sentido de sua real implementação. Do ponto de vista da participação da sociedade, Queiroz esclarece que existem duas principais formas de abordagem: a política pública vista como o "Estado em ação" ou a política pública vista como uma construção coletiva. O autor defende a segunda abordagem, como a mais apropriada aos estados democráticos.

> Nessa interpretação, as políticas públicas resultam da interação entre atores coletivos e individuais (associações e classe, sindicatos, instituições governamentais e não governamentais, empresas privadas, entre outros), que se relacionam de maneira estratégica para articular e fazer valer seus interesses (QUEIROZ, 2007, p. 77).

Assim as políticas públicas em estados democráticos são resultantes de diferentes forças, colaborando para a construção de algo que é coletivo. Seu processo de formação "... pode ser visto como um jogo social entre atores que interagem em situações formais e informais" (QUEIROZ, 2007, p. 80). Elas operam dentro de um contexto específico de instituições existentes em determinado território, não se dão em ambientes passivos.

> [...] o modelo de políticas públicas universais, próprio do planejamento de viés normativo supõe equivocadamente que as políticas possam ser aplicadas com independência da sua situação no tempo ou no espaço geográfico. Isso não funciona em ambientes democráticos. Neles, as políticas públicas resultam de trocas complexas entre os atores (pessoas e instituições) envolvidos ao longo do tempo, e a sua capacidade em cooperar ao longo da formulação e da execução de uma política são fatores cruciais para o seu sucesso (QUEIROZ, 2007, p. 81).

Em outras palavras, as políticas públicas refletem, nas sociedades democráticas, as interações entre diversos atores (pessoas e instituições) na esfera pública. Para Jurgen Habermas, essa instância é mediadora entre Estado e Sociedade:

> A esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade. Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar (HABERMAS, 2003, p. 91).

Portanto, a "esfera pública" torna possível a emergência da política enquanto campo racional, sendo definida como:

> [...] uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (...) A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado para o entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo não com as funções, nem com os conteúdos da comunicação cotidiana (HABERMAS, 1997, p. 57).

A ideia de ciclo de política pública, por sua vez, está presente em textos de diversos autores. De acordo com José Maria Jardim (JARDIM, 2006), a análise de políticas tende a ser dividida em três fases sucessivas, conformando um ciclo que se realimenta. As fases são: formulação, implementação e avaliação. Roosevelt Brasil Queiroz (QUEIROZ, 2007) divide o ciclo de uma política pública nas seguintes etapas: Formulação; Execução; Avaliação; Reprogramação. Já José Henrique Saraiva (SARAIVA, 2006) destaca que as etapas normalmente consideradas em matéria de política pública, quais sejam: formulação, implementação e avaliação carecem de uma maior especificação para a análise de políticas públicas na América Latina. Ele considera necessário distinguir os conceitos de "elaboração" e de "formulação": a) elaboração é a preparação da decisão política; b) formulação é a decisão tomada por um grupo político, ou pelo Congresso Nacional, assim como sua formalização por meio de uma norma jurídica. Da mesma forma, esse autor também faz a distinção entre a implementação propriamente dita, considerada como a preparação para a execução (elaboração de planos, programas e projetos) e a execução, ou seja, a decisão política colocada em prática. Assim, Saraiva descreve o processo de política pública em sete etapas ou momentos. O primeiro momento para ele é o de "agenda", inclusão de determinado pleito ou necessidade na lista de prioridades do poder público. A "inclusão na agenda" é...

> [...] o estudo e a explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir *status* de "problema público", transformando-os em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia. Frequentemente, a inclusão na agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas (SARAIVA, 2006, p. 33).

O segundo momento para ele é o de "elaboração", que consistiria na identificação e delimitação de um problema para a comunidade, a determinação de alternativas para sua solução, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma dessas alternativas e o estabelecimento de prioridades. O terceiro momento seria o de "formulação", "que inclui a especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que

explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro". (SARAIVA, 2006, p. 33). O quarto momento é a "implementação", constituído pelo planejamento e organização do aparelho administrativo, recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para a execução de uma política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la. O quinto momento é a "execução". Trata-se de colocar em prática efetiva a política, sua realização. Inclui o estudo dos obstáculos que se opõem à obtenção dos resultados e, especialmente, a análise da estrutura administrativa existente, ou seja, a burocracia em sua forma racional-legal (WEBER, 1982) ou então modelos administrativos gerenciais pós-burocráticos (VASCONCELOS, 2004).

O sexto momento é o "acompanhamento", que teria como objetivo fornecer informações necessárias para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos. O último momento descrito por ele é a "avaliação", sendo a "mensuração e análise, *a posteriori*, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas" (SARAIVA, 2006, p. 34- 35). De acordo com o autor, essa é a área da política pública que mais tem se desenvolvido nos últimos tempos.

Após a descrição dessas etapas, Saraiva esclarece que, na prática, elas ocorrem de forma habitualmente desordenada e improvisada; contudo, as etapas mencionadas geralmente estariam presentes.

3 POLÍTICA PÚBLICA ARQUIVÍSTICA

A definição do que seria uma política arquivística é essencial para a compreensão da realidade que será analisada ao longo desse trabalho. Para tanto, buscou-se algumas definições de autores consagrados na área de arquivos. De acordo com Carol Couture, uma política de gestão de arquivos seria "uma forma combinada e refletida para implementar os meios pelos quais lidar de forma eficaz e eficiente com todos os

documentos que uma organização produz como parte de suas atividades" (COUTURE, 1998, p. 2, tradução nossa)[4].

Outro autor que apresenta uma definição para política arquivística é Manuel Vazquez, segundo ele política arquivística:

> Es aquella política que formula objetivos y propone los medios apropiados para servir a los derechos y necesidades de la sociedad en su conjunto; de las instituciones productoras/receptoras de los documentos; de los interesados individuales o instituciones y, por último, de los investigadores retrospectivos (VAZQUEZ, 2015, p. 94).

José Maria Jardim, por sua vez, define políticas públicas arquivísticas como

> [...] o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2006, p. 10).[5]

Segundo esse último autor, tais políticas constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais, contudo ressalta que, em algumas situações, as políticas públicas arquivísticas são concebidas e implementadas ignorando-se as demais políticas públicas de informação existentes. O contrário também acontece: públicas de informação são implementadas desconhecendo-se por completo as peculiaridades do universo arquivístico (JARDIM, 2006).

Como se pode observar pelos conceitos apresentados, os dois últimos autores convergem em relação à importância e à função social dos arquivos. Estes devem servir aos direitos e necessidades da sociedade como um todo. Contudo Jardim enfatiza os muitos esforços necessários à implementação e avaliação das políticas arquivísticas. Em se tratando das políticas informacionais, segundo ele, o alcance de seus intentos estaria associado ao comprometimento do Estado, com o uso adequado da informação pela administração pública e à garantia do acesso da sociedade civil à informação

[4] Couture, Carol et Rousseau, Jean-Yves. Les archives au XXe siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche . Montréal, Secrétariat général, Service des archives, Université de Montréal, 1982, p. 15 *apud* COUTURE (1998). Texto original: "*une façon concertée et réfléchie de mettre en place les moyens qui permettent d'organiser et de traiter de façon efficace et rentable, l'ensemble des documents que produit une organisation dans le cadre de ses activités*."

[5] Destaca-se aqui o uso da expressão "informação arquivística". Nesse caso, o autor utiliza o termo como sinônimo de "documento arquivístico". De acordo com PAIVA e ARREGUY (2015), outros autores como Vanderlei Batista dos Santos (SANTOS, 2005) e Luiz Carlos Lopes (LOPES, 2009), têm utilizado essa expressão como sinônimo do termo "documento arquivístico".

governamental (JARDIM, 2006), direito que promove a transparência da tomada de decisão, assim como é capaz de gerar novas demandas úteis à sociedade e potencialmente geradoras de novas políticas públicas. Já no que diz respeito aos arquivos, alguns obstáculos seriam "o grau de reconhecimento da importância da informação arquivística e das instituições e serviços arquivísticos pelo Estado e a sociedade civil" e "a capacidade política e técnico-científica" das instituições arquivísticas públicas identificarem e lograrem formular, executar e avaliar políticas públicas arquivísticas" (JARDIM, 2006, p. 12).

Vazquez (2015) afirma que a política arquivística não é uma regra imutável, sendo uma ferramenta flexível que atende a duas vertentes: o serviço jurídico-administrativo e patrimônio documental. Tal característica - sua flexibilidade ou dinamismo - é apontada por José Maria Jardim (2006) como algo característico das políticas públicas, daí a importância de sua avaliação por distintos atores, favorecendo modificações inevitáveis ao longo do tempo.

Após demonstrar, por meio de exemplos, o poder dos documentos de arquivo para a transformação social, sobretudo da vida dos menos favorecidos, Vazquez (2015) defende a ideia de que a política arquivística do século XXI coloca como compromisso dos arquivistas estarem a serviço da cidadania, sobretudo dos mais fracos e marginalizados. Assim, apresenta um novo usuário do arquivo: a sociedade civil. Os arquivistas e os arquivos devem, portanto, adequar sua política aos requisitos de informação e abertura para consulta de toda a série documental de qualquer instituição governamental ou privada que diga respeito a interesses da comunidade local, municipal ou nacional, garantindo a transparência democrática. Como promotores da democracia, os arquivos devem servir à sociedade em que se inserem. Considera-se que sem arquivos não há transparência e sem transparência não há democracia. Para Vazquez: "No puede prevalecer la privacidad, so pena de convertir los archivos en aguantaderos de corrupción" (VAZQUEZ, 2015, p. 98).

A formulação de uma política arquivística é um ponto muito importante, porém não pode ser confundida com a política em si. Assim, COUTURE (1998) defende que é essencial ter os textos jurídicos e administrativos mais específicos sobre a organização dos arquivos e considera que a falta de uma base jurídica sólida piora ainda mais o mal-entendido de que os arquivos são vítimas por parte dos funcionários e do público em

geral. Para ele, a legislação arquivística é essencial e encontra-se no "coração do arquivo", é sua base jurídica. Alerta, no entanto, que a simples existência de uma lei não é tudo, ela deve ser parte de uma política de arquivos cujos componentes são uma legislação e regulamentação, os recursos (humanos, materiais e financeiros) e um programa de intervenção. Essa política deve ser parte do sistema nacional de informação que, por sua vez, deve fazer parte do plano de desenvolvimento nacional.

Em relação à Lei de Arquivos, o autor faz uma análise dos fatores que afetam seu alcance. Segundo ele, para que ela possa ser acreditável, aplicável e sustentável, deve ser concebida levando-se em conta as condições de cada país, considerando sua Constituição, práticas administrativas, tradições arquivísticas, necessidades e expectativas dos usuários. Além disso, o grau de centralização dos estados também deve ser considerado. Nos casos de regimes federalistas, tal organização resulta em grandes disparidades e inconsistências gritantes, devido à falta de direção central e orientação global. Nesse caso, os entes federativos tenderiam – embora isso não possa ser garantido a priori – a uma harmonização, respeitando-se as respectivas responsabilidades de cada unidade da federação. (COUTURE, 1988). O segundo elemento a ser considerado na análise do alcance de uma política arquivística diz respeito ao grau de vontade das autoridades no que diz respeito à organização dos arquivos e à intensidade dos esforços que os arquivistas estão dispostos a investir para o convencimento dos governos quanto ao caráter essencial da política de arquivos. Trata-se de um dos problemas mais complexos de uma política pública arquivística, pois os gestores responsáveis pela tomada de decisão devem ser convencidos, por subordinados, a respeito do caráter essencial da referida política para a ação política, econômica e social. O terceiro elemento é que a Lei de Arquivos faz parte de um planejamento estratégico em que os arquivistas e usuários desempenham um papel fundamental. Como qualquer planejamento, inclui uma etapa de avaliação da situação e a participação de arquivistas e usuários no processo de sua constituição. O quarto elemento é o grau de implementação da Lei de Arquivos. O autor destaca que, muitas vezes, a legislação de arquivos, uma vez adotada, é ignorada fora da instituição arquivística, devido à indiferença dos serviços administrativos, que eventualmente não existem ou cujos objetivos nem sempre cumprem requisitos óbvios colocados no campo da Lei de Arquivos. Nesse caso registra-se um déficit de cidadania por parte de pesquisadores e do público em geral, que não sabe aproveitar

suficientemente os direitos garantidos a eles. Daí a necessidade de se treinar e sensibilizar tanto os funcionários, no que se refere a suas obrigações, como o público em geral, quanto aos seus direitos. Um quinto elemento são os custos da aplicação da Lei de Arquivos. Qual será o impacto orçamentário dela? Quais são os custos para sua manutenção?

A legislação, segundo essa perspectiva, não pode ser confundida com ações concretas, além dela, há que se desenvolver ferramentas e disponibilizar recursos financeiros proporcionais à extensão do domínio de aplicação da lei. Um sexto elemento é a necessidade de harmonização e unificação das leis que se relacionam com os conceitos de acesso, comunicação, informação e arquivos. Assim, além da Lei de Arquivos, são necessárias leis de acesso à informação e leis relacionadas ao direito à privacidade. O sétimo elemento é o tempo de aplicação. Não se pode esperar uma imediata aplicação das leis de arquivos, há que se considerar um período de tentativa e erro. O autor alerta que se deve ter cuidado com calendários de aplicação e desempenho irrealistas, que podem desencorajar profissionais, minar a credibilidade das intervenções arquivísticas e reduzir a confiança dos clientes (administradores, pesquisadores e público em geral) (COUTURE, 1998).

Há, contudo uma frequente confusão entre legislação arquivística e política arquivística. Segundo José Maria Jardim (2006), a legislação fornece os elementos normalizadores à política arquivística, não sendo em si mesma uma política, ainda que esta, "quando adequadamente concebida possa ser um poderoso instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos" (JARDIM, 2006, p. 10). Outro aspecto destacado é a aparente falta de decisão nas políticas públicas arquivísticas no Brasil. Segundo ele, em alguns casos, as não-decisões assumem o caráter de decisões. Essa falta de decisão seria, então, um ato de poder e não a falta de poder, "...diferente da decisão que não se toma por falta de poder ou por inércia ou por inépcia" (JARDIM, 2006, p. 8).

A análise de políticas arquivísticas deve responder a uma série de questões, segundo José Maria Jardim:

> Existe uma política arquivística?
> Se não existe uma política, por que tal ocorre? Foi formulada, publicizada e não executada? Não foi formulada? Foi anunciada, mas não formulada?
> Se existe uma política arquivística, o que faz a administração pública federal, estadual ou municipal em termos da execução dessa política?

> Quais os atores, do Estado e da sociedade civil, envolvidos na formulação, execução e avaliação dessa política?
> Quais os atores do Estado e da sociedade civil que são objeto da política arquivística?
> Quais são as consequências dessa política junto à administração pública e à sociedade?
> Qual a principal autoridade, do Estado, envolvida nessa política?
> Quais as medidas concretas que expressam a política arquivística? Quais e como são comunicados seus objetivos ao conjunto da sociedade?
> Quais as ações potencialmente relacionadas com a política arquivística e que não são objeto de decisões por parte da autoridade governamental?
> Quais os textos legais que constituem referências para essa política? Além do aspecto legal, qual o alcance e repercussões políticas e técnico-científicas desses textos legais?
> Quais os seus impactos esperados e os resultados inesperados? (p. 13)
> Quais os conceitos que norteiam a formulação, execução e avaliação da política arquivística?
> Como a política arquivística expressa transversalidade em relação a outras políticas públicas no campo da informação e de outros setores do Estado? (JARDIM, 2006, p. 14).

Segundo esse autor, o debate sobre políticas públicas arquivísticas ainda merece maior verticalização por parte das instituições arquivísticas e da academia. A tese de doutorado intitulada "Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivística municipais" (ARREGUY, 2016) tem como objetivo fornecer respostas a algumas dessas perguntas, contribuindo para o debate acadêmico sobre o tema.

4 REFLEXÕES ACERCA DA CONSTITUIÇÃO UMA POLÍTICA PÚBLICA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

O processo de formulação e implementação de uma política arquivística no Brasil foi objeto de estudo de diversos pesquisadores, entre eles, Santos (2008; 2014), Jardim (1987; 1995c; 2014), Lopes (2009). Esses autores abordam as principais influências e atores na formulação dessa política, bem como os limites colocados para sua efetiva implementação.

4.1 Décadas de 1940, 50 e 60: a atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público e a gestão de José Honório Rodrigues frente ao Arquivo Nacional

Considera-se a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, em 1938, como um momento de ruptura na administração pública brasileira, dando início a um debate a respeito da adoção dos procedimentos da administração científica (SANTOS, 2008). O DASP foi criado pelo Decreto-Lei n. 579, de junho de 1938, (BRASIL, 1938). diretamente subordinado à Presidência da República e tinha atribuições nas áreas de organização e métodos, execução orçamentária, administração de pessoal e material. Por meio do DASP, os serviços de arquivos, assim como outras áreas como Administração, Economia e Engenharia foram beneficiados pela constituição de um corpo profissional burocrático de Estado a partir do ingresso no serviço público de um grupo de profissionais qualificados em diversas carreiras, assim como seu aperfeiçoamento. Entre as principais medidas nessa área estão a regulamentação de cursos específicos, a realização de concursos e o encaminhamento de profissionais para estudarem no exterior. No início década de 1940, o DASP promoveu concursos para os cargos das carreiras de arquivologista e arquivista. O primeiro, encarregado das funções de planejamento, organização e orientação e o segundo, que atuaria como auxiliar do primeiro (SANTOS, 2014)6.

Entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, a gestão de José Honório Rodrigues, à frente do Arquivo Nacional, foi fundamental para o desenvolvimento da área. Durante esse período, visitaram o Arquivo Nacional os arquivistas Henri Boullier de Branche, da França e Teodore Schellenberg, dos Estados Unidos. "Boullier de Branche colaborou no Curso de Arquivos e dirigiu um grupo de profissionais na elaboração do Inventário Sumário da Secretaria da Marinha" (SANTOS, 2014, p. 38). Ele elaborou, ainda, um "Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil", abordando aspectos relativos ao planejamento, gestão administrativa e técnica de uma instituição arquivística e apontou para a necessidade da criação de uma escola de arquivistas (SANTOS, 2014).

Em sua curta visita ao Brasil, nos primeiros meses de 1960, Theodore Schellenberg produziu um relatório intitulado *Arhival problems of the federal governmet of Brazil*, datado de março de 1960. Nessa época, Schellenberg era vice-diretor do National

[6] Paulo Elian dos Santos (2014) destaca também o pioneirismo na área de arquivos da Fundação Getúlio Vargas, criada no final da década de 1950, com o objetivo de realizar estudos e pesquisas no campo da administração pública e privada e promover a capacitação de pessoal para o desempenho dessas atividades.

Archives dos Estados Unidos e professor da American University de Washington. (LOPES, 2009: 61-62).

As recomendações do arquivista norte-americano e suas observações sobre a situação brasileira são marcadas, ainda nos dias de hoje, por sua atualidade. Schellenberg, entre outros aspectos, criticou a baixa importância da autoridade arquivística no país e a posição, a seu ver, inadequada, do Arquivo Nacional na estrutura do governo central, subordinado à época ao denominado Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Criticou as condições físicas do prédio ocupado pela instituição arquivística federal que, além de inadequado à guarda e conservação de documentos, não possuía mais espaço para recolhimentos. Também sublinhou aspectos relativos a problemas da formação e do treinamento do pessoal para os trabalhos arquivísticos. As suas recomendações finais foram as seguintes: uma legislação que protegesse os documentos valiosos; planos ordenados de avaliação, considerando-se, em especial, o problema da transferência da capital; um arquivo intermediário central, que ele denominou de "depósito arquivístico temporário", no Rio de Janeiro; construção, em Brasília, de edifícios para "depósito arquivístico nacional e central", isto é, uma futura sede para o Arquivo Nacional (LOPES, 2009).

Cabe ressaltar que, em 1959, José Honório Rodrigues escrevera um relatório baseado na leitura de todos os relatórios do Arquivo Nacional desde o ano de 1844 até o momento em que assumira a direção da instituição. Nesse relatório, o então diretor destacava em suas conclusões que:

> O Arquivo Nacional, raras vêzes (sic) ou nunca, mereceu atenção governamental – porque foi excessivamente histórico, e por isso desvalorizou-se. Seu remoçamento depende do estabelecimento de objetivos político-administrativos, e subsidiàriamente (sic) históricos (RODRIGUES, 1959, p. 64).

Outro aspecto apontado Rodrigues era a necessidade de uma lei nacional de arquivos com o objetivo de tornar obrigatório o recolhimento. Segundo ele, um projeto de Lei dos Arquivos Nacionais, inspirado na legislação especializada de países como Estados Unidos, União Soviética, Alemanha, Inglaterra, França, Suécia e Holanda, deveria ser preparado pelo Conselho de Administração de Arquivos, instituído pelo Regimento de 1958, com a participação dos dirigentes dos órgãos estaduais. (RODRIGUES, 1959).

Entre suas ações frente à instituição, José Honório Rodrigues também estimulou a tradução de textos de Shellenberg. Em 1959, foi traduzido o *Manual de Arquivos*, escrito originalmente em língua inglesa. Na nota preliminar do manual em língua portuguesa, José Honório Rodrigues afirma:

> Creio, assim, que este livro pode marcar bem claramente a fase de renovação que se empreende. Quando Michelet, aos 8 de novembro de 1830 , penetrou pela primeira vez no Palácio Soubise e viu documentos amontoados até sob o peristilo das colunas quebradas, assim definiu o Arquivo Nacional: uma imensa necrópole. Foi esta, exatamente, a visão que tive do Arquivo Nacional ao assumir-lhe a direção. Espero que nunca mais ele volte a dar esta impressão a qualquer consulente ou visitante nacional ou estrangeiro (SCHELLENBERG, 1959, p. 8).

No que tange à constituição de um sistema de arquivos no nível nacional, o então diretor geral do Arquivo Nacional, no início dos anos 1960, chegou a elaborar, juntamente com uma comissão nomeada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores à época, um anteprojeto com a proposta de criação de um Sistema Nacional de Arquivos no Brasil. Em um contexto bem diferente, novo projeto foi elaborado em 1978. Nenhum dos dois foi implementado (JARDIM, 1995c).

4.2 A constituição de uma legislação arquivística

Os anos 1980 foram especialmente profícuos para o Arquivo Nacional e para o desenho de uma política arquivística para o Brasil.

> [...] nessa década, ocorreu um conjunto de processos que se inicia em 1980, com a direção-geral de Celina Vargas do Amaral Peixoto no Arquivo Nacional, e culmina com a aprovação da Lei n. 9159 de 8 de janeiro de 1991. É possível que esse "ciclo renovador" da Arquivologia no Brasil, nos anos 1980, tenha-se encerrado ou, no mínimo, adquirido novos contornos, a partir da aprovação dessa lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados (JARDIM, 2014, p. 143).

Quando Celina Vargas assumiu a direção do Arquivo Nacional, em 1980, produziu um diagnóstico em que apresentava a situação de abandono físico, a inadequação do órgão aos formatos mais modernos de administração pública, o total desconhecimento sobre a metodologia adotada em outros países e a incapacidade de reflexão sobre os erros técnicos que vinham sendo adotados, ano após ano, sem qualquer questionamento. Tal diagnóstico norteou as transformações pelas quais o Arquivo

Nacional passou nos anos 1980. Sua reconfiguração tem o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) como marco. O SINAR foi instituído por meio do Decreto 82.308, de 1978, tendo nascido sob várias críticas do ponto de vista arquivístico (JARDIM, 2014).

Na gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto, foi retomada a perspectiva de uma Lei de Arquivos. Em setembro de 1980 formou-se uma comissão ministerial para "apresentar sugestões legislativas para as questões de arquivos" e a versão final do anteprojeto foi publicada no Diário Oficial de 1 de junho de 1981, tendo recebido sugestões para aprimoramento oriundas de vários órgãos. Em 23 de outubro de 1981, uma nova versão do anteprojeto, com a incorporação das propostas dos órgãos consultados, foi apresentada pelo Arquivo Nacional à mesma comissão.

> A Exposição de motivos que encaminhou o anteprojeto de lei à Presidência da República foi assinada pelo Ministro da Justiça em 4 de outubro de 1982. Após esse encaminhamento, o anteprojeto foi objeto de considerações por parte do Ministério da Educação e Cultura, Estado Maior das Forças Armadas e Conselho de Segurança Nacional. (JARDIM, 2014, 156).

A proposta de lei encontrou objeções no Ministério da Educação e Cultura e houve ainda algumas considerações feitas pelo Estado Maior das Forças Armadas, ouvidos os Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica e o Conselho de Segurança Nacional. Em 3 de dezembro de 1984, após a incorporação das sugestões, o anteprojeto foi encaminhado pela Presidência da República ao Congresso Nacional. Durante dois anos, o projeto tramitou por diversas comissões e, em face da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, foi retirado pelo próprio Arquivo Nacional, tendo em vista que a instituição havia assumido a iniciativa da defesa da proposição de elevar à categoria de norma constitucional o princípio do acesso do cidadão à informação pública e que se atribuísse à administração pública a incumbência da gestão dos documentos governamentais. O direito à informação acabou sendo consolidado no artigo 5º da Constituição. Com a promulgação, em 1988, da Constituição, a opção da Direção-Geral do Arquivo Nacional foi de rever o anteprojeto enviado em 1984. Assim, o novo anteprojeto foi encaminhado ao Ministério da Justiça, apontado por ela como uma versão mais moderna e atualizada, compatível com a nova Carta constitucional (JARDIM, 2014).

A Lei de Arquivos foi finalmente aprovada pelo Congresso Nacional, em 8 de janeiro de 1991. Segundo Jardim:

> A aprovação da Lei 8.159 após dez anos de debates e algumas dificuldades político-institucionais talvez tenha sido uma das maiores evidências das conquistas arquivísticas na década de 1980 (JARDIM, 2014, p. 160).

Assim, somente a partir da Lei 8159/1991 foi legalmente sancionado um corpo normativo de políticas públicas de arquivos no Brasil. No entanto, as pesquisas a respeito da real implantação dessa legislação têm revelado uma fraca adesão a ela por parte da administração pública brasileira (INDOLFO, 2013b). A não implementação da função arquivística da avaliação é apenas uma parte do problema. Entre as principais deficiências encontradas, estão: falta de tratamento arquivístico dos acervos desde sua produção até sua destinação final; ausência de planos de classificação e tabelas de temporalidade; baixo prestígio e pouca visibilidade das instituições arquivísticas; falta de pessoal qualificado para lidar com a documentação; falta de instalações adequadas para a guarda da documentação em todas as fases do ciclo de vida ou do *continuum* de documentos; quase ausência de centros de arquivamento intermediário. Esses problemas são apenas uma pequena parte da questão que tem como principal consequência a produção de enormes massas documentais que se acumulam nos órgãos da administração pública. Sobre esse tema, Renato Tarciso Barbosa de Sousa (1997), Luiz Carlos Lopes (1993), José Maria Jardim (1987; 1995a) e Ana Celeste Indolfo (2013a; 2013b) produziram importantes reflexões. De acordo com o primeiro autor, a perda de controle do acervo e a dificuldade de acessar informações registradas são as principais consequências dessa acumulação desordenada (SOUSA, 1997). De acordo com Luiz Carlos Lopes:

> A solução para o problema das massas documentais acumuladas, vulgarmente conhecidas como arquivos mortos, é um dos grandes desafios da arquivística no Brasil. Trata-se de uma situação que se repete melancolicamente em todo o país. Qualquer organização pública ou privada, com mais de dois anos de existência, convive com o dilema do que fazer com os documentos acumulados no decurso de suas funções. O poder público em suas várias esferas, a área privada e mesmo pessoas físicas em seus escritórios ou residências são tangidas a guardar cada vez maior quantidade de documentos (LOPES, 1993, p. 41).

Passados 25 anos da publicação da Lei de Arquivos no Brasil, ainda são atuais as críticas apresentadas por José Maria Jardim em seu artigo "*A invenção da memória nos arquivos públicos*", publicado na revista *Ciência da Informação*, em 1995. Segundo Jardim:

> As instituições arquivísticas públicas brasileiras apresentam aspectos comuns no que se refere às suas características fundamentais. Trata-se de organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos

> considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico, ignorando a gestão de documentos correntes e intermediários na administração que os produziu. A lógica de constituição desses acervos de valor 'permanente' resulta, em geral, menos de uma política de recolhimento por parte dos arquivos públicos do que de ações isoladas, associadas a determinadas situações, como a extinção de órgãos públicos, falta de espaço físico em determinadas repartições etc. A prática de avaliação é quase sempre desconhecida por parte das instituições arquivísticas, quando ocorrem estes recolhimentos. Após o recolhimento, atividade pouco frequente nos arquivos públicos brasileiros, a salvaguarda dos documentos na instituição confunde-se com um processo de sacralização que implica sua transmutação em acervo "histórico" (JARDIM, 1995a, p. 7).

Segundo esse autor, em outro texto, publicado em 1987 "[...] o modelo de instituição arquivística pública em vigor no Brasil está mais próximo do século XIX do que do XXI". (JARDIM, 1987, p. 4). O fato é que a valorização do arquivo enquanto lugar de guarda de preciosidades históricas ainda prevalece. Aliada a essa visão, a subordinação administrativa de parte dos arquivos públicos às secretarias de cultura tem reforçado esse papel (JARDIM, 1987).

Além de Theodore Schellenberg e Boullier de Branche, outros estrangeiros estiveram no Brasil analisando a situação dos arquivos. Em agosto de 1978, o arquivista e historiador francês Michel Duchein esteve no Brasil visitando arquivos estaduais, municipais, federais e alguns privados no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Niterói e Brasília. Duchein destacou o fato de inexistirem à época leis federais sobre o assunto, a precariedade do prédio do Arquivo Nacional e de outras instituições de arquivo, apontou, também, pontos positivos, como a riqueza e a difusão de algumas publicações arquivísticas brasileiras, a importância da Associação dos Arquivistas Brasileiros e os projetos em discussão no sistema nacional de arquivos. Duchein analisou e fez sugestões em relação aos currículos dos cursos de arquivologia do país e enfatizou a necessidade de dotar o Brasil de uma legislação arquivística. Em 1982, Duchein visitou novamente o Brasil e produziu um relatório que, resumidamente, trata da inexistência de uma legislação federal; inexistência de um corpo científico de arquivistas; inadequação e precariedade da sede do Arquivo Nacional; e falta de solução para o problema de arquivamento intermediário federal no Rio de Janeiro e em Brasília. (LOPES, 2009, p. 70-72).

Os problemas apontados nos diversos relatórios se repetem. Todos eles tratam da legislação como um elemento central, porém, mais do que leis, é preciso um verdadeiro

reconhecimento do papel social dos arquivos. Esse reconhecimento passa pela legislação, mas é profundamente ancorado em ações práticas como a garantia de infraestrutura aos arquivos para a implementação de fato de uma política arquivística. Cabe ressaltar que não se constitui uma política apenas por meio de leis. Sem ações práticas, a lei tende a tornar-se letra morta.

5 SISTEMAS E REDES DE ARQUIVOS: DEFINIÇÕES E APLICAÇÕES

Ao se discutir a implementação de uma política arquivística no Brasil, a organização em sistemas de arquivos aparece com certa frequência. Tal ideia presente tanto no nível federal como estadual e municipal tem se tornado naturalizada e carece de aprofundamento teórico. Porém, é bastante escassa a bibliografia referente ao assunto, assim como também o é a bibliografia referente a redes de arquivos.

Conforme já foi visto, as primeiras iniciativas para a criação de um sistema nacional de arquivos datam dos anos 1960, sob a gestão de José Honório Rodrigues, que chegou inclusive a formular um anteprojeto, porém somente em 1978, tal formulação aconteceu de fato. Ainda que não implementado imediatamente, sua reconfiguração aconteceu somente nos anos 1980, na gestão de Celina Vargas frente ao Arquivo Nacional. Contudo, antes dessas iniciativas ocorreram outras igualmente importantes. Uma delas foi liderada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), instituição fundada em 1945, com o objetivo de ampliar as bases e benefícios da educação e cultura entre os países do mundo (JARDIM, 2010, p. 157-170). A UNESCO estimulou programas que visavam à criação de sistemas de informação e planejamento na área de educação e cultura. Um exemplo disso foi o surgimento, em 1974, do Sistemas Nacionais de Informação (NATIS), que previa a planificação das infraestruturas nacionais de bibliotecas e arquivos, assim como da área de documentação. O objetivo era o de criar sistemas de informação que conectassem e permitissem a consulta dos acervos dessas instituições. Tal iniciativa, criada bem antes da generalização da internet, dependia de um grande programa de planejamento dos sistemas institucionais, objetivo que se estendeu até a década de 1990 e que pressupunha uma estreita interação entre as políticas arquivísticas e biblioteconômicas, assim como as políticas na área de informática e telecomunicações (JARDIM, 2010, p. 166). Com base no modelo do NATIS, "la UNESCO

publicó, em 1974, la obra de Delmas y D´Olier *La planificación de la infraestruturas nacionales de documentación, bibliotecas y archivos: esbozo de uma politica general"* (JARDIM, 2010, p. 168-169).

As avaliações dessa experiência, desde o início de sua implantação, não foram positivas (CARROLL, 1976). A razão de sua problemática implementação decorria, entre outros motivos, do fato de esses sistemas pressuporem formas de organização político-constitucional centralizados e não federalistas: "El modelo de sistema propuesto está caracterizado por um elevado grado de centralización que se aproxima más a los modelos de Estado unitário que federal" (JARDIM, 2010, p. 168-169). Apesar de difícil implementação, tal iniciativa difundiu em muitos países latino-americanos e africanos o conceito de "sistema de arquivos".

Antes de avançar nessa discussão, faz-se necessário definir o que seriam os "sistemas". A chamada Teoria Geral de Sistemas (TGS), surgiu com os trabalhos do biólogo alemão Ludwing von Bertanlanffy.

De acordo com Chiavenato (2003), os pressupostos básicos da TGS são:

> a) Existe uma tendência para a integração das ciências naturais e sociais.
> b) Essa integração parece orientar-se rumo a uma teoria de sistemas.
> d) (sic) A teoria de sistemas constitui o modo mais abrangente de estudar os campos não-físicos do conhecimento científico, como as ciências sociais.
> e) A teoria dos sistemas desenvolve princípios unificadores que atravessam verticalmente os universos particulares das diversas ciências envolvidas, visando ao objetivo da unidade da ciência.
> f) A teoria dos sistemas conduz a uma integração na educação científica. (CHIAVENATO, 2003, p. 474).

Os sistemas apresentam características próprias e o principal aspecto desse conceito é a ideia de conjunto de elementos interligados, formando um todo que possui características próprias, não encontradas em nenhum dos elementos que o compõem, isoladamente. Dois conceitos, propósito e globalismo, retratam duas características básicas do sistema. (CHIAVENATO, 2003). Assim, todo "sistema tem um ou alguns propósitos ou objetivos. As unidades ou elementos (ou objetos), bem como os relacionamentos, definem um arranjo que visa sempre um objetivo ou finalidade a alcançar" (CHIAVENATO, 2003, p. 475- 476). Já o conceito de globalismo ou totalidade expressa que:

> Todo sistema tem uma natureza orgânica, pela qual uma ação que produza mudança em uma das unidades do sistema deverá produzir mudanças em todas

> as outras unidades [...] O efeito total dessas mudanças ou alterações proporcionará ajustamento em todo o sistema (CHIAVENATO, 2003, p. 476).

Em relação ao conceito de sistemas, Edgar Morin esclarece, por sua vez, tratar-se de um termo geral. Segundo ele, "tudo que era matéria no século passado tornou-se sistema (o átomo, a molécula, o astro), tudo aquilo que era substância vital tornou-se sistema vivo; tudo aquilo que é social foi sempre concebido como sistema". (MORIN, 2007, p. 257). De acordo com a visão desse autor, a teoria dos sistemas não se constituiria em "um princípio de nível paradigmático: o princípio novo é o holismo, que procura a explicação no nível da totalidade e se opõe ao paradigma reducionista, que procura a explicação no nível dos elementos de base" (MORIN, 2007, p. 257). A tese de Morin é a de um paradigma sistêmico, que deveria estar presente em todas as teorias, oposto à ideia de teoria geral ou específica de sistemas. O paradigma novo trazido pela ideia de sistema já havia sido exprimido por Pascal, conforme cita Morin: "Considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes." (MORIN, 2007, p. 259). Morin avança nessa discussão sobre sistemas caracterizando as relações todo-partes e conclui propondo a ideia de sistema como um conceito complexo. Na sua visão:

> O paradigma de simplificação holística conduz a um funcionamento neototalitário e integra-se adequadamente em todas as formas modernas de totalitarismo. Conduz, em todo caso, à manipulação das unidades em nome do todo. Pelo contrário, a lógica do paradigma de complexidade não só vai no sentido de um conhecimento mais "verdadeiro", mas também incita à procura de uma prática e de uma política complexas... (MORIN, 2007, p. 264)

Ele conclui definindo o sistema não como uma palavra-chave para totalidade, mas como uma "palavra-raiz" para complexidade.

De acordo com JARDIM (1995b), as noções de sistema de arquivos e de sistema nacional de arquivos são pouco frequentes na literatura internacional, aparecendo algumas vezes com uma definição mais próxima de rede do que de sistema. Já na literatura nacional, o mesmo autor aponta que a noção de sistema de arquivos mostra-se mais frequente. Em suas palavras:

> Se, por um lado, o projeto de Sistema Nacional de Arquivos reificado nos últimos trinta anos sugere uma configuração teórica, jurídica e operacional sem paralelos com ouros países, durante o mesmo período observa-se a consolidação da noção de sistema de arquivos na prática arquivística brasileira. Trata-se, também neste caso, de uma conformação teórico-operacional

> inusitada quando analisada à luz da teoria arquivística internacional e da própria Teoria Geral dos Sistemas. (JARDIM, 1995b, p. 13).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define Sistema de Arquivos como "Conjunto de arquivos (2) que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na persecução de objetivos comuns" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 156). Esclarece-se que a definição de arquivos a que remete o conceito é de "Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) aos documentos"(ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27). Assim, o sistema de arquivos é o conjunto de instituições ou serviços arquivísticos. Outro aspecto importante desse conceito apresentado no dicionário do Arquivo Nacional é o fato de não haver correspondência entre o termo nos outros idiomas referenciados no dicionário (alemão, espanhol, francês, inglês e italiano). A única correspondência apresentada é com a "rede de arquivos", no português de Portugal. Cumpre esclarecer que redes e sistemas são conceitos diferentes e que pressupõe formas diferentes de trabalhar os conjuntos que reúnem. Já o Dicionário de Terminologia Arquivística da Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) define Sistema de Arquivos como:

> Conjunto de **arquivos** (2) de uma mesma esfera governamental ou de uma mesma entidade, pública ou privada, que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na consecução de objetivos técnicos (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 77, grifos nossos).

Semelhantemente à definição do Arquivo Nacional, na definição do dicionário da ARQ-SP, esse conceito remete ao de "arquivos" como "Entidade administrativa responsável pela **custódia**, pelo **tratamento documental** e pela utilização dos **arquivos** (1) sob sua jurisdição". Esse dicionário apresenta como termos equivalentes a sistemas de arquivos os termos "sistema archivístico", em espanhol e também ao termo "rede de arquivos". Outro aspecto importante dessa definição é o fato de os arquivos constituintes do sistema estarem em uma mesma esfera governamental ou de uma mesma entidade, pública ou privada. Ora, o modelo de sistemas, que pressupõe objetivos comuns somente se aplicaria a entidades de uma mesma esfera governamental ou de uma mesma entidade, pois, caso contrário, o próprio princípio da federação, no caso brasileiro, estaria sendo ferido. Dessa forma, falar em um **sistema** nacional de arquivos

pode significar uma imprecisão terminológica ou em um uso inadequado do termo sistema.

Uma busca no *Multilingual Archival Terminology* (INTERNATIONAL CONCIL ON ARCHIVES, 2016), do Conselho Internacional de Arquivos, pelo termo em português "sistema de arquivos" não obteve resultados. Foi feita também a busca do termo espanhol "sistema archivístico" e também se obteve resultado nulo. Do mesmo modo, uma busca pelo termo "rede de arquivos" também não obteve resultado. O *Multilingual Archival Terminology* é uma base de dados online interativa, mantida pelos usuários (profissionais, acadêmicos, pesquisadores e estudantes da área de arquivos na comunidade internacional). Não se trata, portanto, da visão de um país ou região, sendo assim, a ausência de referência a "sistemas de arquivos" ou "redes de arquivos" pode demonstrar seu pouco reconhecimento e uso no plano internacional.

Cabe ainda mencionar a justaposição dos dois termos conforme é registrada na legislação de alguns países. Na Colômbia, por exemplo, a Lei 80, de 1989, criou o "Sistema Nacional de Archivos" que tem por objetivo "planear y coordinar la función archivística en toda la Nación, salvaguardar el patrimonio documental del País y ponerlo al servicio de la comunidad". Essa legislação gerou ambiguidades em relação à instituição responsável pelo planejamento do sistema, levando à aprovação da Lei 594, de 2000 (COLOMBIA, 2000), que...

> [...] definió los órganos asesores del Sistema, reglamentado por el Decreto 4124 de 2004 el cual fue posteriormente derogado por el Decreto 2578 de 2012 el cuál reglamenta el **Sistema Nacional de Archivos y establece la Red Nacional de Archivos** (SISTEMA NACIONAL DE ARCHIVOS, 2016, grifo nosso)

Esse último marco normativo, conforme é possível observar, não contrapõe "sistema" a "rede". Ao contrário, o sistema existe para viabilizar a rede nacional de arquivos.

Outras pesquisas sugerem a pouca importância dessas categorias no campo arquivístico. Por exemplo, uma busca simples no "Google", com a expressão "sistema de arquivos", traz cerca de 376 mil resultados. Percebe-se, contudo, que, nas duas primeiras páginas retornadas de acordo com a relevância, somente aparecem referências à área de informática. Referências à área de arquivologia aparecem a partir terceira página, o que

pode significar a pouca relevância do termo para a área em comparação com a definição da área de informática.

Já em relação ao modelo de redes de arquivos, as principais referências encontradas na literatura referem-se a Portugal. A Rede Portuguesa de Arquivos apresenta como pressuposto para a rede a "existência de uma estrutura de entidades ligadas por interesses comuns, com o objectivo de partilhar recursos e de realizar acções comuns das quais advenha proveito mútuo" (BARBEDO, 2008, p. 4). A ideia de uma Rede Portuguesa de Arquivos pressupõe a colaboração mútua, o compartilhamento de recursos, com o objetivo de oferecer apoio mútuo às entidades produtoras e detentoras de arquivos, tendo como fim o acesso aos acervos custodiados por tais entidades. Trata-se muito mais de uma colaboração no sentido de unificar padrões de descrição e acesso, de modo a garantir que os arquivos portugueses, sejam eles públicos ou privados, trabalhem de forma integrada para garantir o acesso qualificado ao cidadão.

De acordo com documento da Rede Portuguesa,

> Uma rede de arquivos corresponde a um conjunto de entidades detentoras que funcionam de modo integrado e articulado na prossecução de objectivos comuns. Tais objectivos passam pela vontade de partilhar informação e tornar acessíveis conteúdos de arquivo, organizados numa rede constituída por padrões laterais e horizontais de intercâmbio, fluxos independentes de recursos e linhas recíprocas de comunicação4. (BARBEDO, 2008, p. 5).

Um aspecto reforçado na rede é autonomia dos participantes. Não há uma subordinação a um órgão central. Trata-se de uma colaboração que pressupõe regras para adesão, com o intuito da manutenção da autonomia das partes, ao mesmo tempo que oferece mecanismos para a obtenção resultados. Assim, de acordo com o Barbedo a informação é matéria-prima em circulação na rede. Essa informação é "disponibilizada através de prestação de serviços especializados, relativa ao fornecimento de conteúdos de arquivo (imagens, documentos, meta-informação), mas também outro tipo de serviços que se pretende implementar" (BARBEDO, 2008, p. 6).

O modelo de governança da Rede Portuguesa incorpora um misto de centralização e de descentralização:

> A centralização comporta vantagens como um maior controlo, custos menores e uma optimização das novas tecnologias, isto é, as decisões devem ficar o mais próximo possível da fonte de informação e do campo de acção para que sejam rápidas e bem fundamentadas. Algumas decisões devem ser centralizadas para o benefício de toda a hierarquia. Assim, decisões de longo prazo, envolvendo altos

> custos e impacto, devem ser tomadas no topo da hierarquia, pela entidade gestora da Rede. A descentralização também apresenta vantagens, nomeadamente a nível operacional, permitindo uma agilidade e independência benéficas ao funcionamento da Rede. (BARBEDO, 2008, p. 15-16).

A aplicação de um modelo de redes parecido com o de Portugal, no Brasil pode trazer algumas vantagens em relação ao modelo de sistemas, parcialmente presente em nossa realidade. A garantia de autonomia das partes é de fundamental importância, pois o regime federalista não comporta a subordinação de um ente em relação ao outro. Isso é válido não só na relação do Arquivo Nacional com os arquivos estaduais e municipais, como também dos arquivos estaduais em relação aos municipais. Desde a Constituição de 1988, o município é um ente federativo, portanto deve formular e aprovar suas respectivas leis de arquivo e de acesso à informação. Em outras palavras, deve criar seu próprio sistema de arquivos, caso este seja o modelo escolhido. A atuação em rede poderia ser a forma mais eficaz de promover o trabalho compartilhado em constelações de sistemas de arquivos municipais, estaduais e federais, assim como entre instituições públicas e privadas.

Tratar de integrar arquivos em rede em um país com as dimensões continentais do Brasil pode trazer grandes benefícios. O compartilhamento dos escassos recursos destinados aos arquivos tem o potencial de produzir melhorias significativas nas áreas de gestão de documentos, descrição e acesso. Tais vantagens passam pelo desenvolvimento coletivo de sistemas informáticos e o compartilhamento de tais sistemas. Considera-se que sistemas como os de gestão arquivística de documentos são caros e de difícil implementação e, quando de seu desenvolvimento, podem ser firmadas parcerias entre diversas entidades de caráter similar, levando a um benefício mútuo. O mesmo seria possível esperar de sistemas de descrição e acesso a documentos de arquivos permanentes. Inúmeras são as iniciativas dispersas pelos mais variados arquivos nos níveis estadual ou municipal que poderiam ser compartilhadas no intuito de evitar duplicação de esforços.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de finalizar, cabe retomar algumas questões acima apresentadas. Conforme foi visto, as noções de sistema e rede, geralmente, não são empregadas de forma estritamente técnica, por vezes confundindo-se. Então, qual seria o motivo de se tratar aqui desses termos? Ora, uma questão fundamental nessa discussão é que a noção de "sistema de arquivos", tal como foi desenhada na década de 1970, no âmbito da UNESCO e de maneira mais intensa a partir do NATIS, alterou profundamente a própria definição das funções dos arquivos públicos e dos serviços arquivísticos, principalmente nos países então definidos como do terceiro mundo, ou seja, subdesenvolvidos, que estavam alijados das discussões mais avançadas e que contavam com pouquíssimos profissionais da área. No Brasil, até a referida década, a visão que prevalecia em relação arquivos públicos era semelhante à do século XIX, ou seja, tais instituições tinham a função de custear os registros da memória nacional ou regional e servir de suporte à pesquisa histórica. A partir da generalização da noção de sistema de arquivos, essa situação foi alterada. Conforme documentos revelam, desde a década de 1970, as agências de governo dos países que reconheciam a UNESCO começaram a receber diagnósticos que mencionavam a necessidade da gestão de documentos como "dominio de la gestión administrativa general con vistas a asegurar la economía y la eficacia de las operaciones desde la creación, mantenimiento y utilización, hasta la afectación final de los documentos" (UNESCO, 1979 apud PEIS; RUIZ RODRIGUES, 2016, p.2)[7]

Em outras palavras, os arquivos passaram a ser vistos como ferramentas da modernização administrativa, garantindo economia de recursos e eficiência na recuperação da informação para fins administrativos. Conforme pesquisadores observaram, acrescenta-se à visão do "carácter histórico de la documentación de archivo" uma perspectiva que visa a "economía y eficácia" e a incorporação do fazer arquivístico "aplicados al ciclo de vida completo" (PEIS; RUIZ-RODRIGUEZ, 2016, p.2). Esse tipo de conceituação colaborou para as mudanças que começaram a ser implementadas em vários Arquivos nacionais da América Latina. Salvo as pesquisas de

[7] UNESCO. Consultation d'experts en vue de l'etablissement d'un programe a long terme en matière de gestion des documents et des archives (RAMP) dans le cadre du programe general d'information. Rapport final, 14-16 mayo 1979 (PGI-79/WS/10).

José Maria Jardim, pouco ainda foi discutido e pesquisado para saber até que ponto, no Brasil, a tentativa de criação de um sistema nacional de arquivos em 1978 deve às políticas propostas pela UNESCO. O mesmo pode ser afirmado em relação às mudanças acima indicadas, registradas no período seguinte.

Enfim, desde a década de 1930 registra-se, no âmbito da administração pública brasileira, um esforço para entender a questão da documentação e dos arquivos. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, isso irá se corporificar na legislação federal. Os percursos dos sistemas estaduais e municipais de arquivos devem muito a esse conjunto de iniciativas e discussões.

PUBLIC POLICIES AND ARCHIVAL LEGISLATION IN BRAZIL

ABSTRACT

It presents partial results of doctoral thesis defended in the Graduate Program in Information Science of the Federal University of Minas Gerais in 2016. It discusses concepts related to public policy and archival public policy. It gives a brief overview of the process of attempting to implement an archival public policy in Brazil, based on the systemic model and concludes that this model is inappropriate for this kind of policy in a country with a federalist regime like Brazil.

Keywords: Archival policy. Brazil. Public administration. Archive Systems.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p. (Publicações Técnicas, 51).

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil [tese]. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais; 2016.

BARBEDO, Francisco (Coord). **Rede Portuguesa de Arquivos (RPA)**: fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 1: Modelo Conceptual. Lisboa: Direção Geral de

Arquivos – DGARQ, 2008. Disponível em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/rpa_ml.pdf>. Acesso em: 3 de out. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 579. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1938.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. 3. ed. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2012. 127 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 634 p.

COLOMBIA. **Ley nº 594**, de 14 de julio de 2000. Ley Por medio de la cual se dicta la Ley General de Archivos y se dictan otras disposiciones. Santafé de Bogotá, D.C., 14 de julio de 2000. Disponível em: <http://www.UNESCO.org/culture/natlaws/media/pdf/colombia/colombia_ley_594_04_07_2000_spa_orof.pdf>. Acesso em 29 out. 2016.

COUTURE, Carol. Rôle et champ d'application de la législation archivistique. **Ciberlegenda**, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/231>. Acesso em: 5 abr. 2014.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

INDOLFO, Ana Celeste. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na administração pública federal (2004-2012)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14, Florianópolis, 2013. Anais... GT 5 – Política e Economia da Informação. Santa Catarina, 2013a.

_____. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na administração pública federal (2004-2012)**. 312f. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013b.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual Archival Terminology**. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat>. Acesso em: 28 set. 2016.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995a. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>. Acesso em: 23 nov. 2013.

JARDIM, José Maria. **A periferia sem centro**: os arquivos como sistema. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1995b. (Cadernos de Pesquisa, n. 1).

_____. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. p. 143-172.

_____. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul./dez. 1987. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.2,n.2,jul.dez.1987.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n.2, p. 5-16, 2006.

_____. **Políticas y sistemas de archivos**. México: Secretaria General Iberoamericana; Red de Archivos Diplomaticos Iberoamericanos, 2010.

_____. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói, EDUFF, 1995c. 196 p.

LOPES, Luis Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009. 416 p.

_____. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 41-43, jan./abr. 1993. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=5d86a6ef-935b-40c2-9ca9-a41f2b98aa68&groupId=10136>. Acesso em: 7 ago. 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. (Trad. Maria D. Alexandre Maia e Maria Alice Sampaio Dória) Ed. revista e modifica pelo autor – 10ª Ed, Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2007, 350p.

PEIS, Eduardo; RUIZ-RODRIGUEZ, Antonio A. **El archivo como sistema de información**. s/d. Disponível em: <www.ugr.es/~epeis/docencia/archivistica/ruiz3.doc>. Acesso em: 5 out. 2016.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: ED. IBPEX, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório**: teoria e métodos de uma disciplina. 259f. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha et al. (Org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. P. 17-48.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. P. 21-42.

SCHELLENBERG, T. R. **Manual de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.175 p.

SISTEMA NACIONAL DE ARCHIVOS - SNA (Colômbia). Disponível em: <http://www.archivogeneral.gov.co/sna>. Acesso em: 26 out. 2016.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 31-50, jan./jun. 1997. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000002617/137e41e61b59d2343327d9d58a7e6304>. Acesso em: 10 set. 2016.

VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. Racionalidade, autoridade e burocracia: as bases da definição de um tipo organizacional pós-burocrático. **Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 2, p. 199-220, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6534/5118>. Acesso em: 2 mar. 2016.

VÁZQUEZ, Manuel. Hacia uma política archivística. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (Org.) **Archivos y documentos**: textos seminales. São Paulo: ARQ-SP, 2015. p. 94-113.

WEBER, Max. **Burocracia**. Ensaios de Sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora, 1982. 265 p.

Trabalho recebido em: 18 abr. 2018 **Trabalho aceito em: 23 abr. 2018**

ISSN 2316-7300
informação arquivística
Artigo

COMPREENDENDO O *RECORDS CONTINUUM*: CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJETIVOS E REFLEXÕES[1]

Cássio Murilo Alves Costa Filho[2]

Renato Tarciso Barbosa de Sousa[3]

RESUMO

Analisa a origem, o desenvolvimento e o renascimento da abordagem de *continuum* na Arquivologia, bem como investiga as principais características do modelo *records continuum.* Para tanto, apresenta breve histórico da trajetória da Arquivologia na Austrália, destacando seus principais atores e acontecimentos; investiga o *series system* e a noção de *recordkeeping*; e explicita interpretações sobre o modelo. Entende-se que as perspectivas fornecidas pelo modelo *records continuum,* sobretudo no que se refere aos seus múltiplos propósitos, seu caráter espaço-temporal e o uso do valor contínuo, são mais adequadas para o entendimento da complexidade dos documentos digitais.

Palavras-chave: *Records Continuum. Series system. Recordkeeping. Arquivologia australiana.*

[1] Artigo baseado na dissertação "*Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao Pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação*", defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB) e agraciada com o título de **Melhor Dissertação** do "**Prêmio REPARQ 2017**", concedido na V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).

[2] Doutorando em Ciência da Informação, Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB); Analista de Administração Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). E-mail: acosta.cassio@gmail.com.

[3] Professor associado do Curso de Arquivologia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB); Graduado em História e Mestre em Biblioteconomia e Documentação pela UnB e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: renato.sousa1965@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os principais aspectos e apresenta diversas interpretações acerca do modelo *records continuum*, com o fim de elucidar questões que habitualmente suscitam entendimentos controversos. Presume-se que a relevância do ciclo vital dos documentos no âmbito da Arquivologia, e consequentemente da teoria das três idades, está diretamente associada ao emprego regular de uma leitura linear dos processos de gestão de documentos. Contrastando o atual cenário de produção e uso dos documentos arquivísticos com o contexto de surgimento e consolidação do ciclo vital dos documentos, apercebe-se que as distinções entre ambos são desmedidas.

Tal fato, que está terminantemente vinculado às limitações do emprego do ciclo vital dos documentos diante das múltiplas possibilidades proporcionadas pelos documentos digitais, condiciona a visão de arquivistas para a existência de etapas ou fases, espaços e tempos, bem definidos e estanques, para a ocorrência de procedimentos, operações técnicas, processos e funções de forma diacrônica. Considerando o espaço virtual e a imposição de desafios e problemas até então não vislumbrados, conjecturamos que a utilização do mesmo referencial para o alcance de resultados distintos e efetivos pode ser inócua.

A inquirição ora proposta resulta de pesquisa realizada por Costa Filho (2016) a qual analisou o ciclo vital dos documentos e suas possíveis limitações em face das novas perspectivas advindas pelos documentos digitais e elegeu o modelo *records continuum* como mais adequado para a compreensão da atual conjuntura que se apresenta.

A pesquisa revelou-se de grande significância por abordar temática recente, quase inexistente, na pesquisa arquivística brasileira. A partir da identificação dessa lacuna, julgamos que uma interlocução com a teoria arquivística australiana — considerando seus avanços e seu papel de destaque no domínio das discussões da comunidade arquivística internacional — indicou-se bastante conveniente para o cumprimento dos objetivos delineados.

No que se refere aos procedimentos metodológicos utilizados, realizamos vasta pesquisa bibliográfica no âmbito de publicações realizadas nos mais relevantes periódicos que versam sobre temáticas arquivísticas. Os critérios utilizados para a seleção de

trabalhos se basearam em avaliação empreendida pelo *Australian Research Council* (ARC), com a participação de todas as universidades australianas e das principais em âmbito internacional que se dedicam ao estudo da Arquivologia, a qual classificou os periódicos em quatro graus: A+, A, B e C. Os critérios utilizados para inclusão e exclusão de estudos levaram em consideração, principalmente, a relevância do periódico e dos autores para cada tema relacionado ao objeto de estudo.

Acreditamos que o *records continuum* fornece os subsídios teóricos necessários para a compreensão da complexidade trazida pelos documentos digitais. Para tanto, com o intuito de aclararmos essa afirmativa, julgamos de grande expressão a investigação da trajetória da Arquivologia na Austrália, destacando seus principais atores e acontecimentos, e a apresentação de interpretações realizadas por importantes teóricos acerca das facetas do modelo *records continuum*. A partir dessa necessária contextualização, evidenciaremos no que consiste o modelo, quais são seus objetivos e como se dá sua aplicação teórica e prática.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA ARQUIVOLOGIA NA AUSTRÁLIA

No discernimento de Michael Piggott (1998), a história dos arquivos na Austrália segue linhas previsivelmente tradicionais. Sua trajetória se dá com uma soma de fatores relacionados às origens do país, à evolução e às realizações das instituições arquivísticas, das associações de profissionais, das leis, dos eventos e dos praticantes.

Além da trajetória essencialmente tradicional, Piggott (2012) se utiliza de três fatores para abordar a distinção da Arquivologia australiana. O primeiro é o que denomina *archival terroir*. *Terroir* é um conceito referente à produção de vinhos e está ligado às relações entre o solo, o clima e as práticas enológicas aplicadas, que proporcionam características distintas e não explicáveis aos vinhos produzidos. Em relação aos arquivos, a analogia é feita com base nas qualidades particulares de uma sociedade, a qual recebe influências de sua localização, tradição, clima, geologia e geografia, aspectos que influenciam diretamente no registro das atividades de seus membros.

O segundo fator é o individual. Piggott (2012) enfatiza a característica "auto documentarista" do homem, o que implica um modo de manter seus documentos de

acordo com atributos peculiares. O último fator está relacionado à cultura de uma sociedade, que está estreitamente relacionado à noção de documentos arquivísticos como manifestações culturais. Nesse aspecto, o autor sugere como um desafio adicional, o entendimento de como as instituições, os sistemas, as práticas e as terminologias arquivísticas são moldadas por questões que compreendem o contexto histórico, político, intelectual e econômico.

Um importante ponto de partida para tratar da história da Arquivologia australiana é abordar o legado britânico. Piggott (2012) refere-se à forma britânica de gestão de correspondências, que consistia na separação das cartas recebidas e das cópias das cartas enviadas. Essa forma de gerenciamento estendeu-se até a década de 1930, quando foi substituída por dossiês que agrupavam as cartas enviadas às suas respectivas respostas. Os documentos eram produzidos e mantidos na Austrália. Entretanto, devido à grande distância territorial da metrópole, muitos conjuntos de documentos retornavam.

No século XIX, a gradativa concessão de liberdade às colônias britânicas, sobretudo Canadá, África do Sul e Austrália, tornaram esses países praticamente independentes. Em 1901, os seis estados que integravam a Austrália — New South Wales, Queensland, Western Australia, Tasmania, Victoria e South Australia — formam uma federação intitulada *Commonwealth of Australia.* Os primeiros anos da *Commonwealth* não resultaram em uma grande produção documental, uma vez que grande parte das funções estatais permaneceram sob o domínio dos estados. A situação foi modificada na década de 1920, quando o volume de documentos cresceu suficientemente, em virtude dos efeitos da I Guerra Mundial. Segundo o *Australian Law Reform Commission* (1998), tal fato culminou na necessidade de o governo desenvolver uma função arquivística em âmbito federal. O Primeiro Ministro William Morris Hughes solicitou que a *Commonwealth National Library* (CNL) tratasse da questão da eliminação dos documentos produzidos pelos órgãos da *Commonwealth.*

A II Guerra Mundial forneceu o estímulo final para o estabelecimento de uma função arquivística no terreno da *Commonwealth.* Primeiramente, tal qual ocorrido na I Guerra, o volume de documentos cresceu significativamente, o que resultou em uma grande necessidade de otimizar o armazenamento e de estabelecer procedimentos de destinação. Em segundo lugar, a guerra trouxe um maior desvelo para com a preservação dos documentos diplomáticos e estratégicos.

Após campanha de Kenneth Binns, *Commonwealth Parliamentary Librarian,* o Primeiro Ministro John Curtin estabeleceu em junho de 1942 um grupo intitulado *War Archives Committee.* Como medida provisória, a comissão recomendou que as funções referentes aos arquivos fossem partilhadas entre a CNL e o *War Memorial*. Contudo, já havia debates quanto à premência do estabelecimento de um Arquivo Nacional. A designação de Ian Maclean como *Archives Officer* em outubro de 1944, pode ser apontado como o início formal para a instauração de uma função referente ao tratamento dos arquivos em âmbito federal, sobretudo com a criação da *Archives Division* da CNL.

No que se refere às influências recebidas pelos arquivistas australianos, Adrian Cunningham (2005) considera que esses profissionais foram vigorosamente influenciados pela tradição legal e administrativa abordada nas obras do arquivista inglês Sir Hilary Jenkinson. Tal fato deve-se ao fato de Jenkinson ter produzido, até então, o único livro sobre Arquivologia em língua inglesa.

As primeiras décadas dos arquivos australianos foram marcadas pelos embates profissionais entre bibliotecários, que eram favoráveis ao tratamento dos documentos arquivísticos por bibliotecas, e por profissionais que almejavam a autonomia dos arquivos. Os governos estaduais e federal utilizavam bibliotecas para custodiar documentos históricos. Embora as relações entre arquivos e bibliotecas fossem estreitas, já havia controvérsias quanto à inexistência de programas para formação de arquivistas, à falta de representatividade dos interesses arquivísticos nas associações profissionais e, sobretudo, à metodologia para a gestão de documentos arquivísticos.

Um vultoso estímulo para o desenvolvimento da Arquivologia australiana foi a visita do preeminente arquivista americano T. R. Schellenberg, que esteve na Austrália em 1954. Schellenberg permaneceu na Austrália por 6 meses e meio e apresentou uma série de palestras na cidade de Canberra. Sua visita foi fruto de uma demanda dos bibliotecários australianos que buscavam orientações a respeito da administração de arquivos, tendo como fator impulsionador a grande atenção que era dada aos trabalhos da Comissão Hoover pelo governo e jornais australianos da época. Para Johnson (1965), a visita de Schellenberg resultou, indubitavelmente, em um crescimento moral dos arquivistas australianos e desenvolveu um espírito de orgulho dentre o meio, que culminou em um aumento dos esforços para a obtenção da efetiva autonomia dos arquivos.

Durante sua permanência na Austrália, Schellenberg não se furtou em evidenciar seu juízo quanto à distinção da metodologia arquivística para a biblioteconômica, fato que o fez abordar o tema em duas oportunidades. A primeira ocorreu durante sua passagem pela Tasmânia em 1954, ocasião em que encaminhou à equipe da *State Library* um documento denominado "*Problems in the Administration of Archives by Librarians*" — o qual foi utilizado como base para o desenvolvimento do terceiro capítulo de sua famigerada obra *Modern Archives: Principles and Techniques*[4].

Nesse contexto de embates, foi proposto pelo Primeiro-Ministro Robert Menzies, em 1953, um estudo quanto a reorganização da CNL, uma vez que, além de incorporar funções relacionadas à administração de arquivos, possuía mais treze atividades extraparlamentares. A comissão, que ficou conhecida como *Paton Comittee of Inquiry Into the Commonwealth National Library*, decidiu pela saída da *Archives Division* da estrutura da CNL e pela sua transformação em um órgão do governo. Destacamos essa decisão como uma das maiores contribuições de Schellenberg para a Arquivologia australiana, haja vista a forte influência de sua obra para a produção do famigerado *Paton Inquiry*. Tal fato, faz com que Piggott (2012) considere que Schellenberg mereça, mais que qualquer outra pessoa, que lhe seja concedido o crédito pelo estabelecimento futuro do Arquivo Nacional australiano.

Em 23 de março de 1961, tem-se a efetiva separação da *Archives Division* e a mudança de seu nome para *Commonwealth Archives Office* (CAO), que passou a integrar a estrutura do Departamento do Primeiro-Ministro (JOHNSON, 1965). Destacamos, nesse período, a implementação do *Commonwealth Records Series* (CRS) como base para o controle intelectual dos documentos em 1966, o qual será abordado com mais apreço neste artigo.

Outro fator fundamental para consolidação da Arquivologia na Austrália foi a organização dos arquivistas em associações profissionais. A *Archives Section* da LAA estava incumbida em representar os profissionais arquivistas, inclusive abrigando o principal periódico sobre a temática desde 1954, o *Archives and Manuscripts.* As discussões foram

[4] De acordo com Stapleton (1985), a principal obra de Schellenberg foi escrita durante sua permanência na Austrália e teve como motivação a tentativa de fornecer uma outra fonte de conhecimento arquivístico, em língua inglesa, diversa do manual de Jenkinson. Schellenberg também faz menções, no prefácio da obra, ao estímulo fornecido pelas palestras na Austrália. Ademais, julgamos relevante destacar que a obra foi inicialmente publicada na Austrália em 1956 e teve a apresentação da edição original escrita por Harold White.

estimuladas por meio de uma série de publicações e encontros locais, os quais tratavam de outros modelos de associação, principalmente de casos como a *Society of American Archivists e a British Records Association and Society of Archivists* (WILSTED, 1979). Em decorrência, a *Australian Society of Archivists* (ASA) teve seu encontro inaugural nos dias cinco e seis de abril de 1975, em Camberra.

Até 1984, as funções relacionadas aos arquivos da *Commonwealth* eram estabelecidas por meio de decisões administrativas. Nesse lapso, algumas leis administrativas relacionadas diretamente à questão dos arquivos foram promulgadas, como a *Administrative Appeals Tribunal Act,* que criou um tribunal de apelação administrativo, e também a importante *Freedom of Information Act,* que regulamentou o acesso a documentos públicos, em 1982. Os primeiros esforços para a criação de uma lei sobre os arquivos surgiram em 1974, entretanto, devido a outras prioridades legislativas e pelo fato de a Lei de Arquivos ter de ser analisada juntamente com a Lei de Acesso à Informação, já que ambas tratariam de questões referentes ao acesso público de documentos, o atraso foi inevitável. As duas propostas foram submetidas à apreciação do Senado em 1978. Após reuniões de duas comissões, o *Archives Act* encerrou seu trâmite dentro do Parlamento em outubro de 1983, sendo proclamado no dia seis de junho de 1984.

Outro ponto marcante na Arquivologia australiana é o protagonismo das instituições arquivísticas na elaboração de normas relacionadas à gestão de documentos. Destacamos a norma AS-4390, que fornece diretrizes para a criação de políticas de gestão documental e o estabelecimento de procedimentos, sistemas e processos para garantir uma eficaz gestão de documentos, que foi convertida para as normas ISO 15489.1 e 15489.2.

O pioneirismo das instituições arquivísticas australianas no estabelecimento de normas e metodologias para a gestão de documentos digitais durante a década de 1990 pode ser apontado como uma das expressivas contribuições dos australianos para a Arquivologia. Uma das principais características da gestão de documentos digitais australiana, na década de 1990, foi a adoção da estratégia de custódia distribuída, que surgiu como alternativa à cadeia de custódia ininterrupta de Jenkinson.

Ressalta-se que a pesquisa não exauriu completamente os acontecimentos relevantes que integram a trajetória da Arquivologia na Austrália. Existem várias outras iniciativas pioneiras procedentes de instituições públicas, como o *National Archives of*

Australia e os Arquivos dos estados. Ademais, a produção científica mostra-se na vanguarda da pesquisa em Arquivologia internacional, como pode ser verificado nas publicações do periódico *Archives and Manuscripts* e nas bibliotecas de teses e dissertações das universidades australianas.

3 A NOÇÃO AUSTRALIANA DE *RECORDKEEPING*

Dentro do contexto arquivístico australiano, imprescindível se faz abordar a noção de *recordkeeping.* De acordo com Piggott (1998), o termo foi introduzido pela equipe do CAO na década de 1950 e passou a ser bastante utilizado no âmbito do CRS, à medida em que o foco dos arquivistas direcionava-se para o registro de informações acerca do contexto de administrações, órgãos e séries documentais.

Para Duranti e Franks (2015) a articulação de Maclean define o entendimento central de sistemas de *recordkeeping,* que passaram a ser utilizados como entidades contextuais para o entendimento e interpretação dos documentos. Para as autoras, o conceito é frequente na teoria arquivística australiana, sendo usado no *series system* para determinar órgãos independentes, de acordo com a existência ou não de sistemas próprios de *recordkeeping.*

McKemmish (2001) reconhece que o uso australiano do termo *recordkeeping* para categorizar um conceito amplo e inclusivo de processos de gestão de documentos e administração de arquivos permanentes para finalidades correntes, regulatórias e históricas dentro da visão de *continuum*, torna-se confuso em outros contextos. O termo r*ecordkeeping* e suas variações — *record keeping* e *record-keeping* — são usados por outras comunidades para se referir a conceitos mais específicos, como aos sistemas de gestão de documentos.

Para Kate Cumming (2010), a compreensão da noção australiana de *recordkeeping* está diretamente vinculada à noção de documento-como-evidência. Cumming (2010) julga que, em conformidade com essa concepção, a necessidade de preservar a evidência dos documentos foi fundamental para o entendimento do papel do *recordkeeping,* pois o desenvolvimento da preocupação com a gestão adequada dos documentos,

independentemente de sua idade ou condição, estava conectado à captura e manutenção da evidência.

4 O *SERIES SYSTEM* DE PETER SCOTT

A década de 1960 pode ser considerada como o marco para a configuração de uma teoria arquivística própria da Austrália. Tem-se nesse período, além da autonomia da *Archives Division Office,* as mais importantes contribuições de Ian Maclean e seus companheiros.

Cunningham (2005) sinaliza que o trabalho desenvolvido à época era bastante influenciado pelos textos de Sir Hilary Jenkinson e, em consequência, pelo modelo de prática arquivística desenvolvido pelo *Public Records Office*, em Londres. Ademais, havia o legado de Schellenberg, o que levou os arquivistas australianos a tentativas de utilização da abordagem de fundos, em especial do conceito de *record group*.

Maclean constatou que a aplicação da abordagem trazida pelo conceito de *record group* para o controle intelectual dos arquivos australianos era ineficiente. Tendo como base as lições previstas no Manual dos Arquivistas Holandeses, depreende-se que os arquivos só podem ter uma proveniência. Entretanto, Cunningham (2005) entende que tal fato não reflete a realidade. Para o autor, o mundo real é um lugar complexo e tal complexidade resulta em inter-relacionamentos dinâmicos entre diferentes organizações produtoras de documentos. Um exemplo claro dessa complexidade é a constante mudança administrativa nos governos e em grandes corporações.

Cunningham (2007) acentua que de forma instintiva surgiram as primeiras ideias quanto à importância da análise do contexto de produção dos documentos, tendo em vista a verificação dos documentos como produtos de uma história administrativa complexa. No começo da década de 1960, a equipe do CAO, tendo como principais representantes Ian Maclean, Keith Penny e Peter Scott, passa a pensar em uma abordagem alternativa para a descrição e o controle dos documentos. Peter Scott, em 1964, faz a sugestão radical de se abandonar o fundo como principal elemento para o controle intelectual dos arquivos e apresenta como proposta a adoção da série, baseada em funções.

Como solução para os problemas apresentados, Scott (1966) sugere o abandono *do record group* como a primeira categoria de classificação e base para o arranjo físico dos

documentos e propõe a utilização da série como o primeiro nível de classificação. Tal mudança, para o autor, possibilita tanto a manutenção dos documentos no seu contexto administrativo, quanto a manutenção da ordem original, devido a alocação física dos documentos nas séries apropriadas. Outrossim, essa nova sistemática viabiliza a não inclusão das séries em uma ordem física original, pois o contexto administrativo e as associações são registradas em outros instrumentos.

O sistema é construído com base em dois componentes, o controle do documento e o controle do contexto. O primeiro compreende quatro elementos: série, item, documento e informação. As séries, segundo Scott, possuem vínculos "interelementos", realizados com o contexto administrativo, isto é, os órgãos ou pessoas que as produzem ou controlam. Adicionalmente, as séries também possuem vínculos "intraelementos", que são aqueles entre séries anteriores ou posteriores, que se referem a uma mesma função ou que contém informações semelhantes e também aos instrumentos utilizados para controlar as séries, como índices e registros.

No que se refere ao segundo componente do sistema, o controle do contexto, Scott estabelece a existência de quatro elementos básicos: administração[5], órgão[6], família e pessoa. A administração possui vínculos "interelementares" com os órgãos vinculados, por meio de sua estrutura. As administrações também se relacionam com outras diacronicamente — antecedentes e subsequentes — e estruturalmente.

Muitas vezes vista como um ataque ao princípio da proveniência pela comunidade arquivística internacional, Scott possuía um entendimento diverso sobre sua abordagem, já que a considerava um meio mais eficiente de registrar a verdadeira e frequentemente complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento do que o uso da abordagem de fundos. Cunningham considera que a visão australiana não vai de encontro ao determinado pelo princípio da proveniência, haja vista a compreensão de que a proveniência não pode ser reduzida a uma simples relação um a um entre o produtor dos documentos e os próprios documentos. "A visão simplista da proveniência, que é incorporada na abordagem de fundos na descrição arquivística, representa, para nós, uma corrupção do princípio arquivístico de *respect des fonds* (CUNNINGHAM, 2007, p. 81).

[5] Na definição de Scott (1966), *organisation* equivale a um governo ou uma instituição privada.
[6] O termo órgão foi utilizado como correspondente de *agency*, defindo por Scott (1966) como uma parte da *organisation* que possui um sistema de *recordkeeping* próprio.

Em essência, de acordo com Cunningham (2007), o *series system* australiano consiste em dois componentes inter-relacionados:

- Controle do contexto, que é alcançado por meio da identificação e do registro das entidades produtoras de documentos e de outras entidades que fazem parte do ambiente e da documentação das histórias administrativas e biográficas daquelas entidades, suas responsabilidades funcionais e suas relações umas com as outras e com os sistemas de arquivamento por elas mantidos; e
- Controle dos documentos, que é obtido por meio da identificação, registro e documentação das séries documentais e/ou dos itens que as compõem.

McKemmish, Piggott e Reed (2005) consideram Scott um dos primeiros teóricos a desafiar o consenso estabelecido pela abordagem de fundos. No entendimento de Scott, só era possível cumprir com o estabelecido pelo princípio de respeito aos fundos por meio do que ele intitulava "sistemas de controle de contexto", que consistiam em sistemas de descrição de documentos que documentavam documentos e seus contextos. Logo, entende-se que a interpretação de Scott sobre os fundos era uma construção lógica, não física.

Conquanto as ideias de Scott não tenham sido bem aceitas pela comunidade arquivística internacional quando da publicação de seu seminal artigo na *The American Archivist* em 1966, o sistema desenvolvido pelo autor foi de notável significância para o desenvolvimento da teoria arquivística australiana e passou a ser reconhecida no âmbito internacional — mesmo que várias décadas adiante — como de grande importância para a descrição de documentos, para a gestão de documentos digitais e para uma reinterpretação do princípio da proveniência.

Para Cook (1997), a reflexão primordial de Scott foi sobre a constatação de que a tradicional hipótese de relacionamento um-a-um entre os documentos e seu contexto de criação não era mais válida. Ademais, Scott foi responsável por desenvolver um sistema que proporcionava a descrição de múltiplos relacionamentos entre os diversos produtores de documentos e as diversas séries documentais, onde quer que estivessem no *continuum* da gestão de documentos — nos setores de criação, nos arquivos correntes ou em arquivos permanentes. Com base nas proposições de Scott, os arquivistas australianos passaram a desenvolver o *series system,* de modo a adicionar novos relacionamentos. Cook (1997)

destaca as contribuições de Scott para a teoria arquivística e o considera o fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico.

> A contribuição essencial de Scott foi o rompimento (ao invés de uma simples modificação) não apenas com a camisa de força descritiva do *record group* de Schellenberg, mas com toda a mentalidade sobre a "fisicalidade" dos arquivos em que a maior parte do pensamento arquivístico desde o Manual dos Holandeses esteve implicitamente baseada. Dessa forma, como está finalmente sendo reconhecido, Peter Scott é o fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico mundial. Embora ele tenha trabalhado em um mundo de papéis, suas ideias são agora especialmente relevantes para os arquivistas enfrentarem os documentos digitais, onde — assim como no sistema de Scott — a fisicalidade do documento tem uma pequena importância comparada aos contextos multirelacionais de criação e uso contemporâneos. (COOK, 1997, p. 39, tradução nossa).

5 O RENASCIMENTO DA ABORDAGEM DE *CONTINUUM* NA ARQUIVOLOGIA

A abordagem assente no *continuum*, em oposição ao habitualmente suposto, surgiu na década de 1960, por intermédio dos esforços de Maclean, Scott e Penny no âmbito do *Commonwealth Archives Office*. Na década de 1990, verificamos o renascimento dessa abordagem, vigorosamente impulsionada pelo advento da produção e utilização de documentos digitais. No que se refere à construção do pensamento contemporâneo de *continuum,* destacamos a relevância de autores americanos, canadenses e europeus, sobretudo no que diz respeito à gestão de documentos digitais e às novas perspectivas sobre práticas e conceitos arquivísticos.

Cumming (2010) notabiliza a relevância do artigo "*Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and postmodernist era*" do canadense Terry Cook, publicado no periódico *Archives and Manuscripts* em 1994. A autora também atribui ao artigo do canadense Jay Atherton, "*From life cycle to continuum: some thoughts on the records management-archives relationship*", o atributo de responsável pelo que denomina renascimento do *continuum.* De acordo com Atherton (1987, p. 47, tradução nossa), "o impacto do computador no ciclo vital tem sido impressionante, pois com dados digitais os estágios do ciclo vital não podem ser separados. A natureza e a volatilidade dos dados registrados não o permitirão".

Outro grande impulsionador do renascimento do *continuum* foi o americano David Bearman. Cumming (2010) destaca a relevância da obra *Archival Methods: Arrangement and*

Description, publicada em 1989. Tendo suas pesquisas direcionadas para a gestão de documentos digitais, Bearman defendia a importância de uma intervenção precoce quanto aos procedimentos de descrição, a fim retratar adequadamente o contexto de produção e uso dos documentos.

McKemmish (2001), adicionalmente, destaca outros trabalhos que impactaram no desenvolvimento da abordagem do *continuum.* A autora faz referência às pesquisas de Luciana Duranti sobre a teoria arquivística europeia e Diplomática, principalmente por meio das publicações da série de quatro artigos "*Diplomatics: New Uses for Old Science"* no periódico *Archivaria.* Em seguida, a autora cita a importância de Margaret Hedstrom, John McDonald e Hans Hofman em seus trabalhos relacionados à pioneira implementação de políticas e abordagens estratégicas para a gestão de documentos digitais no âmbito do *New York State Archives and Records Administration, National Archives of Canada* e *Netherlands National Archives*, respectivamente. Além disso, os já mencionados David Bearman e Margaret Hedstrom ocupam posição de destaque na ressignificação de teorias e "reinvenção" das práticas arquivísticas.

Apercebe-se que as novas formas de produção e uso dos documentos arquivísticos redirecionaram e impulsionaram a pesquisa em Arquivologia para novas questões. Upward (2000) julga necessária a formulação de novas regras para o novo jogo que emerge e se utiliza do referencial teórico mencionado para conceber um modelo teórico capaz de representar os abstrusos processos inerentes aos documentos arquivísticos.

6 O MODELO *RECORDS CONTINUUM*

Com o intuito de apresentar e analisar o modelo *records continuum,* avaliamos que a melhor forma de obter êxito nesse desígnio é seguir a lógica utilizada pelo australiano Frank Upward, articulador do modelo. Suas ideias foram expostas para a comunidade arquivística por meio da publicação da série de artigos "*Structuring the records continuum – Part One: postcustodial principles and properties*" em 1996, e "*Structuring the records continuum – Part 2: structuration theory and recordkeeping*" em 1997, ambos no periódico *Archives and Manuscripts*.

Primeiramente, Upward presumiu pertinente o exame do que considera pós-custodialismo, sobretudo as relações entre custódia e fisicalidade com o que o autor

denomina "arquivos virtuais". O autor se utiliza da abordagem realizada por McKemmish (1994) sobre fisicalidade e custódia de documentos arquivísticos no contexto digital. Para a autora:

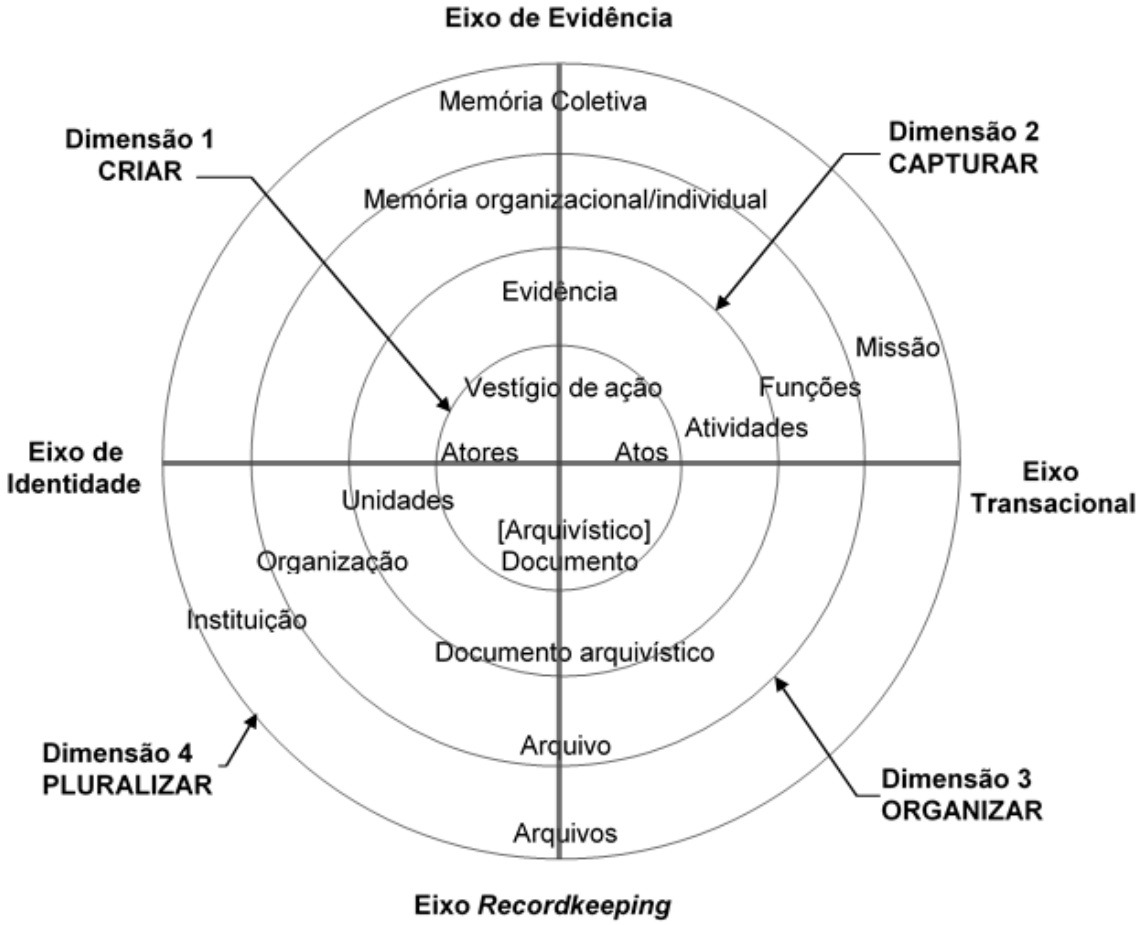
> A perda da fisicalidade que ocorre quando os documentos são capturados eletronicamente está forçando os arquivistas a reavaliarem entendimentos básicos sobre a natureza dos documentos de atividades sociais e organizacionais, e de suas qualidades como evidência. Mesmo quando são capturados em um meio que pode ser sentido e tocado, os documentos como construções conceituais não coincidem com os documentos como objetos físicos. A ordenação e localização física de tais documentos compreendem uma visão de suas relações contextuais e documentais, mas não apresentam os múltiplos entendimentos do que é uma realidade complexa. O papel custodial tradicional assume outra dimensão quando é aceito que o documento é apenas parcialmente manifesto no que está nas caixas das prateleiras do arquivo. A finalidade dos sistemas de arquivo é garantir que os documentos sejam preservados no contexto de sua criação e uso e que mantenham suas qualidades como evidência, de modo que, quando recuperados para um uso futuro, seu significado e importância possam ser entendidos. (MCKEMMISH, 1994, tradução nossa).

Sobre a "teoria do *continuum*", Upward (1996) aborda a relevância da Teoria de Estruturação do sociólogo inglês Anthony Giddens e afirma que essa serviu de fundamento para o desenvolvimento do *records continuum,* à medida que fornece uma visão geral que explica a complexidade abordada por Mckemmish (1994). O autor apresenta um ponto de partida para o que pode constituir os princípios estruturais do *records continuum*:

- Um conceito de documentos que é inclusivo quanto aos documentos de valor contínuo, que reforça seu uso para propósitos transacionais, comprobatórios e de memória, e que unifica abordagens para arquivamento/manutenção de documentos, se os documentos são mantidos por uma fração de segundo ou um milênio;
- Um foco nos documentos como entidades lógicas, ao invés de físicas, independentemente se eles estão contidos em papéis ou em formas eletrônicas;
- A institucionalização do papel da profissão de arquivista requer uma ênfase particular sobre a necessidade de integrar o recordkeeping aos processos e finalidades sociais e administrativos;
- A Arquivologia é a base para a organização do conhecimento sobre o *recordkeeping*.

Upward (1996) apresenta as propriedades do *records continuum* por meio de um modelo constituído de eixos, coordenadas e dimensões (Figura 1). Os quatro eixos, que sintetizam grandes temas da Arquivologia — identidade, evidência, transação e *recordkeeping* —, apresentam coordenadas que se vinculam por meio de dimensões, representadas no modelo mediante círculos concêntricos. O autor salienta que o modelo é contínuo e se trata de um construto espaço-temporal, e não de um ciclo vida.

Figura 1 - Modelo Records Continuum - 1996



Fonte: Adaptado de Upward (1996)

Apresentamos uma síntese de nosso entendimento quanto aos eixos e às coordenadas do modelo *records continuum* por meio do quadro a seguir. Destacamos que Upward (1996) não faz uma análise detalhada quanto à definição de todos os elementos e entidades constantes nos eixos e coordenadas, situações essas em que constarão a designação "não especificado pelo autor" no quadro em questão. No que diz respeito à tarefa de definição dos termos, ou seja, o processo de escolha dos termos para designar

os elementos e entidades, Upward (2000, p. 125, tradução nossa) afirma que "nomear as partes é uma tarefa onerosa na modelagem da complexidade, e defini-las sempre levanta a questão da percepção cultural e profissional".

Quadro 1 - Síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo *records continuum*

Eixos		**Coordenadas**	
Entidades	**Definição**	**Elementos**	**Definição**
Recordkeeping	Meios utilizados para o registro de informações sobre atividades humanas.	Documento	Representação de uma ação.
		Documento arquivístico	Documento orgânico que se liga a outros documentos e possui contexto de produção facilmente identificado.
		Arquivo	Conjunto de documentos arquivísticos de uma instituição
		Arquivos	Documentos pertencentes a inúmeras instituições, seja pela transferência espacial ou temporal entre instituições.
Evidência	Vestígios de ações, evidências fornecidas por documentos e implicações exercidas na memória institucional e coletiva.	Vestígio de ação	Os sistemas de *recordkeeping* controlam documentos como vestígios de uma ação.
		Evidência	Os sistemas de *recordkeeping* agregam evidência aos documentos.
		Memória institucional/ individual	Os sistemas de *recordkeeping* fornecem memória às instituições.
		Memória coletiva	Os sistemas de *recordkeeping* fornecem memória coletiva.
Transação	Registro de atividades desempenhadas para a condução de negócios.	Ato	Subcategoria de atividade.
		Atividades	Subcategoria de função. Meios para a condução de negócios. Criam relações entre os documentos.
		Funções	Não especificado pelo autor.
		Missão	Funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla.
Identidade	Responsáveis pela produção e uso de documentos.	Ator	Não especificado pelo autor.
		Unidade	Unidade organizacional a que o ator está associado. A unidade pode ser o próprio ator.

Eixos		Coordenadas	
Entidades	**Definição**	**Elementos**	**Definição**
		Organização	Entidade a que a unidade organizacional está associada. A organização pode consistir em apenas um ator ou em uma unidade organizacional.
		Instituição	Institucionalização da identidade dos demais elementos com amplo reconhecimento social.

Fonte: Elaboração própria.

Posteriormente, Upward (1996) apresenta o que denomina as dimensões do modelo, que correspondem à conexão das coordenadas presentes nos eixos. O autor salienta que "as dimensões não são limites, as coordenadas não estão invariavelmente presentes e as coisas podem acontecer simultaneamente através das dimensões" (UPWARD, 1996, tradução nossa). De acordo com Upward (1997), as dimensões são identificadas como: criação de documentos, captura de documentos, organização da memória pessoal e institucional e pluralização da memória coletiva.

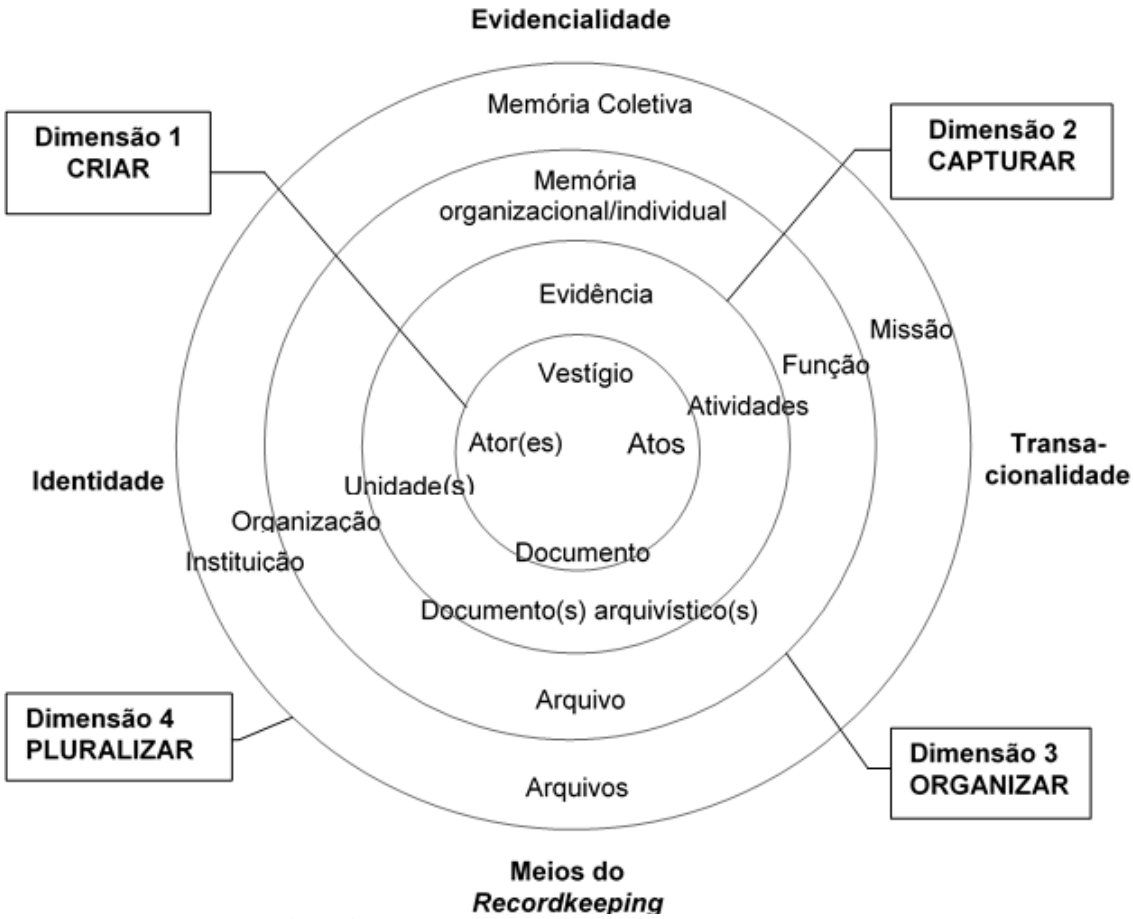
- Primeira dimensão – Criar: sistema de comunicação prévia para a criação de documentos no âmbito de sistemas eletrônicos (criar o vestígio);
- Segunda dimensão – Capturar: sistema de comunicação posterior, por exemplo, uma funcionalidade de registro tradicional que adiciona dados para a vinculação de documentos, os dissemina e os mantém com a inclusão de dados sobre a destinação (capturar vestígio como documento);
- Terceira dimensão – Organizar: sistema que envolve a construção, rememoração e disseminação da memória institucional (organizar o documento-como-memória);
- Quarta dimensão – Pluralizar: sistema de construção, rememoração e disseminação da memória coletiva — social, cultural e histórica —, incluindo informação sobre o tipo necessário para um sistema de informação arquivística (Pluralizar a memória).

A representação gráfica do modelo também foi objeto de discussão, sobretudo acerca da sua capacidade de exprimir as características fundamentais do modelo. Em primeiro lugar, considerando os fatos de os eixos e as dimensões serem dependentes entre si e a possibilidade de o documento existir ao mesmo tempo em todas as dimensões, percebemos que essa compreensão se torna dificultada, haja vista o trabalho prático do arquivista que tende a focar em situações específicas.

Reed (2005) explica que o *recordkeeping* é complexo e explicações lineares reduzem seu poder de interação. Reed (2005) salienta que a utilização de círculos para a representação gráfica do modelo não se mostrou expressiva para alguns arquivistas. Segundo ela, o problema está na representação por meio da transposição do modelo para um papel essencialmente plano e bidimensional, enquanto a exigência está na representação por meio de um objeto tridimensional posicionado no tempo e no espaço. A autora cita que algumas tentativas de melhor expressar o modelo já foram realizadas, inclusive uma realizada pelo americano Brien Brothman, que consiste em uma representação que se assemelha a uma cadeia de DNA, girando e contínua.

Quanto à representação de Upward, Reed (2005) perfilha pela utilização de linhas porosas ou levemente transparentes, a fim de indicar um limite que pode ser transpassado ou não, em diferentes tempos e de diferentes formas. Upward (2000) em abordagem posterior, apresentou algumas modificações para a representação gráfica prenunciadora. Primeiramente, o autor optou por retirar do modelo as linhas sólidas que representavam os eixos, visto que essas poderiam representar limites entre as dimensões (Figura 2).

Figura 2 - Modelo Records Continuum - 2000



Fonte: Adaptado de Upward (2000)

Fator decorrente da leitura do modelo está na sua tentativa de aplicação prática. Upward (2000) cita que esse aspecto consistiu em um dos grandes questionamentos desde a sua articulação. Para o autor, uma visão espaço-temporal traz um certo desconforto para os profissionais. Contudo, na sua compreensão, o modelo traz uma melhor visão da realidade do que uma abordagem que separa espaço e tempo.

Um dos mais importantes estudos sobre o modelo foi o realizado por Sue McKemmish (2001). Para a autora, o modelo *records continuum* foi construído com bases: em um conceito unificado de *records* e *archives*, que passaram a ser definidos como documentos de valor contínuo; em ideias sobre o caráter "fixo" e "mutável" dos documentos, o qual coincide na noção de o documento sempre estar em um processo de devir (*becoming*); e em articulações sobre o papel da Arquivologia na sociedade em relação à governança, transparência, identidade, memória e prestação de informações.

Para McKemmish (2001), o modelo *records continuum* propicia um arcabouço para a interpretação do pensamento e da prática sobre documentos e arquivos. Como exemplo, os subsídios fornecidos por normas, políticas e diretrizes têm como intuito estabelecer regimes de *recordkeeping* confiáveis na terceira dimensão do modelo *records continuum.* Esses subsídios da terceira dimensão estabelecem sistemas e procedimentos para a criação e captura de documentos na primeira e segunda dimensões que fundamentam a evidência, bem como a capacidade de funcionar como memória individual, corporativa e coletiva

A maneira como Reed (2005) interpreta o modelo *records continuum* está ligada à própria representação gráfica do modelo, que corresponde, grosso modo, a uma sobreposição círculos concêntricos. Optando por iniciar sua análise de dentro para fora, ela trata das dimensões do modelo, representadas pelos círculos, e de seus principais aspectos. A primeira dimensão (criar), para a autora, representa o *locus* da ação, ou seja, a área onde as ações acontecem, incluindo as representações das ações em documentos[7]. As coisas que estão dentro desta dimensão estão em processo de formação, provavelmente se tratam de versões ou expressões parciais. Dessa forma, os documentos têm potencial para moverem-se além do *locus* criação, mas esse potencial é incipiente, não pela ausência dos elementos de robustez necessários, mas pela falta da explicitação de conexões, fatos que ainda não permitem o documento ser considerado arquivístico.

A jornada para o alcance do caráter arquivístico inicia-se na segunda dimensão (capturar), no instante em que o documento é comunicado ou conectado por meio de relacionamentos com outros documentos. Agora, na segunda dimensão, os documentos passam a atestar evidências de ações e podem ser distribuídos, acessados e entendidos pelos envolvidos nas atividades organizacionais. Ademais, são adicionados metadados para tornar possível o conhecimento do contexto dos documentos. Cabe frisar que a transição dentro da segunda dimensão pode ser formal ou informal, pode envolver um ato deliberado de registro em um sistema organizacional, ou uma intenção de representação pela inclusão ou agrupamento.

A terceira dimensão (organizar) representa uma agregação além das instâncias individuais de sequências de ações, a partir do provimento de elementos explícitos necessários à garantia da disponibilidade dos documentos ao longo do tempo, excedendo

[7] Reed (2005) utiliza o termo *document* para se referir aos registros de ações que não possuem caráter arquivístico e *records* para se referir aos documentos arquivísticos.

os limites imediatos dos ambientes de ação. Aqui, os documentos são conciliados a vários outros documentos que derivam de sequências de ações empreendidas para múltiplos propósitos. Essa é a dimensão dos arquivos ou fundos, isto é, todos os documentos acumulados por uma instituição para formar a memória pessoal ou institucional. Essa dimensão, em um nível de execução, é afeta ao estabelecimento de políticas ou regras referentes às dimensões de criação e captura.

A quarta dimensão (pluralizar) é o ambiente social mais amplo em que os documentos são operacionalizados — o ambiente legal e regulatório que traduz as exigências sociais, distintas para cada sociedade e período, do *recordkeeping*. Essa dimensão representa a capacidade e o documento existir além dos limites da entidade criadora e proporciona o ambiente necessário para garantir documentos capazes de satisfazer as demandas daqueles que não estão envolvidos nas ações de criação, captura e organização. Por fim, a quarta dimensão envolve a garantia de que os documentos estarão disponíveis para serem revistos, acessados e analisados para fins históricos, de *accountability* externo e para atravessar fins organizacionais, pelo tempo que for necessário.

Tendo em vista a significativa relevância dada ao caráter evidencial dos documentos na esfera do modelo *records continuum,* julgamos importante a análise de Livia Iacovino (2005), que interpreta o modelo conforme as relações entre o ganho de evidência dos documentos dentro das dimensões do modelo e seu respectivo impacto jurídico. A autora parte do pressuposto básico da evolução do caráter evidencial de registros de transações em meios de *recordkeeping*: a evidência legal como um vestígio de ação (primeira dimensão) ganha um maior peso probatório como parte de um sistema de *recordkeeping* (segunda dimensão) e também garante uma memória institucional e social autêntica (terceira e quarta dimensões). A fim de melhor ilustrar o disposto, apresentamos no quadro a seguir as dimensões jurídicas do modelo *records continuum.*

Já Cook (2000), salienta que o modelo *records continuum* consiste no modelo para arquivos mais inclusivo do mundo. Para o autor, o fato de contemplar evidência e memória no mesmo eixo, dois lados inquietos da "moeda arquivística". Para o autor:

> O modelo *continuum* também compreende um movimento ao longo do espaço-tempo, reconhecendo que os documentos arquivísticos e seus metadados estão

> continuamente se modificando, se transformando e ganhando novos significados, em vez de permanecerem fixos, objetos estáticos e que isso também ocorre na puramente arquivística quarta dimensão. Ele também inclui um *insight* pós-moderno, em que o metadado arquivístico "deve ir além das questões de confiabilidade e autenticidade para considerar relações e contexto, uso e poder". (COOK, 2000, tradução nossa).

A comparação entre o *records continuum* e o ciclo vital de documentos realizada por McKemmish (1997) sobreleva algumas das principais características do *continuum.* Nesse aspecto, McKemmish (2001) considera como característica marcante do *records continuum* a sua capacidade de proporcionar uma abordagem unificada para a gestão de *records* e *archives*, visto que a visão de *continuum* vai além dos dualismos próprios do ciclo vital dos documentos. Como exemplo, McKemmish (2001) afirma que o dualismo documento-como-memória *versus* documento-como-evidência desaparece na perspectiva do *continuum*.

O estudo da chinesa Xiaomi An (2003) sobre o modelo *records continuum* está estritamente vinculado à sua comparação com o ciclo vital dos documentos. Esse cotejo, segundo a autora, consiste na melhor forma de compreender os mecanismos práticos do modelo. Para a autora, as vantagens do *records continuum* sobre o ciclo vital são ainda mais sobrelevadas no âmbito da gestão de documentos digitais. O fato de o *continuum* integrar a gestão de *records* e *archives* fornece uma abordagem capaz de conectar o passado ao presente e o presente ao futuro. Essa abordagem integrada pode facilitar a proveniência, garantir o *accountability*, constituir memória, construir identidade e fornecer importante fonte de informações valiosas. Quanto às limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos, essas podem ser: a divisão artificial das finalidades da gestão de arquivos administrativos e históricos; o desmantelamento das responsabilidades dos *records managers* e *archivists* com a divisão dos papéis; a limitação das formas de pensar sobre a custódia por meio da seleção de critérios mais estreitos; e a visão dos documentos como objetos físicos tangíveis em um "mundo de papel" e em um ambiente estático.

Consideramos que esta exposição pode-se mostrar bastante oportuna na sua tentativa de elucidar o modelo *records continuum*. A investigação em epígrafe, proporcionada pela ampla análise da literatura arquivística dedicada à temática, contempla os principais aspectos do modelo e evidencia suas peculiaridades em relação a outros modelos teóricos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após apontar os principais atores e acontecimentos referentes à trajetória da Arquivologia na Austrália e explorar aspectos do modelo *records continuum* e leituras acerca de suas características, objetivos e aplicações, realizaremos uma síntese do nosso entendimento sobre o *records continuum*, com o intuito de cumprir o objetivo proposto neste artigo.

Concordamos que por se tratar de um modelo desenvolvido com o objetivo de representar a complexidade incutida pelos processos e meios referentes aos documentos arquivísticos, seu entendimento absoluto pode se tornar dificultoso. Acreditamos que a utilização de referencial teórico fundamentado na leitura linear dos processos de gestão de documentos, principalmente em virtude da grande relevância do ciclo vital dos documentos no âmbito da Arquivologia, pode explicar grande parte desses questionamentos.

Verificamos que as perspectivas propiciadas pelo modelo vão muito além do que um simples contraponto ao ciclo vital, isto é, não se trata apenas de um modelo proposto com o intuito de substituí-lo. Isso significa que o *records continuum* não consiste apenas em um modelo teórico, e muito menos em uma metodologia para a implementação de um programa eficiente de gestão integrada de documentos. Conforme proposto por Frank Upward, o *continuum* consiste em uma *worldview*, utilizando-nos de tradução livre, podemos compreendê-lo como uma "visão de mundo" ou um ponto de vista mais amplo. Portanto, constatamos que dentre as diversas perspectivas proporcionadas pelo modelo, uma delas é a solução para os problemas ocasionados pelas limitações do ciclo vital ante a realidade digital.

O modelo teórico proposto por Frank Upward busca sintetizar essas perspectivas e representá-las graficamente por meio de um diagrama de círculos concêntricos interceptados por eixos. Por se tratar de um modelo espaço-temporal — diferente de um modelo linear e por seguinte diacrônico, como o ciclo vital dos documentos — os documentos estão em um constante processo de devir, ou seja, podem atender a diferentes propósitos ao mesmo tempo.

Acreditamos que essa característica seja a que mais distingue o *records continuum* dos outros modelos que propõem a integração das fases do ciclo vital, como a abordagem

canadense conhecida como Arquivística Integrada. Interpretar o *records continuum* de acordo com o que estamos condicionados, uma leitura linear, impossibilita o entendimento dessas múltiplas finalidades. A partir da leitura linear, subentendemos que os documentos percorrem pelas dimensões gradualmente: associação com outros documentos, ganho crescente de evidência, participação no cumprimento da missão institucional e posicionamento cada vez mais amplo na estrutura organizacional.

Isso, de fato, pode ocorrer. No entanto, o que distingue o *records continuum* são as possibilidades propiciadas para que essa evolução ocorra, ou não. A abordagem assente do *continuum* reconhece que os documentos servem para múltiplos propósitos, de outro modo, possuem diferentes significados para diferentes pessoas em diferentes contextos, imediatamente e ao longo do tempo.

Dessa forma, um documento criado e incorporado a um sistema gestão de documentos, pode, sincronicamente, integrar a terceira dimensão, visando ao atendimento de demandas legais de acesso à informação, e a quarta dimensão, que é a dimensão responsável pela pluralização de documentos buscando atingir fins sociais. Destacamos que as possibilidades são inúmeras e a coexistência em mais de uma dimensão, ou em todas ao mesmo tempo, pode ou não ocorrer.

Constatamos, do mesmo modo, que o modelo não tem o intuito de apresentar soluções para problemas específicos de ordem prática, já que, conforme disposto, se trata de um ponto de vista. Sua finalidade é fornecer uma visão geral que viabilize a reorganização do conhecimento arquivístico, de forma a explicar realidades complexas que, no "antigo jogo", eram singularizadas pela distinção entre as dimensões de espaço e tempo.

Portanto, o *records continuum* consiste em uma visão em que os documentos podem possuir múltiplas finalidades em espaços distintos, para pessoas distintas, ao mesmo tempo e ao longo do tempo. Para tal fim, fundamental se faz o uso do valor contínuo, que não impõe ao documento o valor primário ou secundário de cada vez, nem o considera ou como evidência ou como memória. Nesse caso, o documento pode ter os valores primário e secundário e figurar como evidência e memória no mesmo espaço e ao mesmo tempo.

Compreendemos a visão fornecida pelo *records continuum* como fundamental para a elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos. As possibilidades

fornecidas pelos documentos arquivísticos digitais são incomensuráveis e quaisquer fatores restritivos, no nosso entendimento, não permitirão que seu usufruto seja integral. O caráter espaço-temporal do *continuum* rompe com a linearidade e o engessamento impostos pelas fases do ciclo vital.

UNDERSTANDING THE RECORDS CONTINUUM: CONTEXTUALIZATION, PURPOSES AND REFLECTIONS

ABSTRACT

It analyses the origin, development and revival of continuum approach in Archival Science, as well as inquires the main characteristics of the records continuum model. For this purpose, it introduces a brief historic of archival theory in Australia, evidencing the central actors and events; investigates the series system and the recordkeeping notion; and ilustrates interpretations about model. It is understood that perspectives provided by the records continuum model, especially when they refer to its multiple purposes, space-time nature and the use of continuous value, are more appropriate to understanding digital records complexity.

Keywords: Records Continuum. Series system. Recordkeeping. Australian Archivology.

REFERÊNCIAS

AN, X. An integrated approach to records management. **Information Management Journal**, Overland Park, v. 37, p. 24–30, jul./aug. 2003.

ATHERTON, J. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management–archives relationship. **Archivaria**, Ottawa, n. 18, p. 43–51, 1985.

AUSTRALIAN LAW REFORM COMMISSION. **Australia's federal record**: A Review of Archives Act 1983. Canberra: ALRC, 1998, n.p. Report n. 85. Disponível em: <http://www.alrc.gov.au/report-85>. Acesso em: 4 mar. 2018.

COOK, T. Archives in the post-custodial world: interaction of archival theory and practice since the publication of the Dutch manual in 1898**. Archivum**, München: Saur, v.43, p. 191–214, 1997.

_____. Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage. In: AUSTRALIAN SOCIETY OF ARCHIVISTS CONFERENCE: BEYOND THE SCREEN: CAPTURING CORPORATE AND SOCIAL MEMORY, 2000, Melbourne. **Papers**... Melbourne: Australian Society of Archivists, 2000, p. 8–21.

COSTA FILHO, C. M. A. **Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante o Pós-Custodialismo**: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CUMMING, K. Ways of seeing: contextualising the continuum. **Records Management Journal**, v. 20, n. 1, p. 41–52, 2010.

CUNNINGHAM, A. Archival Institutions. In: MCKEMMISH, S. et al. (Ed.). **Archives**: recordkeeping in society. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 21–50. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

_____.O Poder da Proveniência na Descrição Arquivologia: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 77–92, 2007.

DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (Ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015, 454 p.

IACOVINO, L. Recordkeeping and juridical governance. In: MCKEMMISH, S. et al (Ed.). **Archives**: recordkeeping in society. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 255–276. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

JOHNSON, M. Archives Administration in Australia. **The American Archivist**, v. 28, n. 2, p. 231–238, 1965.

MCKEMMISH, S. Are records ever actual? In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT M. (Ed.). **The Records Continuum**: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994. p. 187–203.

_____. Placing Records Continuum Theory and Practice. **Archives & Museum Informatics**, Toronto, v. 1, n. 4, p. 333–359, 2001.

_____.; REED, B.; PIGGOT, M. The Archives. In: MCKEMMISH, S. et al (Ed.). **Archives**: recordkeeping in society. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 159–196. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

PIGGOTT, M. The history of Australian record-keeping: a framework for research. **The Australian Library Journal**, v. 47, n. 4, p. 343–354, 1998.

_____. **Archives and societal provenance**: Australian essays. Oxford: Chandos Publishing, 2012. 334 p.

REED, B. Reading the records continuum: interpretations and explorations. **Archives and Manuscripts**, v. 33, n. 1, p. 18–43, 2005.

SCOTT, P. J. The record group concept: a case for abandonment. **The American Archivist**, v. 29, n. 4, p. 493–504, 1966.

UPWARD, F. Structuring the Records Continuum – Part One: Postcustodial principles and properties. **Archives and Manuscripts**, Sydney, v. 24, n. 2, pt. 1, p. 268–285, 1996.

_____. Structuring the Records Continuum – Part Two: Structuration theory and recordkeeping. **Archives and Manuscripts**, Sydney, v. 25, n. 1, pt. 2, p. 10–35, 1997.

_____. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond – a personal reflection. **Records Management Journal,** v. 10, n. 3, p. 115–139, 2000.

WILSTED, T. Kiwis, kangaroos and bald eagles: archival development in three countries. **The Midwestern Archivist**, v. 4, n. 1, p. 34–51, 1979.

Trabalho recebido em: 04 mar. 2018 **Trabalho aceito em: 12 mar. 2018**

ISSN 2316-7300

informação arquivística

Artigo

PANORAMA DA DISSERTAÇÃO *A FAMÍLIA OCUPACIONAL "ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS": POSICIONAMENTO NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES E PERFIL DE EMPREGO*[1]

Thiara dos Santos Alves[2]

Helena Maria Tarchi Crivellari[3]

RESUMO

O artigo é uma apresentação geral da dissertação de mestrado intitulada *A Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos": posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego*. O objetivo geral do estudo foi contribuir para uma reflexão crítica sobre o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a fim de apoiar o aperfeiçoamento deste instrumento classificatório, possibilitando que o uso da CBO, nas estatísticas de trabalho, possa revelar efetivamente o perfil de emprego de cada um destes profissionais. A fundamentação dissertação foi feita através dos aportes teóricos da Sociologia das Profissões; da trajetória sócio-histórica dos Arquivistas e dos Museólogos; das interfaces entre a Arquivologia, a Museologia e áreas interdisciplinares; e dos estudos sobre o mercado de trabalho dos Arquivistas, dos Museólogos e da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos". A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa e quantitativa; o nível de interpretação dos objetivos foi do tipo descritivo e explicativo; e as técnicas de pesquisa utilizadas foram pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Os resultados da pesquisa apontam que: "Arquivistas e Museólogos" pertencem à mesma Família ocupacional por motivos pragmáticos, por inexpressividade numérica e pelo uso, mesmo que adaptado, da Classificação Internacional Uniforme

[1] Artigo baseado na dissertação "*A família ocupacional 'Arquivistas e Museólogos': posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego*", defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG) e agraciada com **Menção Honrosa** no "**Prêmio REPARQ 2017**", concedido na V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).

[2] Doutoranda em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ), Mestre em Ciência da Informação e graduada em História e Arquivologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Arquivista do Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). E-mail: thialves@yahoo.com.br.

[3] Professora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG) e do PPGCI/UFMG; Pós-Doutora pela Universidad Carlos III de Madrid (UC3M); Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com Doutorado *Sandwich* pelo Institut d'Étude du Développement Économique et Social (IEDES) e Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: helenacrivellari@gmail.com.

de Ocupações, de 1988, como referência para a elaboração da CBO; para ser uma ferramenta útil, as informações da CBO precisam estar atualizadas com a realidade de trabalho destes profissionais; a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais, pode-se inferir certo perfil de quem são e onde estão empregados formalmente os 2.652 "Arquivistas e Museólogos"; os dados agregados pouco revelam sobre o perfil de emprego de cada profissional e dificulta a viabilização de propostas de políticas públicas de formação e emprego para Arquivistas e Museólogos, por isso, é latente a necessidade de melhor conhecer o mercado de trabalho destes profissionais de forma desagrupada.

Palavras-chave: Classificação Brasileira de Ocupações. Arquivistas. Museólogos. Relação Anual de Informações Sociais.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é uma apresentação geral da dissertação de mestrado intitulada *A Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos": posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego*. Tal pesquisa foi defendida pela aluna Thiara dos Santos Alves, no ano de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari.

No Brasil, as profissões de Arquivista e Museólogo são regulamentadas, respectivamente, pela Lei nº 6.546/78 e pela Lei nº 7.287/84. De acordo com a legislação, Arquivista é o diplomado em curso superior de Arquivologia ou o profissional que, na data de início da vigência da Lei nº 6.546/78, contava com experiência no campo profissional da Arquivologia de, no mínimo, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados. Por sua vez, em termos legais, o Museólogo é o graduado em curso superior de Museologia; ou o pós-graduado em nível de Mestrado e de Doutorado em Museologia; ou o profissional com outro curso de nível Superior que, no prazo de três anos contados a partir da vigência da Lei nº 7.287/84, comprovou experiência em atividades técnicas de Museologia e tal experiência foi validada pelos Conselhos Regionais de Museologia.

Estes profissionais, Arquivistas e Museólogos, estão reunidos em uma mesma Família ocupacional na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em sua versão 2002, e alterações incluídas em 2013. A CBO é o "documento normalizador (no sentido

classificatório) do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro" (BRASIL, 2010a). É uma classificação enumerativa e descritiva, uma vez que "codifica empregos e outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos" (BRASIL, 2010a) e "inventaria detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, os requisitos de formação e experiência profissionais e as condições de trabalho" (BRASIL, 2010a). A CBO é utilizada, por exemplo, na Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE).

A RAIS/MTE é uma estatística pública sobre o mercado de trabalho formal, constituída de informações obrigatoriamente fornecidas pelos empregadores de mão de obra. As estatísticas públicas são matéria-prima para a elaboração de indicadores sociais (JANNUZZI, 2003) e estas duas fontes de informações numéricas (estatísticas públicas e indicadores sociais) podem apoiar o planejamento e a formulação de políticas públicas em diferentes áreas do Governo. Neste sentido, a RAIS/MTE tem sido utilizada, por exemplo, para "analisar mudanças da estrutura ocupacional dos mercados formais de trabalho nas diversas regiões do país, subsidiando a formulação e acompanhamento de programas de qualificação de mão de obra" (JANNUZZI, 2003, p. 53).

Embora estejam em uma mesma Família ocupacional, Arquivistas e Museólogos desempenham atividades específicas (que, algumas vezes, são convergentes) na sociedade. Estes profissionais são polivalentes, possuem importância estratégica na sociedade atual, todavia, são escassos os estudos sobre esta Família ocupacional na Classificação Brasileira de Ocupações; o uso deste sistema classificatório nas estatísticas de emprego; e sobre o perfil de emprego destes profissionais.

Por tal razão, a dissertação de mestrado pretendeu contribuir com reflexões sobre o posicionamento dos Arquivistas e Museólogos na estrutura da Classificação Brasileira de Ocupações, e apresentou o perfil de emprego formal desta Família ocupacional, a partir dos dados da RAIS/MTE, sendo esta uma forma de apresentar o uso da CBO nas estatísticas de emprego.

A relevância do tema escolhido residiu na discussão proposta na pesquisa, a qual poderá contribuir com apontamentos para uma possível atualização e revisão de parte do documento da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Inclusive, a atualização da CBO já foi o objetivo de edital de chamada pública (BRASIL, 2010b) do Ministério do Trabalho e

Emprego (MTE), por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). Além disso, a revisão da descrição da profissão do Arquivista[4] na Classificação Brasileira de Ocupações foi uma das recomendações da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2010).

A importância deste estudo também se encontrou no fato de serem poucas as pesquisas sobre esta Família ocupacional e sobre o perfil de emprego do Arquivista e do Museólogo. Damasceno (2015, p. 11) alerta que são insuficientes os dados sobre os trabalhadores Museólogos no Brasil, "o que torna difícil, por exemplo, mensurar com mais precisão o seu quantitativo em números absolutos, bem como, observar outras variáveis como faixa etária, gênero, cor/raça etc.". Todavia, o Museólogo é um ator indispensável para a valorização e a preservação do patrimônio. No que tange ao Arquivista, Souza (2011, p. 31) assevera que "a produção acadêmica que trata especificamente do mercado laboral para arquivistas é, internacionalmente, escassa" e Bellotto (2002, p. 48-49 *apud* SOUZA, 2011, p. 43) assinala um desconhecimento sobre este profissional.

A caracterização do perfil de emprego atual dos "Arquivistas e Museólogos" proposta em tal pesquisa, a partir da análise dos dados das bases da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), foi inovadora para esta Família ocupacional. A dissertação poderá prover informações que poderão ser utilizadas na formulação de políticas públicas de formação e emprego; nos espaços de formação dos profissionais; pelos Arquivistas e Museólogos, pelos empregadores, pelos estudantes, pelos pesquisadores e por outros atores sociais interessados, tais como as organizações profissionais, os diretórios ou centros acadêmicos.

A fim de fornecer reflexões que possam contribuir para uma possível atualização e revisão das informações sobre a Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", na CBO, a pesquisa pretendeu responder às seguintes questões:

a) Por que o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na CBO, se dá em uma mesma Família ocupacional?
b) Quem são e onde estão empregados os "Arquivistas e Museólogos"?

[4] Na CBO, não há uma descrição para a profissão de Arquivista e sim para a Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos". Talvez, o que foi chamado de descrição para a profissão de Arquivista seja os títulos sinônimos para a ocupação de Arquivista.

O objetivo geral do estudo foi contribuir para uma reflexão crítica sobre o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na Classificação Brasileira de Ocupações, a fim de apoiar o aperfeiçoamento deste instrumento classificatório, possibilitando que o uso da CBO, nas estatísticas de trabalho, possa revelar efetivamente o perfil de emprego de cada um destes profissionais. Para atingir esta meta, a pesquisa desenvolveu-se a partir dos seguintes objetivos específicos:

- apresentar o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO;

- explicar o motivo pelo qual estes profissionais formam uma única Família ocupacional;

- caracterizar o perfil de emprego formal da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos": 1) quantos são e qual é o perfil dos "Arquivistas e Museólogos" quanto ao gênero, à faixa etária, à escolaridade, ao tempo de emprego, à renda, ao tipo de admissão e ao tipo de vínculo de trabalho; 2) onde estão empregados os "Arquivistas e Museólogos", no que concerne: a) ao empregador: natureza jurídica e tamanho do estabelecimento empregador; b) à distribuição destes profissionais no espaço geográfico brasileiro (estados/ regiões brasileiras); c) aos setores econômicos de atuação, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)[5], versão 2.0.

2 PERCURSO DO REFERENCIAL TEÓRICO DA DISSERTAÇÃO

No capítulo dedicado ao referencial teórico da dissertação, foram apresentadas as bases teóricas a partir das quais se desenvolveu a pesquisa. Esta parte seguiu dividida em seções e subseções, tendo as seções recebido os seguintes títulos: "Contribuições da Sociologia das Profissões para análise das profissões de Arquivista e de Museólogo no Brasil"; "A Arquivologia e os Arquivistas"; "A Museologia e os Museólogos"; "As interfaces entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação" e "Estudos sobre o mercado de trabalhos dos Arquivistas, dos Museólogos e dos 'Arquivistas e Museólogos'".

[5] A Classificação de Atividades Econômicas (CNAE) é o instrumento de padronização das atividades econômicas, adotado pela Administração Pública para identificar atividades econômicas em registros e cadastros de pessoa jurídica e pelo Sistema Estatístico Nacional na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Na seção "Contribuições da Sociologia das Profissões para análise das profissões de Arquivista e de Museólogo no Brasil", buscou-se destacar o aumento e a importância dos subsídios teóricos das Ciências Humanas e Sociais para a área da educação, da informação e do trabalho. Além disso, as subseções foram dedicadas ao breve conhecimento dos modelos teórico-metodológicos da Sociologia das Profissões e à reflexão, sempre que possível convergindo para a realidade dos Arquivistas e dos Museólogos, sobre a centralidade do conhecimento científico e o papel do Estado nas determinações profissionais e sobre o papel das profissões na sociedade democrática e da organização profissional.

A seção "A Arquivologia e os Arquivistas" desmembrou-se em subseções, nas quais foi apresentada uma breve contextualização sócio-histórica da Arquivologia; em seguida, foi exposto o cenário histórico brasileiro da Arquivologia e da formação do Arquivista; a diante, foi abordado o objeto de trabalho do Arquivista, atendo-se às exposições de Bellotto (2014), que considera o documento de arquivo como o principal objeto de trabalho do Arquivista; por último, foram feitas algumas considerações sobre a burocracia e os arquivos.

Na subseções da seção "A Museologia e os Museólogos" – de forma análoga à apresentação feita sobre a Arquivologia e os Arquivistas – foi exposta uma sucinta contextualização sócio-histórica da Museologia; em seguida, foi apresentado o cenário histórico brasileiro da Museologia e da formação do Museólogo; a diante, foi abordado o objeto de trabalho do Museólogo, tendo como referência principal o estudo de Peter van Mensch (1994); por fim, foram feitas algumas considerações sobre a relação entre Estado e museus.

Na seção "As interfaces entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação", discorreu-se sobre a preocupação existente em torno da colaboração entre profissionais de arquivos, bibliotecas e museus; a influência das matrizes filosóficas e científicas de origem francesa na idealização e na concretização dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil; as fases sincrética e custodial, técnica e custodial e científica e pós-custodial que passaram a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Buscou-se, a partir de leituras de autores de referência, apontar as aproximações entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação. Dedicou-se um espaço para discutir o termo "Profissionais da Informação"

e, por fim, conclui-se que as aproximações e as interfaces entre Arquivoloigia e Museologia são questionáveis e ainda são necessárias consolidações no campo científico.

Na seção "Estudos sobre o mercado de trabalho dos Arquivistas, dos Museólogos e dos 'Arquivistas e Museólogos'", considerou-se importante expor, sumariamente, alguns estudos recentes e relevantes que abordaram este mercado de trabalho. Observou-se que são poucos os estudos que exploram o mercado de trabalho dos Arquivistas, dos Museólogos e dos "Arquivistas e Museólogos" e que as pesquisas mais recentes e que se destacam nesta temática, a partir de diferentes metodologias, apresentaram aspectos gerais sobre este mercado de trabalho, revelaram o perfil destes profissionais e indicaram que a representatividade numérica tanto dos Arquivistas quanto dos Museólogos e dos "Arquivistas e Museólogos" é significativamente pequena.

3 METODOLOGIA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação foi desenvolvida a partir de uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa. O primeiro e o segundo objetivos específicos da pesquisa – respectivamente, apresentar o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO; e explicar o motivo pelo qual estes profissionais formam uma única Família ocupacional – valeram-se do método qualitativo, tendo em vista os processos de observação, análise sistemática e interpretação de fontes documentais primárias e bibliográficas. O terceiro objetivo específico – caracterizar o perfil de emprego formal da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" –, por sua vez, foi estudado sob o enfoque quantitativo de análise do conteúdo numérico, a partir de uma descrição sistemática, quantitativa e objetiva dos dados estatísticos (MARCONI; LAKATOS, 1982).

Quanto ao nível de interpretação (MARCONI; LAKATOS, 1982) dos objetivos, a pesquisa foi do tipo descritiva e explicativa. O primeiro e o terceiro objetivos específicos foram estudados descritivamente, a fim de caracterizar uma situação ou fenômeno, e o segundo objetivo específico foi abordado de forma explicativa, a fim de identificar fatores que explicam, determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno.

As técnicas de pesquisa empregadas no estudo como instrumentos de operacionalização do conhecimento (MARCONI; LAKATOS, 1982) foram: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. O levantamento bibliográfico apoiou todo o

desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa documental, por seu turno, utilizou as fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações (DCBO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Solicitou-se à DCBO o acesso ao estudo de escopo que subsidiou a inclusão da Família Ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002, e qualquer outra documentação concernente a esta Família e aos trabalhos desenvolvidos para a formulação da versão 2002 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002). A técnica de pesquisa documental também foi empregada ao utilizar as fontes estatísticas da base de dados *online*[6] da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE).

Para caracterizar o perfil de emprego formal da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", foi realizado um levantamento dos dados oficiais mais recentes, procedentes dos estabelecimentos empregadores, disponíveis na base estatística *online* da RAIS/MTE. Os critérios para o levantamento de dados foram os seguintes: informações do ano de 2014, o qual era, até então, o último ano com dados disponibilizados para consulta pública nas bases estatísticas *online* da RAIS/MTE; existência de vínculo ativo do profissional em 31 de dezembro do ano pesquisado; e grau de escolaridade correspondente a Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado[7]. A partir destes critérios, buscaram-se as seguintes informações para caracterizar o perfil de emprego formal dos "Arquivistas e Museólogos": 1) quantos são e qual é o perfil dos "Arquivistas e Museólogos" quanto ao gênero, à faixa etária, à escolaridade, ao tempo de emprego, à renda, ao tipo de admissão e ao tipo de vínculo de trabalho; 2) onde estão empregados os "Arquivistas e Museólogos", no que concerne: a) ao empregador: natureza jurídica e tamanho do estabelecimento empregador; b) à distribuição destes profissionais no espaço geográfico brasileiro (estados/ regiões brasileiras); c) aos setores econômicos de atuação, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0.

[6] A participação no Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) é gratuita. A adesão ao programa para acesso *online* às bases estatísticas ocorre mediante solicitação e envio do cadastro do pesquisador solicitante. Maiores informações no site do PDET, disponível em: <http://pdet.mte.gov.br>, acesso em: 05 mar. 2018.

[7] No Brasil, ter o "curso superior" é uma exigência para ser considerado Museólogo (Lei nº 7.287/1984) ou Arquivista (Lei nº 6.546/78). O Museólogo, de acordo com a lei, também pode ser o pós-graduado em nível de Mestrado e de Doutorado em Museologia. Sobre a formação e a experiência da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", a CBO 2002 indica que: "As ocupações da Família requerem curso superior completo na área. Não é incomum, contudo a presença de profissionais com curso de especialização ou mesmo pós-graduação" (BRASIL, [2002?a]).

A RAIS/MTE é um registro administrativo, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos empregadores (PENA, 2007). Este instrumento governamental de coleta de dados do setor do trabalho formal possui uma grande representatividade amostral e contempla informações, fornecidas pelo empregador (organizações legais públicas e privadas), sobre os trabalhadores e sobre os estabelecimentos, e utiliza em seus registros a CBO. A nomenclatura da CBO, versão 2002, passou a ser obrigatória nos documentos oficiais da Relação Anual de Informações Sociais, desde janeiro de 2003 (BRASIL, 2002). Na CBO, os Arquivistas e os Museólogos estão reunidos em uma mesma Família ocupacional, sendo esta a "unidade de classificação descritiva mais desagregada" (BRASIL, [2002b]). Deste modo, ao utilizar a CBO em seus registros, a RAIS/MTE unifica o mercado de trabalho dos Arquivistas e dos Museólogos, de forma que não é possível desmembrar os dados destas ocupações.

A realização da pesquisa apoiou-se na representação das informações em quadros e em tabelas. Estas foram utilizadas para sistematizar as informações numéricas. Com o intuito de promover a análise e a interpretação dos dados nestas tabelas, utilizou-se a porcentagem como recurso facilitador para a comparação entre frequências das distribuições numéricas (MARCONI; LAKATOS, 1982). Os quadros foram utilizados para esquematizar e descrever informações textuais.

4 RESULTADOS DA DISSERTAÇÃO

Para atender aos objetivos da dissertação, no capítulo dedicado aos resultados, primeiramente, foi apresentado o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a possível explicação para a junção destes profissionais em uma mesma Família ocupacional; em seguida, caracterizou-se o perfil de emprego formal da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos".

Na primeira seção dos resultados, a apresentação do histórico detalhado do posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO, nas versões de 1994 e de 2002, permitiu reconstruir a trajetória destas ocupações no instrumento classificatório, delimitar aspectos semelhantes e diferentes e produzir reflexões sobre a CBO. Destacou-se que a reunião das profissões de Arquivistas e Museólogos, na nova versão da CBO, ocorreu devido à adoção adaptada da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1988,

(CIUO 88), conforme indica a própria CBO 2002. No campo "Código Internacional: CIUO 88", da ficha de descrição da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", está registrado o código 2431 (*Archiveros y conservadores de museos*), para comparação de estatísticas internacionais (BRASIL, 2010a). Além disso, apresentou-se e refletiu-se sobre todos os campos da CBO 2002 para a Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" – "Título sinônimo da ocupação", "Descrição sumária", "Formação e experiência", "Condições gerais de exercício", "Código internacional CIUO 88", "Recursos de Trabalho" e "Grandes Áreas de Competências (GAC`s)".

Esta parte dos resultados também foi aproveitada para alertar que a descrição sumária da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", na CBO 2002, tem sido utilizada em alguns editais[8] de concursos públicos para apontar a descrição ou atribuição do cargo, por exemplo, apenas do Arquivista, e isto pode gerar equívocos sobre o campo de jurisdição legal do Arquivista e do Museólogo.

Mapeou-se os currículos *Lattes* disponíveis, na Plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dos especialistas participantes do painel de descrição e/ou de validação da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na CBO 2002 e constatou-se informações sobre qual é a formação acadêmica e a atuação profissional (atual) destas pessoas.

Pesquisas nas fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2000-2001) revelaram informações importantes sobre o processo de elaboração da descrição e validação da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na CBO 2002. No Relatório de Participantes por Família (BRASIL, 2000-2001), foi possível identificar o nome do relator e do facilitador dos trabalhos da Família ocupacional 2613. Na Plataforma *Lattes* do CNPq foi possível localizar, nos currículos *Lattes* destes profissionais, a formação acadêmica e a atuação profissional (atual) deles.

O *Relatório de Observações por Família* (BRASIL, 2000-2001), da etapa de descrição da CBO 2002, detalhou-se sobre a dinâmica do comitê e apresentou-se, por exemplo, considerações do facilitador sobre os representantes. Algumas citações deste relatório

[8] Por exemplo: Edital de Concurso Público nº 10, de 12 de maio de 2010, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano; Edital nº 001/2013 – PROGEP, da Universidade Federal de Santa Maria.

revelam que houve conflito entre os especialistas participantes, quanto à unidade da Família ocupacional 2613. Quanto à definição da Família ocupacional, o facilitador conclui: "A proposta é a separação das ocupações em duas famílias" (BRASIL, 2000-2001). Segundo o facilitador, o comitê propôs a criação de duas famílias distintas, uma denominada de Museólogos e a outra, de Arquivistas.

Nesta fase de descrição, observações adicionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no *Relatório de Observações por Família* (BRASIL, 2000-2001), demonstraram que o fato dos Arquivistas e dos Museólogos estarem em uma mesma Família em outras classificações internacionais foi levado em consideração para avaliar a junção destes profissionais na CBO. A Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1988, (CIUO 88), foi adotada pela CBO, com algumas adaptações, e esta escolha também influenciou a junção dos Arquivistas e dos Museólogos em uma mesma Família ocupacional. O MTE também reconhece que as ocupações de Arquivista e de Museólogo mobilizam conhecimentos e habilidades específicas, contudo, explicou que não é possível defender a separação da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" em duas Famílias, devido à inexpressividade numérica destes profissionais no país[9]. Deste modo, ao que tudo indica, o que pesou para a junção destas ocupações foram motivos de ordem pragmática.

Na fase final de validação da Família 2613, os especialistas participantes da etapa de validação da Família ocupacional entenderam que os Arquivistas e os Museólogos deveriam unir-se aos Bibliotecários, Conservadores/Restauradores formando uma nova Família ocupacional. Todavia, o material fornecido pelo DCBO não permitiu compreender como se deu a conciliação entre as propostas feitas nas fases de descrição e de validação e o produto final publicado na CBO 2002.

Na segunda seção dos resultados da pesquisa, como uma forma de apresentar o uso da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) nas estatísticas de trabalho e emprego, caracterizou-se o perfil de emprego formal da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais do

[9] O quantitativo de representantes da Família ocupacional Arquivistas e Museólogos, de acordo com os dados de 2014, da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), era de 7.274 pessoas se for considerada qualquer escolaridade e 2.652 pessoas se a escolaridade for restringida à formação em Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado.

Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), sem esgotar os inúmeros cruzamentos entre variáveis possíveis a partir dos dados deste registro administrativo do Governo.

Como já mencionado, a Família ocupacional, na CBO, é o nível mais desagregado para as análises estatísticas, assim, uma vez que Arquivistas e Museólogos estão reunidos em uma mesma Família ocupacional, as informações, a partir da RAIS/MTE, sobre o mercado de trabalho formal destas ocupações estão agregadas de tal forma que não é possível desmembrar os dados por ocupações de Arquivista e de Museólogo. Aqui é importante retomar os critérios utilizados nas buscas na base estatística da RAIS/MTE (BRASIL, 2014): informações do ano de 2014 (dados, até então, mais recentes disponíveis para consulta); vínculo ativo do profissional no final do ano; e grau de escolaridade correspondente a Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado.

Na dissertação consta uma tabela com o quantitativo de "Arquivistas e Museólogos" formalmente empregados nas Unidades Federativas do Brasil, indicando que a soma do número de profissionais nas Unidades Federativas brasileiras, a partir dos dados obtidos na base estatística da RAIS/MTE, totalizou em 2.652 "Arquivistas e Museólogos" formalmente empregados no Brasil. Portanto, o contingente de profissionais da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" correspondeu a 0,005% do total da população formalmente empregada no Brasil e com vínculo ativo em 31 de dezembro de 2014. Também pode-se concluir que mais de a metade dos "Arquivistas e Museólogos", 1378 profissionais, concentravam-se na região Sudeste do país. O segundo maior quantitativo estava na região Nordeste, com 437 profissionais. Em seguida, a região Sul apresentava 422 profissionais. Depois, observavam-se 334 profissionais da região Centro-Oeste. Por fim, o menor quantitativo de "Arquivistas e Museólogos" estava na região Norte, com apenas 81 profissionais.

Também foram apresentadas, na dissertação, informações em tabelas indicando o gênero, a escolaridade, a faixa etária e a faixa de remuneração média (em salários mínimos – SM) dos "Arquivista e Museólogos". Pode-se observar que na Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos": 64,93% dos profissionais eram mulheres e 35,7% eram homens; apenas 2,79% dos profissionais possuíam Mestrado e 0,75% possuíam Doutorado (portanto, os demais, 96,46% possuíam somente a Graduação); a faixa etária predominante era a de mais de 30 anos (com 78,05% profissionais); 51,10% dos "Arquivistas e Museólogos" recebiam faixas de remuneração média que eram inferiores ou iguais a 5 SM; 31,06%

recebiam faixas de remuneração média que eram superiores a 5 SM e inferiores a 10 SM e 17,84% receberam faixas de remuneração média que eram superiores a 10 SM.

A tabulação das informações da RAIS/MTE sobre a faixa de horas contratadas (trabalhadas semanalmente) e o tamanho do estabelecimento empregador permitiram analisar que: 51,09% dos "Arquivistas e Museólogos" trabalhavam de 31 horas a 40 horas semanalmente, 39,44% trabalhavam de 41 horas a 44 horas e as demais faixas de horas contratadas somam 9,47%; os "Arquivistas e Museólogos" estavam empregados, em sua maioria, em estabelecimentos de grande porte, sendo 41,86% empregados em estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados.

A tabela, presente na dissertação, sobre a faixa de tempo de emprego da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", apontou que: a soma das faixas de tempo de emprego inferiores a 2 anos totalizavam 34,28%; a maioria dos "Arquivistas e Museólogos" possuéam 10 anos ou mais de tempo de trabalho (21,30%), seguido de 18,02% com 5 anos ou mais e menos de 10 anos de tempo de trabalho, e depois pelos empregados com 3 anos ou mais e menos de 5 anos de tempo de trabalho (15,01%); na sequência, apresentavam-se os trabalhadores com 2 anos ou mais e menos de 3 anos de tempo de trabalho (11,39%).

Na dissertação, a tabela sobre a natureza jurídica do empregador dos "Arquivistas e Museólogos", revelou que o principal empregador da Família ocupacional é a "Administração pública", com 46,95%. Depois da "Administração pública", a natureza jurídica dos empregadores que mais empregaram foram as "Entidades empresariais" (37,03%) e as "Entidades sem fins lucrativos" (15,76%). As outras duas categorias de natureza jurídica, "Pessoas físicas" e "Instituições extraterritoriais" somaram apenas 0,26%.

Sobre o tipo de vínculo empregatício dos "Arquivistas e Museólogos", os dados da RAIS/MTE apresentados na dissertação indicaram que 55,54% dos profissionais desta Família ocupacional eram celetistas, 42,65% eram estatutários, 1,17% temporários e 0,64% contratados. Portanto, 98,19% dos "Arquivistas e Museólogos" eram celetistas ou estatutários. É importante ressaltar que a Administração Pública também contrata através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), principalmente, nas sociedades de economia mista, nas empresas públicas e nas fundações de direito privado.

A tabulação dos dados da RAIS/MTE sobre as áreas de atuação (atividades) dos empregadores dos "Arquivistas e Museólogos" apontaram que do total de 2.652

"Arquivistas e Museólogos" empregados formalmente em 2014, 51,54% dos profissionais estavam empregados em apenas dois setores econômicos: "Administração Pública, Defesa e Seguridade Social" (780 profissionais, o que representava 29,41% do total) e "Educação" (587 profissionais, o que representava 22,13% do total). Outros setores que se destacaram, com 100 ou mais profissionais, foram: "Atividades Administrativas e Serviços Complementares" (196 profissionais); "Atividades Profissionais Científicas e Técnicas" (192 profissionais); "Informação e Comunicação" (170 profissionais); "Outras Atividades de Serviços" (155 profissionais) e "Saúde Humana e Serviços Sociais" (110 profissionais).

Ao cruzar as informações do quantitativo de "Arquivistas e Museólogos" empregados na "Administração pública, defesa e seguridade social" e na "Educação" com as informações sobre a natureza jurídica do empregador, identificou-se que: a) o Poder Executivo era o que mais emprega "Arquivistas e Museólogos", os quais atuam no setor econômico "Administração pública, defesa e seguridade social"; b) o setor econômico "Educação", por seu turno, empregava mais "Arquivistas e Museólogos" nas Autarquias. O conhecimento da "natureza jurídica do empregador" dos setores econômicos que mais empregavam "Arquivistas e Museólogos" permitiu afirmar que esta Família ocupacional era composta, em sua maior parte, por servidores públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O posicionamento dos "Arquivistas e Museólogos" na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o perfil de emprego destes profissionais foram discutidos, na dissertação, a partir da contextualização do sistema profissional como um todo e dentro do percurso histórico destas profissões. Conhecer as trajetórias ocupacionais dos Arquivistas e dos Museólogos poderá auxiliar e orientar a formulação e implementação de políticas públicas de formação e emprego para estes profissionais.

"Arquivistas e Museólogos" se posicionam, na CBO, em uma mesma Família ocupacional, por motivos pragmáticos. Embora não haja consistência teórica e metodológica para esta junção, ela se fez necessária para cumprir os objetivos práticos propostos pela Classificação Brasileira de Ocupações e pela inexpressividade numérica da Família ocupacional. A reunião destes profissionais em uma mesma Família ocupacional também pode ser explicada pelo uso, mesmo que adaptado, da Classificação Internacional

Uniforme de Ocupações, de 1988, (CIUO 88) como referência, uma vez que esta classificação internacional agrega os Arquivistas e os Museólogos no Grupo Primário *Archiveros y conservadores de museos* (*Archivists and curators*).

A Classificação Brasileira de Ocupações padroniza a linguagem ocupacional e isto é muito importante, pois a formulação de políticas públicas consistentes depende da qualidade das informações que recebem seus formuladores (NOZOE *et al*, 2003). Mas para ser uma ferramenta realmente útil, estas informações, além de padronizadas, precisam estar atualizadas com a realidade de trabalho. Ao conhecer, sistematizar e classificar o mercado de trabalho brasileiro, a CBO estabelece parâmetros que informam e representam as relações sociais, políticas e econômicas do país (SEGNINI *apud* SUGIMOTO, 2004).

A Classificação Brasileira de Ocupações é muito utilizada nos planos de cargos e salários, mas seu uso equivocado, como, por exemplo, na descrição ou atribuição de cargos nos editais de concurso público, prejudica os profissionais em questão. Assim, a atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, de forma a aprimorá-la e a favorecer seu uso correto, é uma forma de identificar e reconhecer as profissões, favorecendo a valorização e a afirmação da identidade profissional.

Pelos dados da RAIS/MTE apresentados, pode-se inferir certo perfil de quem eram e onde estavam empregados formalmente os 2.652 "Arquivistas e Museólogos". A maioria desta Família ocupacional estava empregada nas seguintes Unidades Federativas: Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os "Arquivistas e Museólogos" eram compostos majoritariamente por mulheres; por pessoas que não deram continuidade aos estudos em nível de Pós-Graduação *stricto sensu*, que estavam na faixa etária de 30 a 39 anos, possuíam faixa de remuneração média mais frequente de 7 a 10 salários mínimos, trabalhavam de 31 a 40 horas semanais, estavam empregadas por tempo igual ou superior a 10 anos, e possuíam o vínculo de trabalho celetista. O empregador mais frequente entre os "Arquivistas e Museólogos" foi a Administração pública, os estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados e os que atuam no ramo da atividade econômica "Administração pública, defesa e seguridade social".

Os dados estatísticos sobre a Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" pouco revelam sobre o perfil de emprego de cada profissional e é latente a necessidade de melhor conhecer o mercado de trabalho destes profissionais de forma desagrupada, a fim

de observar as homogeneidades e heterogeneidades destes trabalhadores, que, talvez, fiquem encobertas nos dados agregados.

Do ponto de vista das políticas públicas, ficou evidente a grande dificuldade de se viabilizarem propostas sobre formação e emprego para Arquivistas e Museólogos, quando os dados quantitativos das duas profissões são agrupados em uma mesma Família ocupacional. Neste caso, levantam-se hipóteses de que: muitos Museólogos trabalhem em condições de informalidade nos museus brasileiros (DAMASCENO, 2015) e em Curadorias, por meio de ocupação informal, que, em geral, é um trabalho precário, caracterizado pela instabilidade no vínculo empregatício (trabalho temporário, terceirização e subcontratação), informalidade, baixa remuneração e baixa qualificação (BRAGA, 2012 *apud* DAMASCENO, 2015); a maioria do trabalho arquivístico ocorra em regime de trabalho formal, em atividades burocráticas da administração pública, sendo, portanto, o Arquivista, e não o Museólogo, o principal representante da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" nos dados da RAIS/MTE. Só a desvinculação das duas profissões e/ou dos dados estatísticos correspondentes permitiria a comprovação destas hipóteses e uma completa observação da realidade. A partir dos desdobramentos das conclusões, a dissertação encerrou-se elencando doze recomendações (sugestões) de temas para pesquisas futuras.

OVERVIEW OF THE DISSERTATION *THE OCCUPATIONAL FAMILY "ARCHIVISTS AND MUSEOLOGISTS": POSITIONING IN THE BRAZILIAN CLASSIFICATION OF OCCUPATIONS AND EMPLOYMENT PROFILE*

ABSTRACT

The article is a general presentation of the master's dissertation titled "The Occupational Family 'Archivists and Museologists': positioning in the Brazilian Classification of Occupations and employment profile." The general objective of the study was to contribute to a critical reflection on the position of Archivists and of the Museologists, in the Brazilian Occupation Classification (BCO), in order to support the improvement of this classificatory instrument, allowing the use of BCO, in the work statistics, to effectively reveal the employment profile of each one of these professionals. The dissertation basis was made through the theoretical contributions of the Sociology of Professions; of the socio-historical trajectory of Archivists and Museologists; of the interfaces

between Archivology, Museology and interdisciplinary areas; and studies of the labor market of Archivists, Museologists and the Occupational Family "Archivists and Museologists".The methodological approach used was qualitative and quantitative; the level of interpretation of the objectives was descriptive and explanatory; and the research techniques used were documentary research and bibliographic research.The results of the research indicate that: "Archivists and Museologists" belong to the same Occupational Family for pragmatic reasons, numerical inexpressiveness and the use, even if adapted, of the 1988 International Standard Classification of Occupations, as a reference for the elaboration of BOC; to be a useful tool, BOC information needs to be up-to-date with the work reality of these professionals; from the data of the Annual Report of Social Information, it is possible to infer a certain profile of who are and where they are formally employed the 2,652 "Archivists and Museologists"; the aggregate data reveal little about the employment profile of each professional and makes it difficult to make proposals for public policies of training and employment for Archivists and Museologists, so it is latent the need to better know the labor market of these professionals in an ungrouped form.

Keywords: Brazilian Occupation Classification. Archivists. Museologists. Social Information Annual Report.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiara dos Santos. **A Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos":** posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AE3HFE>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo:** estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 1978.

_____. Lei nº 7.287, de 18 de novembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 1984.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Bases Estatísticas RAIS e CAGED**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações. Buscas por Título. Arquivistas e museólogos.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, [2002?a]. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações:** CBO. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, 2010a. Não paginado. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2014/09/CBO-Livro-1.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações. CBO 2002. Informações Gerais.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, [2002?b]. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=MASd9NWTA0LTlslDzm1v88Xr.slave13:mte-230-cbo-01>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Edital de Chamada Pública de Parcerias SPPE/MTE N° 22/2010.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **[Estudo de escopo que subsidiou a inclusão da Família Ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002].** São Paulo: Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, 2000-2001.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n° 397**, de 09 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo o território nacional e autoriza sua publicação. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/legislacao.jsf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

DAMASCENO, Wagner Miquéias Felix. A situação dos museólogos brasileiros: uma análise sobre trabalho e precarização. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA, 6., 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2015. p.1-17. Disponível em: <http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/pdf/AN4B.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil:** conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1982.

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da museologia.** Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

NOZOE, Nelson Hideiki; BIANCHI, Ana Maria; RONDET, Ana Cristina Ablas. A nova classificação brasileira de ocupações: anotações de uma pesquisa empírica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000300023&script=sci_arttext#tx11>. Acesso em: 05 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones. Página de Entrada**. Suíça: CIUO, 2005. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/index.htm>. Acesso em: 05 mar. 2018.

PENA, André de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da Informação no Brasil:** um estudo a partir da RAIS/MTE, 1992-2005. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional:** formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

SUGIMOTO, Luiz. O ofício de cada um. **Jornal da Unicamp**, Campinas, n. 256, jun. 2004. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2004/ju256pag03.html>. Acesso em: 05 mar. 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia.** Deliberações, recomendações e monção. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2010/11/I-REPA-RECOMENDAES.pdf.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

Trabalho recebido em: 10 mar. 2018 **Trabalho aceito em: 19 mar. 2018**

ISSN 2316-7300
informação arquivística
Artigo

PANORAMA SOBRE CONCURSOS PÚBLICOS EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL[1]

Karina Xavier Holstein[2]

Moisés Rockembach[3]

RESUMO

A pesquisa buscou identificar características de seleções públicas para Arquivistas no Brasil por meio da análise de 1847 questões contidas em 68 provas de concurso público aplicadas no país. A partir de categorização teórica baseada na literatura nacional e internacional, verificou-se que os assuntos não são abordados em proporções iguais, sendo que alguns temas sequer são tratados nas provas. Analisou-se quantitativamente a ocorrência de cada tópico, bem como a frequência de citação das bibliografias referentes às normas e autores da disciplina. Em relação à bibliografia, demonstrou-se que é pouco citada de forma explícita nas questões. Foi identificado que os concursos tendem a ocorrer em maior quantidade nos locais onde existem cursos de Arquivologia.

Palavras-chave: Arquivologia. Concurso Público. Mapeamento Geográfico. Referencial Teórico.

[1] Artigo agraciado com o **1º lugar** no **"Prêmio REPARQ 2017 - Melhor Artigo proveniente de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquivologia"**, concedido na V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).

[2] Bacharela em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: kaka.holstein@hotmail.com.

[3] Professor do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS); Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto/Universidade de Aveiro, Portugal; Mestre em Comunicação e Informação e Bacharel em Arquivologia pela UFRGS. E-mail: moises.rockembach@ufrgs.br.

1 INTRODUÇÃO

Os concursos públicos são um tipo de processo seletivo muito concorrido no Brasil devido aos diversos benefícios que oferecem. Tal procedimento assegura a observância dos mais básicos e fundamentais princípios da Administração Pública como a impessoalidade, a publicidade, a moralidade e a legalidade, sendo um processo transparente e isonômico cuja finalidade é a seleção do(s) candidato(s) mais bem preparado(s). Sua avaliação é dotada de critérios objetivos, fator que garante igualdade entre os concorrentes independentemente de classe social ou ideologia.

O número de candidatos disputando vagas no setor público tem crescido muito, sendo estimado que mais de dez milhões de brasileiros estejam se preparando para disputar uma vaga nos próximos doze meses (AQUINO; NICACIO; GUEDES, 2016). A Arquivologia – por ser área em recente ascensão, cujos cursos de graduação no Brasil começaram a se difundir nos últimos 30 anos – tem se beneficiado desse cenário e recebe grande demanda para vagas no setor público, considerado o relativamente baixo número de alunos formados todos os anos quando comparado com outras áreas do conhecimento.

Observada a necessidade de pesquisas que identificassem a correlação entre os conhecimentos em Arquivologia e os processos seletivos públicos, foram coletadas provas realizadas no período de janeiro de 2014 a junho de 2016 para análise das questões de conhecimentos específicos para cargos que exigiram graduação na área. Com relação à expressão "conhecimentos específicos" Cavallini (2008) esclarece: "as disciplinas que fazem parte das provas específicas são diretamente ligadas à área de formação do candidato (no caso de nível superior de escolaridade) e ao cargo concorrido", sendo que os pesos das questões específicas geralmente correspondem a um número maior do que os pesos das demais provas.

A relação entre os principais tópicos cobrados pelos concursos para Arquivista no Brasil e o referencial teórico arquivístico foi o tema central da pesquisa, mas também foram verificados os tópicos mais recorrentes e as razões pelas quais outros são negligenciados, bem como foi feito mapeamento das provas de acordo com as regiões do país.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como problema de pesquisa foi proposta a seguinte pergunta: quais os principais conhecimentos específicos exigidos pelos atuais concursos públicos para o cargo de Arquivista no Brasil e como se dá sua relação com o referencial teórico arquivístico? A partir desse questionamento foram descritas as características dos dados encontrados – identificando, registrando e analisando as relações entre as variáveis.

Para tanto, foi definido como objetivo geral a análise dos tópicos cobrados nas provas de concursos públicos para o cargo de Arquivista no Brasil – com realização entre janeiro de 2014 e junho de 2016 – estabelecendo relações com as referências bibliográficas utilizadas e realizando mapeamento das provas no contexto nacional. Os objetivos específicos foram os seguintes: relacionar os concursos públicos para Arquivista cujas provas foram aplicadas no intervalo de tempo definido e que integravam a base de dados do *website* PCI Concursos; estabelecer o assunto de cada uma das questões das provas selecionadas de acordo com as áreas definidas como de destaque na Arquivologia; elaborar levantamento estatístico dos assuntos cobrados nas questões; identificar as principais referências bibliográficas utilizadas para a elaboração das questões; e comparar os conhecimentos exigidos nas provas com o referencial teórico arquivístico.

Optou-se por uma abordagem predominantemente qualitativa, buscando a interpretação dos dados coletados e a atribuição de significados, não excluindo a utilização de dados numéricos para realizar o mapeamento da frequência com que os temas foram abordados nas questões. Os procedimentos técnicos adotados foram o bibliográfico e o documental, visto que foram utilizados tanto materiais já publicados por outros autores quanto documentos que ainda não haviam recebido qualquer tratamento analítico. Ao todo foram selecionadas 68 provas cujos dados foram organizados em uma planilha pelas seguintes categorias: nome do cargo, banca organizadora, órgão/instituição para qual o concurso será prestado, mês e ano de aplicação da prova e quantidade de questões de conhecimentos específicos. A partir de uma segunda planilha foram identificados subtópicos das questões e referências bibliográficas, quando citadas.

Do total de 1847 questões, 39 não eram relacionadas à Arquivologia e 16 foram anuladas, resultando em 1792 questões que foram classificadas em 2214 tópicos principais. O número superior de tópicos resulta da possibilidade de enquadrar uma

mesma questão em mais de um tema. Outro número relevante encontrado na análise é o de referências citadas. Dos 2214 tópicos listados durante a classificação das questões apenas 642 vieram acompanhados de menção às obras consultadas, o que representa um total de 28,99%.

É importante ressaltar que não há como assegurar que a base de dados do *website* PCI Concursos contemple todos os concursos realizados no Brasil no período delimitado, mas dada a quantidade de provas e questões analisadas e as características do site, o qual concentra muitas provas de concurso de forma atualizada, acredita-se que os resultados obtidos representam a realidade das seleções públicas para Arquivista a nível nacional.

3 EM BUSCA DE EIXOS TEMÁTICOS NA ARQUIVOLOGIA

A necessidade de recursos humanos especializados para trabalhar nos arquivos incitou a demanda por profissionais capazes de compreender a estrutura, a evolução, as funções e as atividades institucionais para poder transformar os dados dos documentos em informação para os usuários; conhecimentos esses que necessitam do auxílio de bases, princípios e técnicas para serem desenvolvidos (BELLOTTO, 2014). A formação em Arquivologia proporciona um aprendizado multi, inter e transdisciplinar, ao mesmo tempo em que desenvolve habilidades práticas, críticas e reflexivas sobre a atuação profissional.

No início do século XXI, principalmente, foram observadas mudanças bastante significativas referentes ao objeto de estudo da disciplina. Com o surgimento do conceito de *Records Management* a área passou a lidar não somente com a documentação de arquivos históricos, mas a intervir na fase de produção e tramitação documental (SILVA et al., 1998). A expansão da Internet e o crescimento da produção de documentos digitais levaram muitos a crer que o papel do Arquivista seria dispensável, mas a necessidade de gestão documental, transparência pública e direito de acesso à informação – fundamentados pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e pela Lei de Acesso à Informação de 2011 (BRASIL, 2011) – asseguram ao Arquivista importante função nesse processo. A crescente necessidade desses profissionais, por sua vez, ocasionou o aumento da demanda e o maior número de processos seletivos públicos para a área.

Compreendendo que há diversidade de correntes e temas defendidos por pesquisadores, foi preciso delimitar um quadro de categorias que abarcasse grande parte das referências da disciplina. Para tanto, recorremos a três obras: a primeira delas é a de Couture, Martineau e Ducharme (1999), os quais constatam que "o estudo das estruturas dos cursos sugere a existência de uma preponderância cada vez maior da parte arquivística" sendo suficiente que os ensinamentos dos outros saberes que contribuem para a formação do arquivista sejam orientados "em função das necessidades específicas da arquivística" (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p.42). Essa abordagem também é destacada por Bellotto (2014) na segunda referência selecionada, que confere relevância às três idades do ciclo de vida documental, primando pelo ensino da arquivística fundamental enquanto as chamadas 'disciplinas auxiliares' servem como complemento ao plano de ensino. Embora a autora faça referência à alta complexidade e dificuldade da prática de conciliar o ensino de arquivos correntes e históricos em uma mesma formação, também esclarece que tal procedimento é fundamental para que haja "unicidade da função arquivística" (BELLOTTO, 2014, p.207). Além desses foram considerados também os temas elencados por Jardim (2012) como áreas de destaque e tendência na pesquisa em Arquivologia, associando currículo acadêmico a investigação científica, sendo que alguns tópicos "merecem reflexão com vistas à definição de programas de pesquisa" (JARDIM, 2012, p.147), visto que ela "tem implicação direta nos modelos e práticas de formação do arquivisita na graduação e na pós-graduação" (JARDIM, 2012, p.152).

A partir da análise dos temas elencados nas três obras citadas elaborou-se proposta de categorização que englobou também os tópicos cobrados nas questões das provas estudadas. Tal proposta foi dividida em dois grupos: "arquivística pura" e "disciplinas conexas". Essa classificação obedeceu a critérios que consideraram tanto a importância quanto a origem de tais atividades no contexto arquivístico. Por exemplo, temas como "preservação, conservação e restauração", "documentos digitais" e "digitalização", ainda que possuam forte relação com as atividades do Arquivista, foram aqui definidos como "disciplinas conexas" porque não possuem sua origem na Arquivologia e seus conceitos, na conjuntura dessa pesquisa, estavam relacionados aos seus conteúdos fundamentais e não às suas intersecções com a área.

Nos quadros 1 e 2 é possível observar a compilação das categorias defendidas pelos autores:

Quadro 1 – Categorias temáticas para análise: arquivística pura

Arquivística pura	Referências
Fundamentos de Arquivologia	- Bellotto, 2014: Introdução à Arquivologia (conceitos gerais); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (arquivística fundamental).
História arquivística	- Bellotto, 2014: Introdução à Arquivologia (histórico); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: História sob medida (história dos arquivos).
Terminologia	- Bellotto, 2014: Introdução à Arquivologia (terminologia).
Gestão documental	- Bellotto, 2014: Arquivo corrente (gestão de documentos); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (gestão de documentos).
Classificação e avaliação	- Bellotto, 2014: Arquivo corrente (classificação, avaliação); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (funções arquivísticas).
Arranjo e descrição	- Bellotto, 2014: Arquivo permanente (arranjo, descrição); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (funções arquivísticas).
Políticas arquivísticas	- Bellotto, 2014: Introdução à Arquivologia (políticas); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (políticas e gestão de programas arquivísticos); - Jardim, 2012: Políticas arquivísticas.
Legislação arquivística	- Bellotto, 2014: Introdução à Arquivologia (legislação); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (legislação e questões jurídicas).
Gestão Institucional	- Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (gestão dos arquivos); - Jardim, 2012: gestão de serviços e instituições arquivísticas.
Normatização	- Jardim, 2012: Normalização.
Difusão	- Bellotto, 2014: Arquivo permanente (ação cultural e educativa dos arquivos); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (funções arquivísticas); - Jardim, 2012: usos e usuários da informação arquivística.
Perfil profissional	- Bellotto, 2014: Introdução à Arquivologia (campus de atuação); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: História sob medida (história da profissão de arquivista); - Jardim, 2012: o perfil da atividade arquivística.
Aquisição	- Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (funções arquivísticas).

Arquivos específicos	Este tópico foi criado devido à necessidade de classificar questões que versavam especificamente sobre o arquivo da instituição contratante, não podendo ser classificadas em outro tópico.

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Categorias temáticas para análise: disciplinas conexas

Disciplinas conexas	Referências
Preservação, conservação e restauração	- Bellotto, 2014: Disciplinas instrumentais (preservação e restauração); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Ciências da informação (preservação e conservação); - Jardim, 2012: Preservação.
Documentos digitais	- Bellotto, 2014: Disciplinas instrumentais (informática); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Ciências da Informação (utilização de novas tecnologias); - Jardim, 2012: Documentos digitais.
Digitalização	- Bellotto, 2014: Disciplinas instrumentais (informática); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Ciências da Informação (utilização de novas tecnologias).
Ciências da Informação	- Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Ciências da Informação (fundamentos das ciências da informação).
Estatística	- Bellotto, 2014: Disciplinas instrumentais (estatística).
Paleografia	- Bellotto, 2014: Disciplinas instrumentais (paleografia).
Diplomática	- Bellotto, 2014: Disciplinas instrumentais (diplomacia); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (diplomática e arquivística descritiva).
Microfilmagem	- Bellotto, 2014: Disciplinas instrumentais (microfilmagem); - Couture, Martineau e Ducharme, 1999: Arquivística pura (suportes especiais).

Fonte: elaborado pelos autores.

Cada um dos temas indicados acima possui subdivisões que orientam o estudo acadêmico e cada subdivisão pode ser interpretada a partir de conceitos distintos de acordo com o autor escolhido. No entanto, é importante destacar que o objetivo do presente trabalho não era identificar divergências entre as propostas, e sim compilar os tópicos mais importantes para possibilitar que a análise do objeto de estudo fosse feita da maneira mais completa possível.

4 PANORAMA BRASILEIRO DOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA ARQUIVISTA

Os dados coletados na primeira etapa de análise das provas possibilitaram a observação de interessante aspecto referente aos certames. Identificando a localidade oficial da entidade contratante foi possível mapear os resultados e concluir que, a nível nacional, existe a tendência de concentração de provas próximo aos grandes centros urbanos, podendo ser percebidas apenas algumas exceções de concursos realizados fora dessas zonas. A figura a seguir representa a relação entre a localização dos cursos de Arquivologia e a localização de cada órgão/instituição contratante do conjunto de provas analisadas:

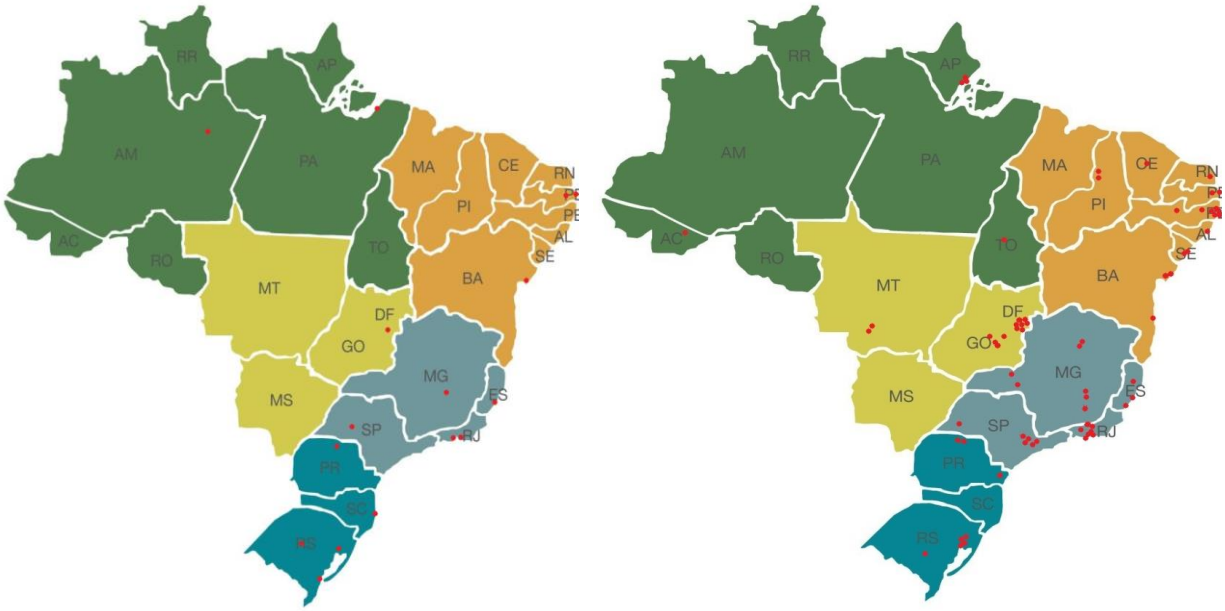


Figura 1 - Comparação entre localização de cursos de Arquivologia (esquerda) e concursos públicos para Arquivista (direita) – Fonte: elaborado pelos autores

Com a identificação do endereço das instituições que oferecem curso de Arquivologia na modalidade presencial foi possível concluir que as provas aplicadas seguem uma tendência de localização similar à dos cursos, indicando que a existência da graduação em determinada localidade próxima pode ser um fator que influencia a criação de vagas e a consequente seleção pública por meio de concurso. No entanto, também é possível constatar que tal tendência não é proporcional em cada região, ou seja, a presença de maior número de cursos não indica, necessariamente, que aquela zona

apresentará o maior número de concursos. Na tabela abaixo é possível verificar essas proporções:

Tabela 1 - Análise de provas aplicadas e cursos de Arquivologia por região

Região	Número de provas aplicadas	Percentual sobre o total de provas	Número de cursos de Arquivologia	Percentual sobre o total de cursos
Norte	5	7%	2	12,50%
Nordeste	19	28%	3	18,75%
Centro-Oeste	13	19%	1	6,25%
Sudeste	23	34%	5	31,25%
Sul	8	12%	5	31,25%
TOTAL	**68**	**100%**	**16**	**100%**

Fonte: elaborado pelos autores

Observando a tabela é possível concluir que não há relação direta aparente entre a quantidade de cursos e a de provas aplicadas em determinada região, mas que, conforme demonstrado anteriormente, os concursos parecem apresentar uma tendência de localização similar à de áreas que possuem a referida graduação. Também foi possível identificar que a estimativa populacional de cada Unidade da Federação não aparenta ter qualquer relação com a quantidade de concursos aplicados nesta, ou seja, não se pode concluir que quanto mais pessoas residirem em um estado maior será a quantidade de provas para o cargo de Arquivista lá registradas.

A fim de corroborar tal afirmação foi elaborado levantamento da estimativa populacional de cada estado no ano 2016. Os dados indicaram que três estados com igual número de provas aplicadas possuem estimativas populacionais completamente diferentes: Amapá (782.295 habitantes), Bahia (15.276.566 habitantes) e Espírito Santo (3.973.697 habitantes). Ao mesmo tempo Pernambuco, com menos de ¼ (um quarto) da população de São Paulo, registrou um número superior de processos seletivos para Arquivista. Outra característica que merece destaque é o fato de sete estados não terem apresentado nenhum concurso registrado na base de dados do *website* consultado. O maior deles em número de habitantes – o Pará, com 8.272.724 – possui pelo menos 23% a mais de moradores quando comparado a Goiás que, por sua vez, registrou a ocorrência de quatro provas.

Acredita-se que as informações apresentadas são suficientes para afirmar que não há relação proporcional entre o número de habitantes de um estado e a quantidade de concursos lá aplicados. No entanto, tal elemento pode ser considerado um bom indicador para avaliar as necessidades de cada região, visto que um estado mais populoso possivelmente produz mais documentos e tende a receber uma quantidade maior de pedidos de acesso à informação, e o Arquivista é o profissional indicado para lidar com tais demandas.

5 ANÁLISE DOS TÓPICOS E REFERÊNCIAS DE DESTAQUE

O processo de análise dos dados consistiu em classificar individualmente cada questão de acordo com um ou mais assuntos selecionados a partir das temáticas principais listadas nos quadros 1 e 2. Isso significa que, embora tenham sido classificadas 1792 questões, o número de tópicos encontrados foi muito superior, chegando a 2214. O levantamento quantitativo desse resultado permitiu a identificação de sete assuntos principais, os quais registraram mais de 150 ocorrências cada, e outros 15 assuntos com menos de 150 ocorrências cada. Os resultados obtidos podem ser observados detalhadamente na tabela abaixo, a qual engloba todos os eixos temáticos encontrados:

Tabela 2 – Análise de ocorrência de cada tópico

Tópicos	Número de ocorrências de cada tópico	Percentual sobre o total de 2214 tópicos
Legislação	295	13,32%
Fundamentos	269	12,15%
Terminologia	225	10,16%
Gestão Documental	216	9,76%
Arranjo/Descrição	215	9,71%
Classificação/Avaliação	204	9,21%
Documentos Digitais	196	8,85%
Preservação/Conservação/Restauro	144	6,50%
Normatização	127	5,74%
Microfilmagem	76	3,43%

História Arquivística	50	2,26%
Diplomática	43	1,94%
Gestão Institucional	40	1,81%
Políticas Arquivísticas	24	1,08%
Ciências da Informação	19	0,86%
Perfil Profissional	17	0,77%
Difusão	15	0,68%
Digitalização	15	0,68%
Arquivos específicos	11	0,50%
Estatística	7	0,32%
Paleografia	4	0,18%
Aquisição	2	0,09%
TOTAL	2214	100,00%

Fonte: elaborado pelos autores.

As questões referentes a Legislação, Fundamentos de Arquivologia, Terminologia, Gestão Documental, Arranjo/Descrição, Classificação/Avaliação e Documentos Digitais foram identificadas como sendo as mais recorrentes no conjunto de provas analisadas. Acredita-se que esse resultado se deu devido à substancialidade das referidas temáticas para a adequada execução do trabalho do Arquivista. No total, os sete destaques especificados acima foram identificados em 73,17% dos tópicos encontrados, enquanto os outros 15 assuntos juntos correspondem a somente 26,83% dos resultados.

E possível observar que os números estão muito distantes de serem homogêneos – situação que também não representaria o cenário ideal, mas, ao menos, proporcionaria maior visibilidade a algumas áreas importantes que são negligenciadas. Considerando que as 68 provas selecionadas continham um total de 1847 questões, a quantidade média de questões por prova é de 27,16. Multiplicando-se esse valor médio pela porcentagem referente aos sete tópicos principais (73,17%) encontra-se o valor 19,87. Isso significa que uma prova com 27,16 questões teria um total de 19,87 destas versando apenas sobre sete assuntos – o que resultaria em quase três questões para cada – enquanto as 7,29 questões restantes seriam divididas para contemplar o máximo possível dos 15 tópicos remanescentes.

É normal que alguns assuntos possuam maior utilidade no dia a dia do Arquivista quando comparados a outros, no entanto, as ações de Difusão têm se mostrado de extrema relevância nas instituições arquivísticas como forma de promoção do acervo e, ainda assim, encontram espaço em menos de ¼ (um quarto) das provas analisadas. O cenário identificado nesta pesquisa demonstra que não há preocupação por parte das bancas organizadoras e, principalmente, das instituições contratantes (visto que geralmente são estas que determinam os assuntos a serem tratados nas questões) em abordar a Arquivologia de maneira completa, considerando suas diversas ramificações.

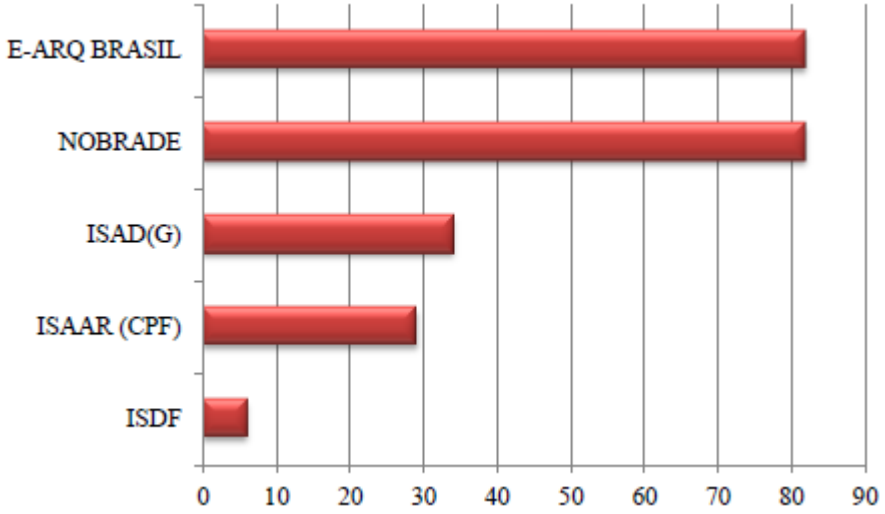
A análise de citação de referências bibliográficas, por sua vez, permitiu concluir que a inclusão da fonte não pode ser considerada prática frequente. Dos 2214 tópicos listados durante a classificação das questões apenas 642 continham menção às obras consultadas, o que representa um total de 28,99%. A fim de analisar as bibliografias citadas foi elaborada uma divisão inicial em quatro grupos, sendo estes: obras de referência da disciplina, normas, legislação e Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA). Tais classes foram definidas por terem apresentado destaque durante a análise e representarem 85% do total de 642 referências encontradas. Os 15% restantes são referentes a publicações mais específicas no âmbito da instituição contratante ou de autores pouco recorrentes.

"Legislação" e "Normas arquivísticas" apresentaram destaque, contando com um total de citações maior quando comparadas às obras de referência da disciplina. Tal realidade é preocupante, visto que as obras de referência são as bases do conhecimento arquivístico e a origem de todos os princípios, teorias e conceitos sob os quais a disciplina é construída. No entanto, é compreensível tal resultado se o analisarmos pelo ponto de vista da banca organizadora do concurso, a qual busca se proteger e evitar possíveis recursos contra questões mal formuladas. Nesse caso a utilização de leis e normas é benéfica, pois há facilidade para pontuar tópicos que poderão ser cobrados e as chances de evitar a subjetividade – e com isso a dupla interpretação – são maiores.

As referências de legislação incluem diversos decretos, leis, medidas provisórias e resoluções, além da Constituição Federal. Já as citações a partir das normas focaram em cinco publicações da Arquivologia, com destaque para duas: e-ARQ Brasil (Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos) e

NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística), conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Frequência das bibliografias referentes às normas arquivísticas



Fonte: Elaborado pelos autores.

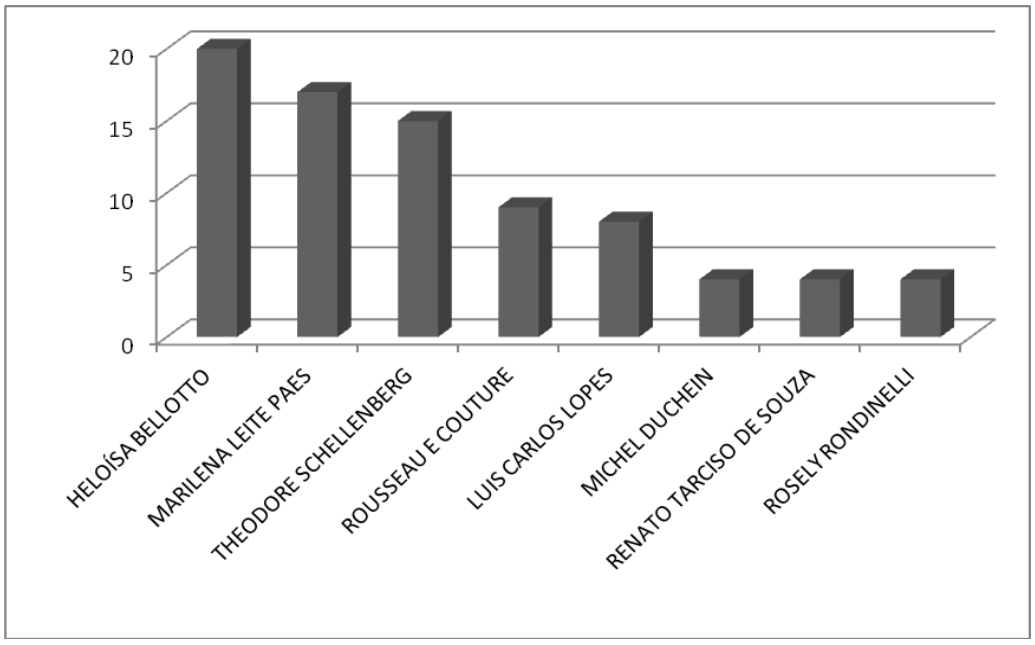
Considerando a mais frequente e atual aplicação prática das duas normas (e-ARQ Brasil para arquivos ativos e NOBRADE para arquivos inativos), pode-se dizer que há boa divisão de proporção entre elas, que, por coincidência, registraram igual quantidade de ocorrências nesta pesquisa. As outras três normas – ISAD(G) (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística), ISAAR(CPF) (Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias) e ISDF (Norma Internacional para Descrição de Funções) – são utilizadas majoritariamente no âmbito dos arquivos permanentes, resultado compreensível considerando a pouca existência de normas referentes à gestão documental e a divulgação, ainda menor, das que já existem.

É fundamental destacar também a importância da maior referência à NOBRADE quando comparada à ISAD(G), visto que aquela é uma adaptação desta à realidade brasileira. Os números mostram que há preferência pela utilização da norma adaptada, o que reflete preocupação em fortalecer a utilização da bibliografia nacional e priorizar a aplicação de padrões brasileiros nos arquivos do país. Tal resultado é bastante relevante no campo da Arquivologia em razão de grande parte das referências da área serem

estrangeiras e servirem como base para o ensino da disciplina nas universidades brasileiras.

Assim como a análise das normas, o resultado da avaliação das obras mais referenciadas pelas bancas também indica a priorização de referências brasileiras em detrimento de grandes nomes da Arquivologia internacional. Os autores que se destacaram por aparecerem com maior frequência estão representados a seguir:

Gráfico 2 - Frequência de citação de autores da área



Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme pode ser observado no gráfico, há predominância de títulos brasileiros nas obras de referência da Arquivologia, sendo estes os responsáveis por mais de 65% das bibliografias de autores mencionadas nas questões. Na maioria das vezes as questões não fazem menção direta ao título da obra de cada autor, no entanto, a partir da data de publicação das referências citadas foi possível concluir que pouco mais da metade teve sua primeira publicação no fim do século XX, enquanto o restante, data dos anos 2000. As principais referências identificadas foram as seguintes:

- Heloísa Bellotto:

- *Arquivos permanentes: tratamento documental*
- *Diplomática e tipologia documental em arquivos*

- Luis Carlos Lopes:

- *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*
- *A nova arquivística na modernização administrativa*

- Marilena Leite Paes:

- *Arquivo: teoria e prática*

- Michael Duchein

- *O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*

- Renato Tarciso de Souza:

- *Arquivística: temas contemporâneos*

- Rosely Rondinelli:

- *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*

- Rousseau e Couture:

- *Os fundamentos da disciplina arquivística*

- Theodore Schellenberg:

- *Arquivos modernos: princípios e técnicas*

Observa-se, portanto, que, embora haja a utilização de obras relativamente recentes, cujo conteúdo teórico é extremamente relevante para o desenvolvimento da disciplina, não há detrimento daquelas consideradas como clássicos da Arquivologia. Segundo Carvalho (2013), a expressão "obra clássica" é utilizada para se referir àquelas que superam os limites de tempo e espaço em que foram criadas, perpetuando-se em meio aos leitores. Essa característica pode ser observada com clareza nos clássicos da área, cujos autores são referenciados em produções acadêmicas até hoje. Tais obras de referência estabeleceram princípios e técnicas que ultrapassaram os anos e continuam sendo aplicados na gestão de arquivos de todas as idades.

Todos os resultados e análises descritos foram fruto das informações contidas no conjunto de documentos oriundo do *website* PCI Concursos e que, embora extenso, pode não representar a totalidade de provas aplicadas para o cargo de Arquivista no Brasil durante o período definido. No entanto, as observações destacadas são de grande relevância para a área por serem um dos primeiros relatos a relacionar Arquivologia e

concursos públicos no contexto brasileiro. Espera-se que os dados apresentados possam ser utilizados como ponto de partida para outras pesquisas que busquem analisar as características da profissão nesse setor tão específico do mercado de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar os dados referentes à distribuição geográfica das provas, observou-se a tendência de concentração dos concursos próximo aos grandes centros urbanos do país. Embora essa relação possua exceções, indica que a contratação de Arquivistas nos órgãos públicos afastados das grandes capitais não é feita com frequência. No entanto, tal apontamento só poderia ser confirmado com o desenvolvimento de uma pesquisa no quadro de pessoal dessas instituições buscando verificar a existência e o preenchimento, ou não, das vagas. Conforme pôde ser observado na comparação entre as duas imagens da Figuras 1, a localização das provas aparenta seguir o padrão de distribuição dos cursos de Arquivologia no país, o que sugere que poderia haver maior oferta de concursos caso o número de cursos fosse superior.

Ainda que o material coletado para a elaboração desta pesquisa seja oriundo de uma única fonte em um espaço temporal específico, acredita-se, devido à quantidade de provas analisadas, que os resultados aqui obtidos representam a realidade dos concursos públicos para Arquivista no Brasil. Há diversos pontos que merecem revisão por parte das bancas organizadoras e se espera que os dados e conclusões aqui apresentados possam, de alguma forma, contribuir para a adequação das provas a uma realidade que valorize cada vez mais a produção científica e estimule o desenvolvimento da área.

Um dos pontos observados que merece destaque é o aparente descaso de algumas bancas organizadoras com relação à definição dos temas que devem ou não integrar a seção de conhecimentos específicos das provas. Questões que não tenham relação com as atividades e formação do Arquivista, por exemplo, não deveriam integrar a área da prova reservada para conhecimentos específicos. Caso tal conhecimento seja necessário ao bom desempenho do cargo é indicado que seja cobrado na seção comumente denominada "conhecimentos gerais", onde ficam concentradas as questões que não têm relação direta com o conteúdo específico do cargo para o qual a seleção está sendo feita.

No entanto, ao mesmo tempo em que algumas provas cobram temas referentes a outros campos do saber – refletindo a realidade de que nem sempre o conhecimento sobre a disciplina é tido como relevante para que se obtenha uma boa classificação na seleção – outras demonstram o contrário, explorando temas da Arquivologia que não apresentam destaque, mas são fundamentais para o desempenho da profissão. Essa segunda situação retrata o caso dos tópicos "Arquivos específicos" e "Aquisição", os quais não apresentaram respaldo na revisão de literatura desenvolvida neste trabalho, mas se mostraram necessários no decorrer da análise das questões, indicando, assim, que é fundamental o entendimento da arquivística como um todo para se obter um bom resultado no processo seletivo.

Ao mesmo tempo em que a necessidade de inclusão desses dois tópicos foi identificada no decorrer da análise, há outros cuja importância para a disciplina é incontestável e que, apesar disso, não apresentaram uma frequência que represente tal relevância. É o caso dos temas "Preservação/conservação/restauração" e "Difusão", os quais registraram, respectivamente, 6,5% e 0,68% do total de assuntos encontrados. As atividades de preservar, conservar e restaurar acervos, ainda que devam preferencialmente ser exercidas por um Conservador-Restaurador, fazem parte do currículo de formação do Arquivista e é fundamental que seus conceitos e técnicas básicas sejam de conhecimento desse professional. Já o conhecimento referente às técnicas de difusão se mostra igualmente importante no sentido de possibilitar às instituições a divulgação de suas atividades de modo a estimular a procura pelo arquivo e o interesse pelos documentos.

Em razão do foco deste trabalho ser especificamente analisar aspectos dos concursos para Arquivista, sem fazer relação com os currículos dos cursos de Arquivologia, não é possível concluir se os tópicos mais ou menos abordados se encontram nessas situações devido à influência ou à falta dessa nas universidades. Tal conclusão só seria possível por meio da análise de disciplinas da grade curricular de cada curso e uma comparação dessas com os temas exigidos nas provas, o que seria uma excelente forma de afirmar se as bancas organizadoras consideram relevantes ou não os tópicos de estudo dos cursos de graduação, e por isto sinalizamos essa perspectiva como um possível desdobramento dessa pesquisa.

Outra perspectiva de pesquisa a ser desenvolvida é a identificação de temas que não tenham apresentado ocorrência nas provas. Tal investigação possibilitaria constatar

se há matérias cujo conteúdo merece maior destaque por apresentar grande relevância no meio acadêmico, permitindo, dessa forma, o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento das diversas ramificações da área. Uma análise aprofundada dos currículos dos cursos, a qual englobasse as referências bibliográficas por eles utilizadas, possibilitaria ainda uma comparação com o material teórico adotado pelas bancas a fim de concluir se são semelhantes ou não.

Os resultados da pesquisa permitiram identificar que há grande escassez na menção de referencial teórico das questões, fato que pode ser prejudicial tanto para a banca organizadora – a qual estará mais vulnerável à interposição de recursos contra as respostas – quanto para o candidato – que poderá errar uma questão devido à utilização de publicação ou autor distinto do que foi pensado pela banca. Tal situação pode ser exemplificada por equívocos que foram constatados mais de uma vez no decorrer da análise, nos quais a banca fez uso de uma referência pouco conhecida (considerando-a como correta), mas também incluiu em uma das opções de resposta a definição de outra fonte mais popular e julgou-a errada.

Nessas circunstâncias, caso a bibliografia fosse citada não haveria margem para questionamentos e provável pedido de revisão do gabarito, mas a falta de objetividade na elaboração dessas questões possibilitou as duas opções de resposta e a consequente anulação da pergunta. Para evitar tais tipos de problemas é necessário que os responsáveis por elaborar as provas reflitam sobre como desenvolver os questionamentos e as opções de resposta com a utilização de critérios objetivos, baseados na literatura da área. A citação de referências ajuda a evitar os erros e a subjetividade, pois reduz consideravelmente as chances de haver dupla interpretação. Considerando que o propósito da elaboração de um concurso é selecionar aqueles mais preparados para assumir o cargo, é importante que os organizadores convirjam esforços para evitar erros como esses citados, caso contrário é possível que os selecionados tenham tido apenas sorte. Outro ponto positivo que pode decorrer da menção às fontes é o fortalecimento da produção científica e o consequente desenvolvimento da área, pois as pessoas terão mais motivos para ler a bibliografia para as provas e, com a leitura, o senso crítico é estimulado e novas ideias surgem, podendo resultar em futuras publicações.

Embora o resultado da análise de bibliografia utilizada nas provas demonstre que há um número superior de citações da legislação (38%), quando comparada às obras de referência da Arquivologia (15%), é importante destacar que, dentre estas, as publicações brasileiras representam 65%, número bastante significativo considerando que grande parte das técnicas e princípios da disciplina foram desenvolvidos por estudiosos e pesquisadores internacionais. Espera-se que tal resultado possa servir de incentivo aos autores brasileiros e estimular a produção de conhecimento nacional.

Há diversos temas de pesquisa que podem ser oriundos das conclusões aqui apontadas, além daqueles já mencionados. É importante que as investigações que relacionem o Arquivista com o seu mercado de trabalho sejam incentivadas e tenham visibilidade, fazendo com que o profissional conheça suas opções e possa, por fim, identificar eventuais necessidades e oportunidades, contribuindo para o desenvolvimento da disciplina e o reconhecimento da profissão.

PANORAMA OF CIVIL SERVICE EXAMS IN ARCHIVAL SCIENCE IN BRAZIL

ABSTRACT

The research identified characteristics of public selections for Archivists in Brazil through the analysis of 1847 questions contained in 68 tests applied throughout the country. From a theoretical categorization based on national and international literature, it was verified that the topics are not approached in equal proportions and some are not addressed at all in the tests. The occurrence of each topic was analyzed quantitatively, as well as the frequency of citation of bibliographies referring to archival standards and authors in the field. Regarding the bibliography, it was shown that it is infrequently mentioned in an explicit way in the questions. It was identified that the civil service exams have a tendency to occur in greater quantity in areas where there are courses of Archival Science.

Keywords: Archival Science. Civil Service Exam. Geographical Mapping. Theoretical Reference.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Wilson; NICACIO, Adriana; GUEDES, Fabiana. **Concurso**: o sonho da estabilidade. São Paulo: Editora Três, 2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/46397_CONCURSO+O+SONHO+DA+ESTABILIDADE/>. Acesso em: 28 fev. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos:** estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 25 fev. 2018.

_____. IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>. Acesso em: 1 mar. 2018.

_____. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Brasília: Diário Oficial da União, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 16 fev. 2018.

CARVALHO, Alexandre. **Clássicos da literatura**. São Paulo: Paulus, 2013. Disponível em: <https://www.paulus.com.br/portal/colunista/alexandre-carvalho/classicos-da-literatura.html#.WCOUHvorJhE>. Acesso em 09 nov. 2016.

CAVALLINI, M. **Conhecimentos específicos decidem vaga**: veja como se preparar. São Paulo: G1, 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Concursos_Empregos/0,,MUL388988-9654,00-conhecimentos+especificos+decidem+vaga+veja+como+se+preparar.html>. Acesso em 09 jan. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **e-Arq**: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: versão 1.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF**: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008

_____. **ISAAR(CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

_____. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: Finatec, 1999.

JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.

SILVA, Armando Malheiro da; et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

Trabalho recebido em: 06 mar. 2018 **Trabalho aceito em: 12 mar. 2018**

ISSN 2316-7300
informação arquivística
Artigo

ANTROPOLOGIA DAS EMOÇÕES EM ARQUIVOS PESSOAIS: A INTERDISCIPLINARIDADE COMO INSTRUMENTO[1]

Camilla Campoi de Sobral[2]

Patrícia Ladeira Penna Macêdo[3]

RESUMO

O presente trabalho busca construir um diálogo interdisciplinar entre a Arquivologia e a Antropologia das Emoções de forma a potencializar as maneiras de se pensar os arquivos pessoais. Os conhecimentos oferecidos pelos aportes teóricos das Ciências Sociais sobre emoções instrumentalizam o arquivista na compreensão das gramáticas afetivas tão recorrentes nos documentos íntimos. Um arquivo pessoal é o registro criado por um individuo para organizar sua vida em sociedade e invariavelmente apresentará seus afetos, desafetos e expressões de sentimentos. Consideramos também, que além de abrigar as muitas personas do produtor, um arquivo pessoal é produto do contexto em que o produtor esteve inserido no momento da produção documental. A partir desses parâmetros entendemos que arquivos produzidos em contextos limitados pela inserção do produtor em espaços restritivos ou de exceção merecem uma delimitação e um tratamento apropriado. Para relacionar as questões propostas utilizamos como objeto de análise o arquivo Lucia Velloso Maurício, presa entre 1971-1974 durante o período da Ditadura Militar no Brasil.

Palavras-chave: Arquivologia**.** Arquivos Pessoais. Antropologia das Emoções.

[1] Artigo agraciado com o **2° lugar** no **"Prêmio REPARQ 2017 - Melhor Artigo proveniente de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquivologia"**, concedido na V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).

[2] Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF); Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Arquivista na empresa Grifo Projetos Históricos e Editoriais. E-mail: millacampoi@gmail.com.

[3] Professora Assistente do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF); Mestre em História Social e graduada em História e Arquivologia pela UFF. E-mail: patricialpenna@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos e pesquisas sobre arquivos pessoais, apesar das crescentes iniciativas, são um campo ainda em desenvolvimento teórico, e ocupam uma posição periférica frente aos demais estudos arquivísticos. Esses arquivos, produzidos no cotidiano da vida de um indivíduo inserido numa época específica, possuem especial relevância na construção de uma memória coletiva. Ao adentrarem as instituições de preservação ou de memória, passam a ser reconhecidos como patrimônio social e oferecem ao usuário uma perspectiva diferente dos documentos produzidos no âmbito institucional.

De acordo com José Maria Jardim (2012), por muito tempo a produção do conhecimento arquivístico foi pensada a partir de dimensões empíricas, cujos resultados eram registrados em manuais e modos de fazer. As perspectivas atuais da área dialogam com a construção da pesquisa e a produção de conhecimento pelo arquivista, que atua no papel de pesquisador, produzindo reflexões e promovendo a oxigenação da área.

> A construção da pesquisa em Arquivologia suscita a frequente discussão sobre o próprio campo enquanto disciplina científica. Ao se fazer necessária a construção de agendas de pesquisa em Arquivologia é fundamental, portanto, refletir epistemologicamente sobre os seus métodos, objetos, universo empírico, recursos teóricos e questões interdisciplinares (JARDIM, 2012, p.136).

O processo de produção do conhecimento, como assinala Jardim, tem se revelado um exercício saudável no reconhecimento de novas indagações e no encontro de respostas. Trata-se, portanto, de um posicionamento do arquivista, que assume uma atitude científica no desempenhar de suas funções e reflexões. No que tange ao tratamento dos arquivos pessoais, função de pesquisa, pressupõe a compreensão de todo o processo de construção desses arquivos: quem foi o seu produtor, seu papel na sociedade e funções desempenhadas.

Desta forma, a elaboração de pesquisas sobre conjuntos arquivísticos pessoais contribui para a Arquivologia ao promover a problematização, ao incitar discussões que visem o desenvolvimento da área e ao potencializar os usos dos arquivos pessoais. Nesse sentido, torna-se essencial a reflexão em torno das práticas e metodologias, como a descrição arquivística, foco deste trabalho.

A descrição arquivística, segundo o teórico americano Theodore Schellenberg (2002), deve facilitar o uso dos arquivos, mesmo que isso signifique a elaboração de diferentes instrumentos de pesquisa para classes diversas de pesquisadores. Importante ressaltar que o autor inclui o usuário dentro da discussão sobre a descrição arquivística quando a identifica como uma ponte entre usuário e o acervo.

Os arquivos pessoais representam um fecundo campo de pesquisa e também um desafio, pois o tratamento desses conjuntos documentais — que, por sua natureza, possuem nuances e especificidades próprias — exige do arquivista pesquisador esforço e sensibilidade ao representar tais conjuntos por meio de instrumentos de pesquisas.

A descrição e o tratamento da informação de documentos privados pessoais apresentam um grau maior de dificuldade, relacionada em grande medida ao contexto de produção, ao uso e à guarda que perpassam a história do fundo. E agravada, em geral, pela escolha de termos e o uso da normatização em detrimento da especificidade do acervo.

As normas de descrição arquivística têm crucial importância no intercâmbio de informações. Entretanto, uma elaboração mais refinada, que consiste na representação intelectual do acervo pessoal, deve ser realizada pelo arquivista através da pesquisa e em relação direta com o contexto e os documentos a serem descritos.

As particularidades inerentes aos documentos pessoais pressupõem, por parte dos arquivistas, formulações de abordagens que busquem a potencialização desses conjuntos. Diante das dificuldades enfrentadas pelos profissionais no próprio escopo teórico da área e no que tange ao tratamento documental desses conjuntos, acreditamos que iniciativas pautadas em uma abordagem interdisciplinar sejam passiveis de oferecer subsídios para a elaboração de práticas que possibilitem um tratamento com vistas a potencializar a descrição e, consequentemente, o acesso a esses conjuntos.

Nesse sentido, a partir dos aportes teóricos da Antropologia sobre emoções, propomos nesse trabalho instrumentalizar o arquivista na compreensão das gramáticas afetivas tão recorrentes nos registros íntimos. Um arquivo pessoal é criado por um indivíduo para organizar sua vida em sociedade e, invariavelmente, apresentará seus afetos, desafetos e expressões de sentimentos. A partir do estudo das cartas de Lúcia Velloso Maurício, ex-presa política no período da ditadura militar, busca-se problematizar a representação das emoções em uma abordagem interdisciplinar no processo da descrição arquivística.

2 ARQUIVOS PESSOAIS E ANTROPOLOGIA DAS EMOÇÕES: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Os documentos pessoais são registros de ações e atividades do produtor no decurso de sua vida e seu cotidiano, e funcionam como prova de suas ações. No entanto, existe certa dificuldade no reconhecimento do *status* arquivístico desses conjuntos documentais. Para um maior esclarecimento em torno de tais afirmativas, optamos por apresentar as definições de documento e documento arquivístico, desenvolvidas por importantes autores de línguas latinas, que fundamentam e conversam salutarmente com a terminologia brasileira. Dessa forma, de acordo com a espanhola Antonia Heredia Herrera, o documento pode ser definido como:

> [...] todo registro de informação independentemente de seu suporte físico. Abarca tudo o que pode transmitir o conhecimento humano e [...] tudo que tenha um caráter representativo nas três dimensões e que esteja submetido à intervenção de uma inteligência ordenadora (HEREDIA HERRERA, 1991, p.122).

Enquanto que o documento arquivístico, para a também espanhola Vicenta Cortés Alonso, seriam aqueles:

> [...] acumulados em um processo natural por uma pessoa ou instituição, pública ou privada, no curso da gestão de assuntos de qualquer natureza, os produzidos e recebidos, de qualquer data, os quais são conservados e custodiados para servir de referência, como testemunho e informação, pelas pessoas responsáveis por tais assuntos e seus sucessores (CORTÉS ALONSO, 1989, p.31).

No que diz respeito ao conceito de arquivo pessoal, podemos afirmar que são constituídos por documentos de arquivos, uma vez que são produzidos para representar ações e funções da entidade que lhes deu origem e refletem, assim, o seu contexto de produção. Nesse sentido, são documentos naturalmente nascidos a fim de cumprirem determinada atividade/função. A complexidade encontra-se justamente no fato do individuo desempenhar diversas atividades no decurso de sua vida, e a produção documental decorrente não estar determinada por normas institucionais, bem como a sua acumulação e/ou descarte.

No caso dos arquivos pessoais, a subjetividade, a vontade e a expressão individual do produtor são refletidas nos documentos, tornando-os múltiplos e diversificados. Reconhecidos como a forma registrada da vida do indivíduo em sociedade, onde suas

funções e atividades nem sempre são fáceis de serem dissociadas, tornam-se um desafio para o arquivista no processo de representação – a descrição arquivística.

O entendimento presente na área de que, para arquivos pessoais, uma única formulação teórica não supriria todas as necessidades individuais, e que "cada caso é um caso", também dificulta alcançar um consenso sobre as formas de abordagem e tratamento. Essa premissa levou inclusive a pesquisadora Ana Maria de Almeida Camargo (2009) a utilizar-se do pleonasmo em seu artigo *Arquivos pessoais são arquivos.*

> A fim de garantir lastro às diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos. Quando se subverte essa relação, ou seja, quando o potencial de uso, tomado em sua inesgotável e imponderável magnitude, entra como componente do tratamento dos arquivos, substituindo as ações que justificaram sua produção, os documentos perdem o efeito de representatividade que os singulariza (CAMARGO, 2009, p.36-37).

A preocupação tardia dos arquivos pessoais no escopo teórico da Arquivologia - que tradicionalmente dedicou-se aos arquivos institucionais - relegou os arquivos pessoais aos cuidados das bibliotecas e dos bibliotecários, conforme destacou Terry Cook (1992). Essa responsabilidade adquirida pelas bibliotecas, em preservar e guardar os arquivos pessoais, gerou impactos no tratamento dado a esses conjuntos que, sob custódia da divisão de manuscritos das bibliotecas, eram organizados a partir de coleções.

Esse estatuto estabelecido historicamente manteve-se duradouro nas agendas arquivísticas, uma vez que a primeira definição para arquivos pessoais só aparece em um manual no ano de 1928, na obra do italiano Eugenio Casanova.

Apesar dos esforços iniciais, a área só reconhece e se detém na produção de conhecimento para esses acervos a partir das iniciativas que permitiram a institucionalização dos documentos pessoais e o seu uso mais amplo pelos usuários. Este processo facilitou a inserção de tais arquivos na pauta de discussão dos arquivistas, que até então se dedicavam majoritariamente aos arquivos institucionais.

A inserção dos arquivos pessoais em instituições de custódia possibilitou a explicitação das dificuldades no tratamento documental destes conjuntos. Em sua maioria, esses arquivos são compostos predominantemente por correspondências, e o tratamento documental destinado às cartas sempre se apresentou como controverso.

Novamente, o autor norte-americano Schellenberg (2002), ao abordar o que ele intitula de *coleções naturais*[4], ou seja, os arquivos pessoais, enfatiza que as correspondências que compõem esses conjuntos não devem ser arranjadas, apenas organizadas em ordem cronológica.

Essa teoria apresenta-se em numerosos instrumentos de pesquisa de diversos países[5] que atribuem uma série às correspondências como forma de mantê-las juntas por ordem cronológica. Desta forma, cria-se um *status quo* no tratamento das correspondências em arquivos pessoais, onde o arranjo das cartas é formado por séries descritas e indexadas somente a partir de informações sobre o remetente e o destinatário das missivas.

Essa abordagem, apesar de ser amplamente disseminada, apresenta alguns problemas, principalmente em relação à ambiguidade sobre o lugar das cartas nos arquivos pessoais. Esses conjuntos que representam um volume extensivo nos arquivos pessoais também são um desafio ao tratamento documental. No desempenho das práticas citadas, acabam por proporcionar uma abordagem reducionista a esses conjuntos e, consequentemente, a promover o não acesso.

As cartas e correspondências pessoais também são um desafio para a descrição. Essa atividade é defendida por Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012) como puramente de pesquisa.

> A descrição arquivística é uma representação formulada pelo arquivista. Conforme observamos, sua formulação envolve processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo (OLIVEIRA, 2010, p.46).

Conforme aponta a autora, a descrição arquivística não deve ser uma tarefa simplificada de elaboração de instrumentos de pesquisas. Este é um dos produtos do processo descritivo, mas não traduz todo o conhecimento do arquivista sobre o acervo. A

[4] Em *Arquivos modernos*, Schellenberg chama de coleções naturais o que entendemos como arquivos pessoais. A adoção do termo provém da tradição das bibliotecas em denominar os arquivos pessoais pelo termo coleção. Em seu livro, Schellenberg ainda diferencia as coleções naturais das coleções artificiais, onde as segundas seriam as coleções constituídas de documentos pessoais.

[5] Em uma fase preliminar a esse trabalho, foi realizado um levantamento nos instrumentos de pesquisa de arquivos pessoais da *Library of Congress* (EUA), *National Archives* (Reino Unido), *Archives Nationales* (França) e *Minnesota Historical Society* (EUA) e Arquivo Nacional (Brasil). Esse levantamento por amostragem identificou que a representação destinada às correspondências segue a proposta de Shellenberg.

ação de pesquisa no processo de descrição que visa representar intelectualmente um conjunto documental deve ser registrada nos instrumentos de pesquisa, de forma que auxiliem o usuário na compreensão do contexto documental e ofereçam informações que potencializem o entendimento do acervo descrito.

A descrição por si só baseada nos moldes arquivísticos até então disseminados na área não dá conta de representar o universo diversificado das correspondências pessoais. Nesse caso, abordagens interdisciplinares são alternativas, ao iluminarem aspectos próprios dos documentos pessoais. Segundo Bellotto (1998, p.108), esses arquivos são "interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares".

Essa perspectiva oferece aos arquivistas uma nova forma de abordagem dos arquivos. A partir de um diálogo interdisciplinar, poderia suprir lacunas no que tange à diversidade documental dos arquivos pessoais. De acordo com Elisabeth Kaplan (2002, p.209 – tradução nossa), os arquivistas podem fazer comparações significativas lendo fora de seu campo de disciplina, e em relação com a Antropologia, com a qual os arquivos compartilham características-chave como a preocupação com questões de representação, descrição e cultura.

Nesse contexto, os estudos sociais produzidos sobre as emoções podem instrumentalizar o arquivista na compreensão das gramáticas afetivas presentes nos registros íntimos recorrentes nesses conjuntos. O arquivo pessoal é criado pelo indivíduo para atender sua vida em sociedade e, invariavelmente, apresentará testemunhos de afetos, desafetos e a expressão de sentimentos. Cartas de amor, saudade, luto ou até mesmo mágoa devem ser descritas apenas como "carta" no processo de tratamento documental de um arquivo? Estamos realmente potencializando o acesso dessa forma?

Longe de pretender realizar uma análise sociológica sobre os documentos de um arquivo pessoal, o nosso intento, nesse artigo, é o de demonstrar a possibilidade de utilização de uma orientação teórica capaz de fornecer instrumentos possíveis para capturar as informações e relações dos contextos que envolvem a gênese da produção documental.

Os documentos pessoais concebidos em contextos diversos se encaixam para formar um cenário que compõe a intimidade, exigindo do arquivista uma "reeducação do olhar" a fim de identificar conexões contextuais fortemente marcadas pelos códigos, signos e gramática social.

Nosso entendimento de "reeducação de olhar" indica a necessidade de uma interlocução entre os contextos que permeiam a construção do arquivo e o produtor, para além das subjetividades e por meio da alteridade. O antropólogo Roberto DaMatta, ao ressaltar a alteridade, afirma:

> De como nós, do alto da nossa chamada modernidade, necessariamente criamos paradoxos e "outros" produzidos por nossas práticas sociais, esses "outros" que – tal como ocorre com os documentos – podem eventualmente se voltar contra nós. Pois tudo o que fazemos tem a ver com a escrita e, ademais, é fixado numa escritura (DAMATTA, 2005, p.57).

Nesse sentido, da mesma forma que a Antropologia estuda as comunidades por meio da questão da alteridade, cabe aos arquivistas esse repensar na sua prática diária de construções de representações. Em seu mais fino trato, esse tratamento deve identificar os contextos que permeiam a gênese e também o conhecimento do produtor desses documentos.

O processo de construção das emoções como objeto de estudo social é longo e remonta aos esforços pioneiros das Ciências Sociais como área do saber. Embora a questão das emoções apareça em trabalhos de antropólogos e cientistas sociais, essa figuração é muitas vezes secundária. A presença dos afetos sempre foi identificada como parte da vida social, sem, no entanto, representar um objeto autônomo de investigação.

Esse quadro deve-se, sobretudo, ao *status* dúbio das emoções; embora elas estejam presentes como elementos da interação social, também são vistas como realidades psicobiológicas, relativas à experiência do individual como fenômenos subjetivos, mesmo que as sociedades regulassem a sua expressão. Sendo assim, eram vistas como de interesse prioritário da Psicologia.

Mesmo como tema controverso, as emoções foram analisadas por sociólogos clássicos, como Émile Durkheim e Georg Simmel. Ambos fizeram considerações significativas no sentido de mudar essa perspectiva. Apesar de seus textos abordarem as emoções como campo subjetivo, cada um por seu caminho demonstra que existem sentimentos produzidos socialmente, nas relações sociais, e que possuem efeitos significativos nas interações e na coletividade. Assim, em seus estudos, as emoções ganham *status* de elementos sociais.

Nesse âmbito, vale destacar o sociólogo francês Marcel Mauss, que contribuiu para avançar a reflexão em torno da relação indivíduo-sociedade. Em um artigo em que analisa os ritos funerários australianos, o autor observa que as expressões de sentimentos - como gritos, lamentos ou lágrimas - são uma externalização de sentimentos internos, mas também obedecem a uma gramática social pertinente ao grupo social no qual está inserido. Desta forma, a expressão de sentimentos é uma linguagem pela qual o indivíduo comunica aos outros o que sente em um código comum, socialmente entendido e validado, e, ao mesmo tempo, também comunica a si mesmo aquilo que sente.

O estudo das emoções ganhou força a partir de 1970, através de uma abordagem interpretativa da Antropologia. Nessa perspectiva, a noção de cultura como padrões de comportamento foi repensada e definida a partir do pensamento de teias de significados, transmitidas por símbolos e interpretadas de maneira específica de sociedade para sociedade. Esses trabalhos também enfatizaram a articulação entre emoção e concepções de pessoa com as esferas da moralidade, estrutura social e de relações de poder.

O desenvolvimento da Antropologia das Emoções como campo deu-se efetivamente nos Estados Unidos, a partir de meados da década de 1980. O marco foi a publicação de um texto que tornou-se referência obrigatória nesses estudos: o trabalho de Michelle Rosaldo (1984), que aborda a influência da perspectiva interpretativista de Clifford Geertz sobre o estudo antropológico dos afetos. A autora, com base em diversas comparações de cunho etnográfico com material obtido em trabalho de campo junto aos *Ilongot*[6], demonstra como a cultura (em sua dimensão pública e simbólica) interfere na experiência psicológica dos indivíduos.

A autora adota como ponto central "o reconhecimento do fato de que o sentimento sempre recebe sua forma através do pensamento, e de que o pensamento é carregado de sentidos emocionais" (ROSALDO, 1984, p.143, tradução nossa). Em uma tentativa de esclarecer a fronteira entre pensamento e sentimento, a autora conclui que os sentimentos são práticas sociais, estruturadas pelas formas de compreensão e concepção do corpo, do afeto e da pessoa (estas, por sua vez, culturalmente definidas), o que leva a uma desconfiança quanto à suposição da universalidade das emoções. Esta perspectiva, cuja essência pode ser definida como a crença no caráter culturalmente construído das

[6] Ilongot é uma tribo que habita o sul da Serra Madre e Montanhas Caraballo, nas Filipinas.

emoções, é também o que orienta as reflexões de Catherine Lutz (1988) sobre a concepção euroamericana das emoções, em que esboça um minucioso quadro da forma euroamericana de conceber o plano emocional da experiência humana, no qual a oposição-chave seria emoção/pensamento.

As pesquisas de Rosaldo e Lutz, em seus esforços de teorização sobre o fenômeno emocional a partir de comparações entre materiais etnográficos distintos, podem ser entendidas como a problematização dos sentimentos sociais, na qual as próprias ideias de pessoa e subjetividade passam a ser vistas como construções culturais.

Recentemente, o estudo antropológico das emoções passou a enfatizar o elemento do contexto em que se manifestam os conceitos emotivos, buscando assim ir além das relativizações específicas e analisar de forma mais pragmática as situações sociais em que eles são expressos (REZENDE; COELHO, 2010). A preocupação dessa abordagem contextualista é dupla: demonstrar como o significado das emoções varia dentro de um mesmo grupo social e atentar para as consequências da expressão de sentimentos nas relações sociais e de poder.

Dessa forma, a Antropologia das Emoções, ao longo de sua trajetória, estruturou-se como campo não apenas de estudos etnográficos, mas também na construção teórico-metodológica que visava fornecer instrumentos para as comparações no campo da afetividade sob a prerrogativa da ordem social.

Após a apresentação da construção do campo da Antropologia das Emoções, é importante esclarecer as relações e o diálogo dessa área com a Arquivologia e os arquivos pessoais, tema central do presente trabalho. O estudo das emoções e suas reflexões nos fornecem alguns elementos significativos sobre os sentimentos e o contexto social em que são expressos.

Sabemos que os arquivos pessoais refletem, por meio de seus documentos, as atividades e funções sociais de seus produtores ao longo de suas vidas e também, por consequência, de seus interlocutores. São registros de ações e relações familiares, sociais, afetivas, políticas, intelectuais, de negócios e tantas outras também criadas para instrumentalizar a vida de um indivíduo em sociedade.

Por natureza, os documentos produzidos no ambiente da intimidade estão estreitamente atrelados ao cotidiano da vida de um indivíduo. A produção documental privada expressa em sua estrutura e protocolos o modo de viver de uma época,

evidenciando a necessidade de compreensão para além das lacunas de um tempo que já passou. Assim, o trabalho de pesquisa em arquivos pessoais deve considerar os múltiplos contextos que compõem a gênese documental, o que, consequentemente, contribui para a construção do contexto arquivístico. O arquivista holandês Theo Thomassen afirma que a informação contextual possibilita a correta interpretação da informação arquivística:

> O contexto sócio-político, cultural e econômico, finalmente, é tudo aquilo que influencia os fatores ambientais, determinando diretamente o conteúdo, forma e estrutura dos documentos arquivísticos. **Arquivos não podem ser interpretados corretamente sem informação relacionada aos seus contextos.** Informação contextual deve, portanto, ser incluída no sistema de informação do qual os arquivos formam parte (THOMASSEN, 2006, p.11, grifo do autor).

Desta forma, a informação contextual a que Thomassen se refere é fundamental para o entendimento da importância da capacidade que os documentos têm em representar a atividade que os originou.

A pesquisadora Ana Maria de Almeida Camargo (2016), na apresentação do Dossiê da Revista Resgate dedicado à Memória e Arquivo, apresenta as relações entre pesquisa e arquivos, e contrapõe os olhares do arquivista e do usuário como duas modalidades de abordagem dos documentos, simultaneamente complementares e antagônicas. Camargo delimita assim o papel do arquivista em relação a elas:

> A primeira delas é a do profissional que identifica, descreve e disponibiliza os arquivos para um público indefinido de usuários. Tais atividades supõem não apenas um profundo conhecimento da entidade produtora, mas a procura dos vínculos necessários entre os itens documentais remanescentes de seu funcionamento ao longo do tempo. O trabalho do arquivista está centrado, pois, na busca do sentido original desse processo de acumulação, sem qualquer preocupação com o caráter polissêmico que a leitura dos documentos invariavelmente sugere (CAMARGO, 2016, p.6).

Tanto Theo Thomassen como Ana Maria Camargo chamam a atenção para a importância da correta interpretação do contexto arquivístico, e da busca pelos vínculos que compõem o sentido original do arquivo, pelo primeiro pesquisador dos documentos: o arquivista.

Diferentemente de uma empresa ou órgão, que possui uma missão (e objetivos delimitados em função disso), o indivíduo, em sua relação com a sociedade, atua entre o público e o privado, cuja regulamentação da produção de seus documentos é marcada pelo contexto e pelas normas sociais.

Partindo dessas indagações, damos um pontapé inicial nas reflexões em torno da pesquisa e da descrição arquivística, com vistas a abordar interdisciplinarmente com base na Antropologia das Emoções.

3 EMOÇÕES NO CÁRCERE: O ARQUIVO LÚCIA VELLOSO MAURÍCIO

Em maio de 2009, o projeto *Memórias reveladas* realizou o edital público de "Chamamento de Acervos 001/2009" que visava sensibilizar a sociedade brasileira para a necessidade de doação de acervos sobre o período militar. Este edital possibilitou, em 2010, a chegada de diversos arquivos pessoais de militantes e ex-presos políticos ao Arquivo Nacional. Dentre os acervos recebidos, encontrava-se o de Lúcia Velloso Maurício, objeto de análise deste artigo.

Em abril de 2010, uma equipe técnica do Arquivo Nacional esteve na residência de Lúcia Velloso Maurício[7], no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro. Essa visita técnica era o início do processo de doação do seu arquivo pessoal, que ingressou no Arquivo Nacional no mesmo ano, sendo organizado e disponibilizado em 2012 por meio de um instrumento provisório publicado.

Neste instrumento provisório, nos campos referentes à descrição do acervo, o estágio de tratamento do arquivo é descrito como identificado e o sistema de arranjo é descrito como:

> O trabalho de identificação do acervo foi feito mantendo-se a ordenação original em que se encontravam os documentos, acondicionados em pastas e envelopes. Grampos metálicos foram retirados, e pastas de plástico foram substituídas por fôlderes de papel alcalino (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p.7).

O arquivo tem por data-limite o período de 1972-2010. Entretanto, os documentos que compõem o acervo concentram-se especialmente no período em que Lúcia esteve presa na Vila Militar (1971-1974), onde escreveu cerca de 200 cartas para família, amigos, ex-colegas de prisão e, principalmente, para Alex Polari Alverga, seu namorado e futuro

[7] Lúcia Velloso Maurício nasceu em 1º de setembro de 1951, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Hélio Vecchio Alves Maurício, um médico da Marinha, e Déa Velloso Maurício, uma especialista em Educação. Em 1967, Lúcia passou a estudar no Colégio André Maurois. Lá, entrou em contato com o movimento estudantil, no qual acabou ingressando em 1968-69. A partir da sua participação no COSEC, uma articulação do movimento estudantil, Lúcia conheceu o seu marido.

marido. Após a sua libertação, em 1974, ela manteve o envio de cartas para Alex, que só foi libertado em 1979, com o processo de anistia.

No período em que ficou presa, Lúcia trocou correspondências com Alex sistematicamente. Algumas dessas cartas foram publicadas em forma de livro, em 2015, sob o título *Cacos de Sonhos: cartas de uma ex-prisioneira militar* (1971-1974).

As cartas escritas no período prisional revelam o modo de viver e se relacionar no cárcere, o cotidiano, o artesanato, as angústias, a necessidade de ser compreendida pelos familiares e os altos e baixos de seu relacionamento com Alex Polari Alverga[8].

O entendimento do contexto em que o produtor se insere no momento da produção é fundamental para o tratamento documental de arquivos pessoais. O conhecimento da trajetória do produtor, seus meios de inserção e suas motivações oferecem indícios ao arquivista sobre qual metodologia utilizar nesse processo, qual tipo de arranjo adotar e até mesmo de que forma descrever o acervo em questão.

A introdução de um indivíduo no ambiente da prisão representa o deslocamento de um espaço social que o definia como cidadão para outro, que o afirmará como delinquente, transgressor ou, utilizando um termo usual no período militar, terrorista.

O autor canadense Erving Goffman, pertencente à Escola Sociológica de Chicago, dedicou-se a analisar as regras e o impacto social em indivíduos[9] na situação de manicômios, prisões e conventos. Para o autor, o espaço – a instituição - é fundamental para se entender tais casos:

> O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois urna atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 1974, p.11).

[8] Alex Polari Alverga foi companheiro, namorado e marido de Lúcia. Foi preso quatro meses antes dela e ambos mantinham uma correspondência sistemática no período em que estiveram presos. Lúcia, após a sua libertação, em 1974, manteve o envio de cartas para Alex, que só foi libertado em 1979, com a anistia.

[9] Goffman (1974) compreende um rompimento tão devastador entre a concepção de mundo e de si mesmo do indivíduo após a internação em uma instituição total, que prefere falar na *mortificação do eu*.

O conceito de instituições totais proposto pelo sociólogo refere-se à necessidade de operacionalização de uma lógica disciplinar que horizontaliza as ações e atividades desempenhadas pelos indivíduos. Nesse sentido, o cárcere permeia as cartas de Lúcia Velloso Maurício, ou seja, o contexto cria uma lógica, a partir de novas atividades e novas ações presentes, inclusive na produção documental.

O impacto do cárcere na produção documental em contexto prisional reflete-se em marcas e características que permeiam os padrões de escrita criados em razões do contexto em que a produtora estava inserida. Enquanto presa política, Lúcia tinha suas cartas cotidianamente censuradas pelos órgãos de repressão. Por esse motivo, criou alguns mecanismos de defesa, visando evitar que seus escritos não fossem entregues ou desaparecessem sem motivos explicados. De acordo com Clarice Nunes (2015: 26), "a missivista criou, com a cooperação dos destinatários, sua própria tática de controle" e construção de suas cartas, para que pudessem obedecer e passar pelo grosso controle da censura:

> Agora praticamente o único dia real dessrepressão é quando lhe escrevo. Tanto tem sido nesses últimos meses que **tenho sentido grilos reais com a censura no sentido de que eu me autocensuro para lhe escrever, e isso é terrivelmente desgastante** (Carta de Lúcia para Alex – 15/04/74, grifo nosso).

Indivíduos inseridos em contextos restritivos possuem o claro entendimento dos limites de sua produção documental. O contexto da gênese documental indica as ações e atividades que motivaram a produção dos documentos. Nesse sentido, isso se aplica também às cartas que atuam como veículos representantes da sociabilidade entre indivíduos. Esses registros da intimidade e das relações pessoais e familiares são complexos e apresentam alguns elementos formais padronizadores. Para Oliveira, as cartas apresentam:

> (...) características comuns: usualmente, possuem datação, local, destinatário, assinatura e saudações. Mas a carta produzida na intimidade, fora de regulamentos institucionais ou legais, apenas partilhada entre o autor e o destinatário, muitas vezes não tem assinatura, nem data, as pessoas podem se tratar por apelidos, as informações podem ser fragmentadas... Pertence a um universo somente conhecido pelos envolvidos, visto que somente aquelas pessoas sabem do que está se falando. O protocolo social ou a falta dele muitas vezes indicam o grau de intimidade entre as pessoas (OLIVEIRA, 2016, p.5).

Nesse sentido, é possível entender que as cartas são registros que podem transmitir informações de diversas naturezas entre os interlocutores das missivas. E a ação que motiva a produção de uma carta pode inclusive ser a necessidade de manifestar um sentimento. Para a Antropologia das Emoções,

> Saudade, tédio e esperança, assim, entre outros sentimentos, expressam uma maneira de o indivíduo relacionar-se com a temporalidade, reanimando um passado, debatendo-se com o presente, apostando no futuro. Esta perspectiva mostra o quanto estes sentimentos, embora possam ser vivenciados por sujeitos específicos como gerados por momentos particulares de suas histórias de vida pessoais, são ainda assim tributários de gramáticas compartilhadas de natureza sociocultural (REZENDE; COELHO, 2010, p.69).

Dentro desta perspectiva, a arquivista Laura Millar (2006) analisou a relação entre arquivos e memória, enfatizando a relação entre memória individual e memória coletiva. Millar propõe que, na atividade de recordar aquilo que é significativo, dispomos de uma coleção mental de impressões, reminiscências e memórias. Os registros físicos que criamos e os arquivos que mantemos intencionalmente para nos lembrarmos de uma ocasião ou acontecimento da vida podem auxiliar a lembrar e a partilhar essas memórias com outros. Segundo a autora, devemos entender os documentos como ferramentas para a preservação e a ressurreição de memórias individuais, articuladas como parte de uma identidade comum.

Assim, no que diz respeito à memória individual, as neurociências compreendem que o registro da memória se associa ao ato de sentir, sendo as impressões emocionais que ditam aquilo que lembramos e o que esquecemos.

O Arquivo Lúcia Velloso Maurício, objeto de estudo deste trabalho, possui elementos que evidenciam a necessidade de expressão de emoções nas correspondências trocadas. Identificamos nesses documentos marcas e características individuais que permitem entendermos os padrões e regulamentos sociais criados pelo contexto em questão. A seguir, podemos destacar algumas.

A *extensão das missivas* - de acordo com as normas das prisões militares, as cartas não podiam ultrapassar duas páginas.

> Olha, acho que já deu para encher a paciência de vocês, e o espaço permitido (Lúcia para Rosa e Ivan, 8 dez. 1971).

Outra característica são as cartas como *veículos culturais* - as missivas transitam

repletas de trechos de livros, de letras de músicas e poemas.

> Esse não-sei-o-quê que estou mandando é um dos tipos de presente que nós podemos mandar, misto de cartão com presente. O que interessa é que a gente mande alguma coisa feita por nós dentro das nossas possibilidades. As letras das músicas transmitem o que nos provoca as maiores emoções, trazem saudade, felicidade ou tristeza (Lúcia para Silvio, 29 dez. 1972).

As *Marcas da censura* - as cartas contêm rabiscos feitos em decorrência da censura, seja de trechos inteiros ou apenas algumas palavras. Lúcia, quando riscava ou rasurava suas cartas, sempre abria um parêntese e colocava que foram de sua autoria.

> Recebi sete cartas suas essa semana. Anteriormente já tinha (esses rabiscos são meus) quatro: de 14/11, 21/11, 26/11, 6/12 e 12/12. (Lúcia para Alex, 25/02/1974).

Ausência de nomes - os nomes quase nunca são mencionados, inclusive das pessoas envolvidas em suas redes sociais; a presença de apelidos é constante.

> Pessoas que infelizmente hoje a gente pode dizer que se amaram até que a morte as separou. Pessoas que queriam ter filhos e que não podiam ou pessoas que tinham filhos amados e distantes (Carta de Lúcia para Alex, 30 jan. 1972).

Nesse trecho, Lúcia fala sobre dois importantes militantes, Iara Iavelberg e Carlos Lamarca, sobre os filhos dele e a vontade dela de ter filho; eles eram amigos de Lúcia e Alex.

Existência de *referências veladas* - essa expressão é utilizada por Lúcia em momentos em que precisa transmitir alguma informação sigilosa de forma disfarçada, fornecendo algumas pistas.

> Adorei receber a fotografia; realmente não tenho mais outra cópia; tive que rasgá-la quando o Alex foi preso. **Com aquela antiga cópia, rasguei junto muitas cartas, que ele me escrevera**, e todas as lembranças se acenderam na minha cabeça, à medida que eu ia destruindo suas palavras, poesias e fotografias (Lúcia para Rosa e Ivan, 7 nov. 1971 – grifo nosso).

Nessa carta enviada a Rosa e Ivan, respectivamente cunhada-prima e irmão de Alex, Lúcia faz uma referência velada para garantir que havia rasgado uma carta que recebera de Alex, quando este já estava preso e ela ainda em liberdade.

A *intimidade em cartas compartilhadas* - o ato da correspondência é uma ação de circulação compartilhada apenas entre autor e destinatário. No entanto, as cartas de Lúcia

foram produzidas para serem lidas por todos. Desde o momento de elaboração da carta, a autora e seus correspondentes sabiam que suas palavras seriam lidas pela censura. Mas essas cartas também eram compartilhadas com o grupo; é comum relatarem que foram lidas pelos seus companheiros de prisão, e algumas delas contam inclusive com opiniões e trechos destinados a outras pessoas da cela.

> A Rute e a Zê mandaram avisar que também querem participar da polemica sobre o nome do Neném. E avisa para o Alex que, se ele também entrar na discussão, para ele ir se preparando para entrar pelo cano, porque além de vencermos em quantidade, somos quatro, vencemos em qualidade, porque somos do sexo "frágil" e estamos no CIG (Lúcia para Rosa e Ivan, 8 dez. 17).

As cartas eram compartilhadas e as histórias vivenciadas além das grades eram divididas entre as companheiras de cela. Pode-se observar isso nas inúmeras cartas em que as presas discutem possíveis nomes para o bebê que Rosa esperava.

O *artesanato é fundamental no ato de presentear* - durante o período de prisão, o artesanato era algo cotidiano e servia tanto para distrair como para presentear. O compromisso pessoal em oferecer "presentes" aos entes queridos, presos ou não, em ocasiões específicas como Natal, Ano Novo e aniversários, permitiu que grande parte destes objetos estivessem nos arquivos. Vale ressaltar que, no arquivo de Lúcia, encontramos cartões, bilhetes, marcadores de livros, desenhos e livros feitos pelos próprios detentos e detentas, todos manuais e nomeados como presentes. Também localizamos referências às bolsas, cartões, cachecóis e sapatinho de lã.

> O artesanato era disseminado através das próprias transferências e tinha certo caráter terapêutico em duplo sentido: no fazer e no se relacionar, porque boa parte destes produtos eram presentes confeccionados para as mais variadas pessoas. As cartas também mostram festas: de aniversário, Natal, Ano Novo e qualquer coisa (MAURÍCIO, 2015, p.16).

As menções a esses objetos e presentes que acompanhavam as cartas, e que também estão presentes no arquivo, são importantes referências para a representação arquivística, em especial para a identificação de tipologias documentais e indexação.

Expressões de classe - o termo "companheiro" é corriqueiro e aparece sempre relacionado às pessoas ligadas ao movimento. Outras expressões também são recorrentes, como "P.B" (pequeno burguês) e "coletivo" (em referência ao conjunto de presas na mesma cela). Essas expressões significam um pertencimento a um determinado grupo que

se utiliza de expressões de entendimento comum.

> Querer estabilidade em nossa vida é ilusão. Independente de qualquer escolha, nunca teremos estabilidade. E almejar condições de estabilidade total para poder oferecer a um filhotinho, é vicio p.b. (Carta de Lúcia para Alex, 27 jun. 1973).

Nessa pesquisa, preocupou-se em observar no arquivo de Lúcia Velloso Maurício características próprias em suas cartas que possibilitassem ao arquivista oferecer maior número de informações relevantes ao seu usuário. Potencializar os arquivos é uma tarefa de suma importância para o profissional arquivista contemporâneo. Assim, o trabalho de pesquisa não deve ficar restrito somente aos documentos em si. É necessário realizar uma pesquisa e uma análise exploratória em instrumentos como livros, entrevistas, jornais, artigos etc. O diálogo com outras áreas do saber também auxilia o profissional. No âmbito deste trabalho, mostramos como as reflexões em torno da Antropologia das Emoções possibilitaram entender a escrita como algo social, onde esta reflete e é condicionada ao contexto em que está inserida.

Em conjunto, esses documentos, ancorados em seu contexto de produção, representam o seu produtor desde o seu íntimo até as suas relações de sociabilidade. Assim, sua correta identificação e adequado tratamento são de fundamental importância para potencializar o acesso e oferecer práticas arquivísticas cada vez mais refinadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo deste trabalho apresentar os possíveis diálogos interdisciplinares entre a Arquivologia e a Antropologia das Emoções no tratamento dos arquivos pessoais. Nesse percurso, elencamos características próprias de arquivos produzidos em contextos de exceção, ou seja, em situação de cárcere durante a ditadura militar brasileira.

Como objeto de análise, utilizamos o Arquivo Lúcia Velloso Maurício, custodiado no Arquivo Nacional. Ressaltamos a importância de trabalhos e pesquisas dedicados aos arquivos pessoais que ainda carecem de esforços teóricos para a sua devida representação e acesso. Para além, ressaltamos a importância dos aportes da Antropologia das Emoções, especialmente em arquivos que possuem correspondências, que podem fornecer subsídios

não apenas para a interpretação das gramáticas sociais e sua vinculação com o contexto de produção, mas, também, para a elaboração de conceitos para vocabulários controlados.

O nosso intento durante todo o desenvolvimento deste trabalho foi mais do que apresentar teorias e abordagens sociológicas no que diz respeito a emoções. Buscamos traduzir de que forma o entendimento das expressões de sentimentos, como gramáticas sociais, confere ao arquivista um conhecimento ímpar. Conhecimento esse que pode auxiliá-lo no processo de representação desses contextos e ações no desempenho das funções arquivísticas e no tratamento dos arquivos pessoais.

Sentir com a mente. Pensar em emoções. Parecem afirmações díspares quando construímos nossas práticas e o nosso modo de fazer arquivístico sempre pautados em uma forma de pensamento formal, que busca oferecer instrumentos, mas que, cada vez mais, se preocupa em realizar críticas sem propor alternativas.

Reforçamos, segundo Maria Odila da Fonseca (2005, p.97) que a Arquivologia cresce e reforça seu *status* de ciência a partir da interdisciplinaridade. E, assim, reconhecer as especificidades de cada conjunto documental e propor-se a oferecer o tratamento arquivístico que melhor se encaixe no reconhecimento de seus contextos e preservação de seus vínculos. Esse é o caminho que acreditamos ser o horizonte para o arquivista como um profissional pesquisador.

ANTHROPOLOGY OF EMOTIONS IN PERSONAL ARCHIVES: INTERDISCIPLINARITY AS AN INSTRUMENT

ABSTRACT

The present work seeks to build an interdisciplinary dialogue between the Archivology and the Anthropology of Emotions in order to potentiate the ways of thinking the personal archives. The knowledge offered by the theoretical contributions of the Social Sciences on emotions instrumentalizes the archivist in the understanding of the affective grammars so recurrent in the intimate documents. A personal archive is the record created by an individual to organize his life in society and will invariably present his affections, dislikes and expressions of feelings. We also consider that in addition to housing the many personas of the producer, a personal archive is a product of the context in which the producer was inserted at the time of documentary production. From these parameters we understand that files produced in contexts limited by the insertion of the producer in restrictive or exceptional spaces deserve a delimitation and an appropriate treatment. In order to relate

the proposed questions, we used as an object of analysis the archive Lucia Velloso Maurício, imprisoned between 1971- 1974 during the period of the Brasilian Military Dictatorship.

Keywords: Archival Science; Personal Achives; Anthropology of Emotions.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações técnicas, 51)

_____. **Fundo Lúcia Velloso Maurício**: instrumento provisório dos documentos textuais e iconográficos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 17p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/ServicosAoCidadao/Instrumentos_Pesquisa_PDF/Lucia-velloso-final-16-de-out.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Relatório de visita técnica**: Acervo Lúcia Velloso Maurício. Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2010. 4p.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, v.11, n.21, p.201-208, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul-dez. 2009.

_____. Arquivos e pesquisa. **Resgate**, v.24, n.2, p.5-6, 2016.

_____; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: IFHC, 2007.

DA MATTA, Roberto. Comentário. In: **Documentos privados de interesse público**: o acesso em questão. São Paulo: IFHC, p.57-64, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v.45, p.40-57, 2009.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 220p.

KAPLAN, Elisabeth. 'Many paths to partial truths': archives, anthropology, and the power of representation". **Archival Science**: International Journal on Recorded Information, p.209-220, 2002.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Entrevista [set. 2013]. Entrevistadoras: Icléia Thiesen e Priscila Cabral Almeida. Laboratório de História Oral, Informação e Documentação. Rio de Janeiro, 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU, p.37-184, 1974.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, v.61, p.105-126, Spring. 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A propósito da carta de Mário. In: FREITAS, Lídia S. de (Org.); FONSECA, Vitor M. M. da (Org.); LIMA, Marcia H. T. de F. (Org.). **Ética e políticas da informação**: agentes, regimes e mediações. Niterói: EdUFF, 2016. (Estudos da Informação, 4.) No prelo.

_____. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171p.

_____. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, v.12, n.2, p.28-51, jul/dez., 2013.

_____. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 136 p.

ROSALDO, Michelle. Toward an anthropology of self and feeling. In: SHWEDER, R. (Org.); LEVINE, R. (Org.). **Culture theory**: essays on mind, self and emotion. Cambridge: Cambridge University, p. 137-157, 1984.

SIMMEL, Georg. Sociology of space. **Estudos Avançados**, v.27, n.79, p.75-112, 2013.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.5, n.1, p.516, 2006.

Trabalho recebido em: 06 mar. 2018 **Trabalho aceito em: 14 mar. 2018**

ISSN 2316-7300
informação arquivística
Artigo

FILMOGRAFIA SOBRE FREI TITO: O AUDIOVISUAL COMO DOCUMENTO MEMORIALÍSTICO[1]

Mariana Zampier de Almeida[2]

João Marcus Figueiredo Assis[3]

RESUMO

Buscamos entender como as produções audiovisuais que visitam a história do Frei dominicano Tito de Alencar Lima, torturado durante a ditadura civil-militar, exilado e morto por suicídio, ressignificam sua morte através de recursos inerentes da imagem e do som, e que atuam no processo de elaboração da memória do frei. Utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental para analisar literatura nacional e internacional sobre os temas em foco, assim como os filmes sobre Frei Tito. Entendemos essas produções como documentos memorialísticos que trazem narrativas não contempladas no caráter "oficial" da história. Identificamos nessas produções, a ressignificação de documentos de arquivo; novas verdades são colocadas sobre narrativas já existentes, contribuindo para emergência de novos olhares e testemunhos sob e sobre o passado.

Palavras-chave: Frei Tito de Alencar Lima. Ditadura Civil-militar Brasileira. Documentos audiovisuais. Produções audiovisuais.

[1] Artigo agraciado com o **3° lugar** no "**Prêmio REPARQ 2017 - Melhor Artigo proveniente de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquivologia**", concedido na V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).

[2] Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: mariana.zampier@gmail.com.

[3] Professor Associado do Centro de Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Coordenador do Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS). Pós-Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Mestre em Memória Social e graduado em Arquivologia pela UNIRIO; Graduado em Sociologia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). E-mail: jmfassis@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se, por este artigo, apresentar nossa análise sobre como as produções audiovisuais que abordam a história de frei Tito de Alencar Lima atuam no processo de construção de sua memória, assim como, fundamentalmente, estudar o uso de documentos de arquivos para a produção desses filmes. Frei Tito suicidou-se em seu exílio na França no ano de 1974. Por ser um religioso e ter denunciado enfaticamente a tortura, o seu suicídio ganhou um sentido político inequívoco, sobretudo nas narrativas dos freis dominicanos contra a ditadura civil-militar de 1964. Nesse sentido, as produções audiovisuais colaboram de maneira destacada no processo de construção da memória de Tito.

Entendemos, portanto, o filme como um documento memorialístico. Os testemunhos e narrativas transmitidos através de recursos audiovisuais atingem o interlocutor de maneira distinta da que o fazem outros gêneros documentais. A linguagem audiovisual registra, resgata e informa de maneira distinta o real. Isto quer dizer que as características particulares da linguagem do documento audiovisual são capazes de mobilizar diferentes emoções e sentidos. Dessa forma, as produções audiovisuais sobre a história de Frei Tito — sacerdócio, militância, prisão, tortura, exílio e morte — compõem uma narrativa disposta a ressignificar o homem transtornado pelas sequelas irremediáveis da tortura num mártir da luta contra essa prática no Brasil e, por isso, um herói da resistência.

O cearense Tito de Alencar Lima, desde cedo engajado e comprometido com a política e com organizações de cunho religioso e popular, tornou-se frei dominicano em 1967 e mudou-se para São Paulo. Seu engajamento político o levou à prisão pela primeira vez em 1968, quando participava do 30° congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE). Liberado, mas ainda sendo investigado, foi detido novamente em 1969 junto com outros frades dominicanos, todos acusados de envolvimento com a Aliança Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. Nesse dia, quando preso, frei Tito foi violentamente torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e pela equipe que o acompanhava. Dois meses depois, sofreu novamente com três dias seguidos de

torturas promovidas pelo capitão Benoni Albernaz. Fleury e Albernaz tornaram-se fantasmas nas lembranças de Tito.

Como forma de testemunhar e denunciar suas sevícias, Tito ainda na prisão, escreveu um relato que saiu de forma clandestina do presídio e ganhou o mundo. Sendo conhecido internacionalmente por seu depoimento que delatava as práticas de torturas nos cárceres brasileiros, Tito foi banido do Brasil junto com outros 69 presos políticos. O frade passou pelo Chile e Itália, até seguir finalmente para a França. Ainda no Brasil, no ano de 1970, Tito já havia tentado suicídio no DOI-CODI, motivado pelas torturas sofridas. Para o frei, sair do Brasil nunca significou estar livre. Irremediavelmente atormentado pelas experiências da prisão, Tito cometeu suicídio em agosto de 1974.

O objetivo principal deste trabalho é compreender de que forma as produções audiovisuais que abordam esses aspectos da história de Frei Tito atuam no processo de construção de sua memória. Desse objetivo geral emergem outros, específicos: 1) por meio da análise dessas produções audiovisuais pretendemos identificar os atores e processos envolvidos no trabalho de elaboração da memória de Tito; 2) dentro do campo arquivístico, buscamos oferecer uma reflexão sobre o gênero documental audiovisual e seu uso na constituição de memórias; 3) refletir sobre o uso de imagens de arquivo nas produções aqui estudadas.

O material levantado e que será aqui analisado, é composto pelos documentários *Ato de fé,* de 2004, dirigido por Alexandre Rampazzo e *Frei Tito,* de 1983, dirigido por Marlene França; pelo longa *Batismo de Sangue* de 2007, dirigido por Helvécio Ratton e também exploramos um programa de televisão, *Linha Direta – Justiça*, de 2006, exibido pela TV Globo e enquadrado no conceito de *docudrama,* que será definido no decorrer do trabalho. A escolha de estudar a construção da memória de Tito a partir das produções audiovisuais parte da capacidade diferenciada de representação a partir dos recursos de imagem e som do audiovisual.

Discutimos, neste artigo, os principais agentes sociais que trabalham na construção e formalização da memória de Tito, além de buscarmos entender como a história do frei é apropriada para uso político dentro das produções audiovisuais aqui estudadas. Procuramos também refletir o porquê e de que maneira imagens de documentos de arquivo são inseridas nas produções audiovisuais analisadas. Buscamos entender o caráter diferenciado dos documentos audiovisuais, apontando para sua

potencialidade memorialística, já que são a um só tempo produto e produção social (LEME, 2013); carregam narrativas, testemunhos, discursos, transmitem significados e valores e querem ser acreditados.

Em um contexto em que a produção documental do Estado não cobre os traumas promovidos pela ditadura, as produções audiovisuais aqui estudadas funcionam como documentos que registram narrativas e testemunhos que fogem do caráter "oficial" da história, fazendo emergir novos olhares e verdades sobre o passado. Falar sobre Frei Tito é revisitar o passado brasileiro recente e deparar-se com o presente. Diante da conjuntura política atual, na qual o conservadorismo vem ganhando cada vez mais força, é necessário incitarmos debates e evocarmos personagens que lutaram pela garantia dos direitos e liberdade. Falar sobre a memória de Tito é preservar e inscrever sua história de resistência, é revisitar as ações de um Estado que agiu e age de forma violadora. Falar sobre a elaboração da memória de Tito é falar sobre o dever de não-esquecimento.

2 PORQUE *TAMBIÉN SOMOS LO QUE HEMOS PERDIDO*[4]

Elaborar a memória significa dar sentidos ao passado. Os agentes sociais preocupados em "materializar" esses sentidos, dão origem a diversos produtos culturais que funcionam como veículos da memória, tais como filmes, livros, arquivos, museus, bibliotecas, monumentos (JELIN, 2001). Esses objetos materiais asseguram que a memória seja guardada, mas não garantem sua evocação (POLLACK, 1989). Isso quer dizer que o trabalho de captação e fixação das lembranças em diferentes suportes não nos leva obrigatoriamente a entrar em contato com elas. É preciso "chamá-las" para que apareçam. É aqui que destacamos o papel das produções audiovisuais como uma estratégia de conservação e mecanismo de lembrança (BERGER; CHAVES, 2009).

Os freis dominicanos assumem uma responsabilidade com o passado do grupo envolvido na resistência à ditadura. Evocar Tito, reelaborar sua perda, são ações que compõem o compromisso dos dominicanos com esse passado e configura uma maneira de se inscreverem, seja na memória da esquerda, da igreja ou na memória oficial/nacional do país. Os dominicanos, como os principais agentes sociais construtores da memória de frei Tito, transformam a morte do frade na continuidade da sua existência e resistência no

[4] Título retirado do filme *Amores Perros,* de Alejandro González Iñarritu, 2000.

presente, fazendo da sua ausência, presença. Pelas produções audiovisuais, os freis conquistam um espaço para pensar e aprofundar sobre a função da memória. Eles "também são o que perderam"[5]. Privados de toda a lembrança real[6], os freis se apropriam da perda de frei Tito e de sua história, dedicando-se a construir a imagem e a memória de Tito. Os escritos do frei e as testemunhas que estavam ao seu redor ganham representação, sentido próprio e uso político (KUNDERA, 2014). Sua memória é uma memória contada.

Ao analisar as produções audiovisuais escolhidas para o desenvolvimento deste trabalho, fica clara a construção de um padrão narrativo que projeta a imagem de Tito. Conseguimos identificar as intenções memorialísticas que as produções carregam. A cultura da memória da ditadura no Brasil vem se inscrevendo no movimento internacional que é composto pelo processo de rememoração dos traumas nacionais (BERGER; CHAVES, 2009). A elaboração da memória de Tito, por meio das produções audiovisuais, não escapa a esse movimento.

3 MORRER PARA VIVER

Através de testemunhos, reconstituições e encenações, as produções audiovisuais traçam a história de frei Tito. A imagem de um rapaz sensível, engajado politicamente e comprometido com o povo é projetada nos filmes. Acompanhamos nessas produções, a luta de Tito contra as suas próprias lembranças e seu incômodo ao se tornar um exilado político. Ficamos diante dos traumas de um jovem quebrado pelas torturas e que encontra como única saída o suicídio.

Sua morte é ressignificada nessas produções, ganhando sentido e uso político. Ao destacar a história de Tito, o documentário *Ato de fé,* insere recortes de jornais que contam a morte do frei: "Frei Tito, o que preferiu morrer a perder a vida". O documentário *Frei Tito,* dirigido por Marlene França em 1983, desenvolve-se a partir da chegada dos restos mortais do corpo de Tito no Brasil. A primeira voz sobreposta às imagens do caixão do frade é de Giorgio Callegari, frei dominicano que também foi preso

[5] Em referência ao título da seção.
[6] Quando falamos sobre lembrança real, nos referimos ao testemunho autêntico. No caso, a lembrança real seriam as lembranças de frei Tito inscritas por ele mesmo. O que temos de Tito são suas cartas, poesias, escritos em geral e os testemunhos que estavam ao seu redor. Desta maneira, nos referimos à memória de Tito como uma memória contada.

com Tito e outros confrades, no Convento das Perdizes, São Paulo, na noite em que Marighella foi morto. Giorgio Callegari fala sobre a morte de frei Tito: "Tito sai daqui banido, na verdade, praticamente morto; e ele morre em função da tortura. Quer dizer, ele não comete suicídio. Para nós, pelo menos, ele foi morto. Nunca cometeu suicídio". Mais adiante, no mesmo filme, frei Betto, que é porta-voz da história de Tito no documentário, relata: "O suicídio de Tito foi o grito de protesto contra uma situação que os torturadores conseguiram inferiorizar dentro dele".

O suicídio de Tito é recuperado, em algumas produções, como ponto de partida. O diretor do filme *Batismo de Sangue*, Helvécio Ratton conta sobre o enredo do longa que investe na tentativa de representar o trauma de Tito:

> Eu percebi então, *num* certo momento, que eu queria começar a história com Tito. O que importava era entender esse gesto do Tito; era entender porque um rapaz de 29 anos, que já estava livre, que tinha passado por torturas, pela prisão, mas que já *tava* livre, *tava* na França, porque que ele tinha se suicidado. Quer dizer, me interessava entender esse gesto. Eu acho que o filme todo ele acaba se construindo a partir daí, ele se apresenta como uma desconstrução de um gesto. Quer dizer, é um filme onde nós vamos, não sei se entender, mas vamos acompanhar ao longo desse filme porque que esse jovem é levado a esse gesto extremo[7].

Podemos entender que a morte de frei Tito é desconstruída para possibilitar a elaboração de uma narrativa política sobre ela. Além da intenção de justificar e ressignificar o suicídio de Tito, percebemos a comparação com a vida de Jesus Cristo, de projetá-lo como mártir. No depoimento de frei Fernando, no documentário *Ato de fé*, nos deparamos com essa comparação:

> Dentro de frei Tito, ele faz como Jesus fez. Todos os fantasmas de todos os prisioneiros políticos passam a frequentar a cabeça de frei Tito e eles passam a ter vida própria. E o psiquiatra[8], ele foi de uma clarividência incrível. "O Tito não pode ser tratado como um louco porque ele não é um louco. Ele *tá* vivendo a situação normal elevada à enésima potência de toda a repressão que aconteceu no Brasil inteiro, na América Latina inteira"[9].

O programa de televisão *Linha Direta,* produzido pela Central Globo de Produção, uma vez por mês, em uma edição especial, se dedicava a abordar crimes famosos que abalaram o Brasil à maneira de um documentário, contando com reconstituições

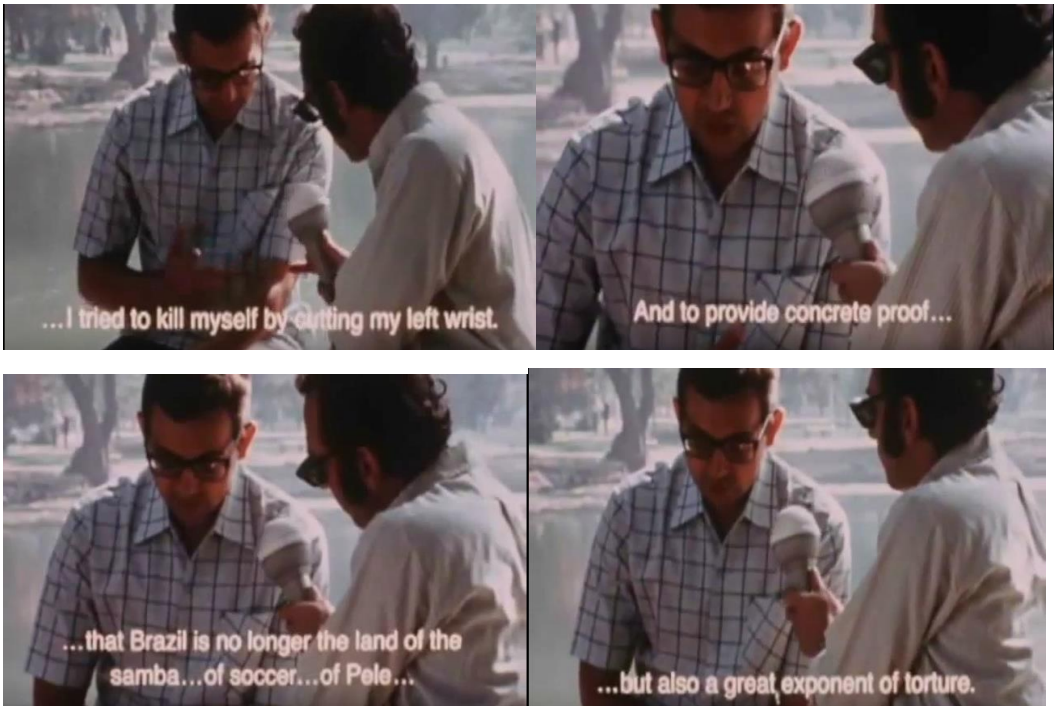
[7] Depoimento de Helvécio Ratton na primeira parte do *making of* de *Batismo de Sangue*, que pode ser acessado pelo youtube, através do link*: ttps://www.youtube.com/watch?v=6k7qZQEDsVQ*
[8] Jean-Cloude Rolland é o psiquiatra a quem frei Fernando se refere em sua fala.
[9] Depoimento de frei Fernando no documentário *Ato de fé,* 2004.

dramáticas e depoimentos. No ano de 2006, essa edição abordou a história de Tito. Segundo Fernão Ramos (2000), o programa se encaixaria no que ele chama de "estilo *docudrama*" já que dramatizava/reconstituía eventos como crimes, acidentes, ou fatos históricos ocorridos. "A produção cultural midiática investe na exposição e na visibilidade dos sentimentos"(BERGER; CHAVES, p.31). A dramática história de frei Tito é exposta de forma teatral através de reconstituições intercaladas com depoimentos. Assim como o filme *Batismo de sangue*, o suicídio de Tito é premissa para a composição do programa e tal qual o documentário *Ato de fé*, faz uma analogia entre frei Tito e Jesus Cristo.

Através de recursos imagéticos, a edição trabalha com um recorte da cena em que Tito, em um hospital psiquiátrico, em seu exílio na França, sofre com alucinações e diz estar preparado para ser morto. A imagem de frei Tito com os braços abertos, como Jesus Cristo crucificado, é realocada na letra inicial de seu nome, "T", na abertura do programa. Outro recurso mobilizado pelo *Linha Direta* é a trilha sonora. A música inserida na abertura não funciona apenas como um recurso estético. A letra é traduzida e associada às imagens das reconstituições que compõem os sofrimentos de Tito. Estes mecanismos imagéticos e sonoros exemplificados são propriedades do audiovisual que atuam de forma a atingir particularmente o interlocutor.

Em nossa pesquisa, também nos deparamos com o único registro em imagem e som de Tito. O documentário *Brazil: a report on torture*, produzido em 1971 e rodado no Chile, conta com depoimentos de alguns dos 70 presos políticos banidos do Brasil, com o sequestro do embaixador suíço. Frei Tito, com uma fala e um olhar ansiosos, relatou as torturas sofridas nas prisões. Neste depoimento Tito narra sobre sua tentativa de suicídio quando estava na prisão, depois de horas seguidas de tortura[10].

[10] Frei Tito, em seu depoimento, relata sua tentativa de suicídio como um ato de denúncia: "Cortando as veias do meu braço, em uma tentativa de pôr o fim a tortura e poder fazer assim, uma denúncia verdadeira de que o Brasil não é mais o país somente do samba, do futebol, do Pelé, mas é também um grande campeão da tortura".



No entanto, como anuncia a historiadora Maria Aparecida de Aquino, no documentário *Ato de fé*, frei Tito "morto fala mais do que vivo", "Tito é um cadáver que incomoda". O suicídio de um religioso incomoda e denuncia mais que os relatos de sua tortura. Pode-se, portanto, compreender o suicídio de Tito como um ato político.

As produções que trazem a história de frei Tito são documentos audiovisuais que registram relatos, depoimentos e narrativas que não circulam, necessariamente no caráter "oficial" da história. Com os recursos da imagem e do som, realidades de diferentes espaços e tempos são aproximadas de maneira distinta. Fica claro o efeito de memória que esses filmes produzem. Contudo, para efetivar o trabalho de construção da memória de Tito, essas produções precisam ser "acreditadas". Nessa tentativa de encorajar a crença, os filmes lançam mão do uso de documentos como jornais e fotografias, para compor as narrativas fílmicas e criar efeito de prova.

4 O FIXO QUE SE MOVE: AS IMAGENS DE ARQUIVO E A CRENÇA ENCORAJADA

De que maneira podemos assumir como nossas, as lembranças de outros? No *making of* do filme *Batismo de Sangue,* o ator Léo Quintão, que interpreta frei Fernando, conta sobre seu encontro com os freis Betto, Oswaldo, Fernando e Ivo, durante a

produção do longa: "a partir daquele momento ali, você resgata uma memória que não é sua, mas chega num ponto que ela passa a ser sua."[11] Como vimos anteriormente, as produções audiovisuais são mecanismos diferenciados para a construção de memórias por serem carregadas de recursos capazes de suspender o tempo e nos aproximar de realidades que nunca foram nossas. Entretanto, para nos identificarmos com algo, para inscrevermos uma memória que não é nossa em nós, precisamos em primeira instância, acreditar nesse algo, acreditar no discurso sobre essa memória.

A "coisa em si" é irrepresentável. O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990) considera impossível uma reconstrução essencialmente idêntica das experiências vividas: "(...) atenho-me aqui às palavras que ouvi ou li, sinais reproduzidos através do tempo, que são tudo o que me chega desse passado. É o mesmo com os fatos históricos que conhecemos" (HALBWACHS, 1990, p.37)

> Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte foi o teatro de um certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Eles ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando eu os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros, que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas que é a única fonte daquilo que eu quero repetir. Muitas vezes não os conheço melhor, nem de outro modo, do que os acontecimentos antigos que ocorreram antes do meu nascimento. Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha (HALBWACHS, 1990, p.36)

É impossível reconstruirmos e representarmos fielmente o passado e as experiências vividas. Contudo, o cinema é capaz de resgatar e inscrever histórias e memórias, que encontram visibilidade por meio da visualidade (JÚNIOR, 2009). "O cinema não é apenas uma forma de expressão, mas também um meio de representação" (BARROS apud JÚNIOR, 2008, p. 1), um meio capaz de formar e renovar memórias (SANTOS, apud RABELO; MAHFUD, 2013, p.2)

A imagem e o som são capazes de alcançar de maneira singular a sociedade e é justamente essa capacidade diferenciada de evocar o passado, as narrativas, as histórias e de suspender o tempo que configuram a potencialidade memorialística do audiovisual. Cada vez mais percebemos a importância crescente dos documentos audiovisuais como

[11] É possível assistir o depoimento de Léo Quintão no *making off* do filme *Batismo de Sangue*, 2007, através do link: *https://www.youtube.com/watch?v=ufh3fV7OY-k&t=77s*

parte da memória do mundo (EDMONDSON, 1998), por ser um gênero documental que registra, resgata e informa de maneira completamente distinta o real.

4.1 Os documentos audiovisuais, as imagens de arquivo e a crença

O glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CONARQ, 2014) define como documento audiovisual um "gênero documental integrado por documentos que contém imagens, com finalidade de criar a impressão de movimento, associadas ou não a registros sonoros"(CONARQ, 2014, p.8-9). Ainda que a definição desse gênero documental seja abarcada em um glossário organizado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), vemos dentro do campo arquivístico que os documentos audiovisuais muitas vezes ainda são descritos em termos do que não são, ou seja, definições como "não texto" ou "não livro" (EDMONSON, 1998) envolvem a concepção desse gênero documental. Devido à sua linguagem e seu suporte, que se diferenciam dos documentos textuais, necessitando de processamento técnico específico para análise e representação de sua informação (VIEIRA, 2016), os documentos audiovisuais levaram a ser pensados como "documentos especiais".

A partir da abordagem dos documentos audiovisuais como "materiais especiais", a Arquivologia pouco debateu e refletiu sobre esses documentos. Por vezes eles não foram contemplados e tratados como documentos de arquivo, deixando de lado a "forma, o objetivo e, principalmente, o contexto de sua criação" (SIQUEIRA, 2016, p. 38) , isto é, as relações com outros documentos "produzidos e/ou acumulados pela mesma entidade, pública ou privada, individual ou coletiva, no transcurso de suas funções e atividades" (SIQUEIRA, 2016, p. 38) não foram levadas em consideração. Diante da escassa reflexão arquivística a respeito dos documentos audiovisuais, encontramos estudos de outras áreas interessadas em entender como o audiovisual é mediador quando pensamos nas questões relativas à memória (BIZELLO, 2012).

"O documento é um produto social, carregado de intenções, elaborado para a consecução de algum objetivo ou para o registro de um ato, ação ou desejo" (SIQUEIRA, 2016, p.37). A intencionalidade nos documentos audiovisuais "torna-se mais evidente, embora encoberta pelo fascínio da comunicação sensitiva que a imagem e o som possibilitam" (SIQUEIRA, 2016, p.37). Os filmes aqui trabalhados são documentos

audiovisuais e, portanto, são a um só tempo produto e produção social (LEME, 2013); carregam narrativas, testemunhos, discursos, transmitem significados e valores e querem ser acreditados. É preciso tratar os documentos audiovisuais em termos do que são e do que podem vir a ser, destacando a capacidade desse gênero documental na constituição das memórias individuais e de grupos que se entrelaçam (BIZELLO, 2013).

Apoiando-nos na intencionalidade e nas propriedades dos documentos audiovisuais, podemos visitar o estudo acerca dos documentários, do crítico e teórico do cinema Bill Nichols (2005), e explorar a questão da crença encorajada nas produções fílmicas aqui estudadas.

> Os documentários dão-nos a capacidade de ver questões oportunas que necessitam de atenção. Vemos visões (fílmicas) do mundo. Essas visões colocam diante de nós questões sociais e atualidades, problemas recorrentes e soluções possíveis. O vínculo entre o documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social (NICHOLS, 2005, p. 27)

As produções audiovisuais que abordam a história de Tito nos colocam diante de uma memória traumática, de problemas e questões sociais recorrentes e denunciam as atrocidades da ditadura civil-militar. Vemos o esforço dos frades dominicanos em apresentar a sua versão sobre as mortes de Carlos Marighella e frei Tito, buscando acrescentar uma nova dimensão à memória popular e à história social.

Nessas produções, as imagens de arquivo assumem grande importância no trabalho de vincular experiências que não são nossas a nós, pois estabelecem uma relação de crença entre o evento narrado e o interlocutor. O uso de imagens de arquivo são elementos recorrentes na linguagem audiovisual. Além de ocuparem e sustentarem uma função na estética das produções audiovisuais e carregarem um valor documental por serem reconhecidas como um "recorte sobre o real" (PENKALA, 2012, p. 116), elas funcionam como ilustração e prova material dos fatos narrados.

> Tradicionalmente, as imagens de arquivo são recebidas com crença e confiança. Não porque não possam ser adulteradas, mas porque, por um lado, são usadas desde sempre na história do registro documental através das imagens em movimento - dentro de um contexto que teve início com a fotografia - como "demonstração" e, por outro lado, pela própria natureza de seu registro e contexto de produção. As imagens de arquivo são a prova física da ligação material entre o interlocutor que nos informa sobre e os fatos em sua ocorrência única (PENKALA, 2012, p. 92)

O historiador Fernando Seliprandy Fernandes (2000) em *O monumental e o íntimo: dimensões da memória da resistência no documentário brasileiro recente,* analisa visões e sentidos distintos da memória do passado recente a partir de dois documentários que abordam a resistência à ditadura. Sobre o filme *Hércules 56*[12] , o autor chama atenção para o que ele denomina como montagem paralela. Os depoimentos dos ex-militantes, com o desenrolar do documentário, são editados de tal forma a se complementar. A partir das entrevistas, a edição trabalha em busca de uma reconstituição do "desenrolar sincrônico dos eventos" (FERNANDES, 2013, p. 56). As narrativas se complementam e o discurso se torna coeso.

Fernandes (2000) também cita o conceito de *documentário cabo*, definido por Fernão Ramos. Segundo Ramos (2008), documentário cabo é composto por asserções estabelecidas por vozes múltiplas, mas que não exclui a unicidade da asserção veiculada pelo documentário (FERNANDES, 2013, p.60). Nos documentários há uma tendência contemporânea em apresentar diferentes vozes que compõem uma narrativa linear e coerente. Uma das características predominantes dessa tendência é o uso das imagens de arquivo. A edição dos filmes, para reforçar a coesão dos depoimentos, lança mão das imagens de documentos de arquivo, que contribuem para a chamada montagem paralela, definida por Fernandes e citada acima.

O documentário *Ato de fé*, já antes mencionado neste trabalho, pode ser caracterizado como um *documentário cabo*. Ele conta com os depoimentos individuais dos freis dominicanos, do advogado de defesa dos frades, de jornalistas e outros ex-militantes da esquerda — vozes múltiplas —, desenvolvendo uma rememoração coletiva. O documentário cria uma linha discursiva na qual o uso das imagens de arquivo é fundamental para dar forma à rememoração, promovendo a unicidade da asserção veiculada pelo filme. As imagens costuram as narrativas, dão ritmo aos testemunhos. Por meio da exibição de jornais, filmagens e fotografias, os depoimentos são contextualizados, justificados. A crença é encorajada já que as imagens atuam como evidências dos testemunhos.

[12] *Hércules 56* aborda a rememoração coletiva das lideranças do sequestro do embaixador americano no Brasil, Charles Elbrick, através de depoimentos individuais dos presos políticos libertados em troca do diplomata.

O documentário, dentre as produções estudadas, é o que mais mobiliza imagens de documentos de arquivo que transitam entre os gêneros textual, audiovisual e iconográfico. Produzidos no passado e fixados em um suporte, os documentos são recortados e deslocados do contexto em que foram criados sendo realocados em outros contextos, ganhando novos sentidos e novos valores atribuídos pelos testemunhos. O deslocamento desses documentos carrega a intenção de dar um novo significado as narrativas antes sobrepostas a eles. "Esse deslocamento não nega aquilo que o documento tem de verdade, mas possibilita que outras verdades sejam depositadas sobre ele" (PENKALA, 2013, p. 118).

Como exemplo desse deslocamento, podemos analisar de que maneira a morte do líder comunista Carlos Marighella e os eventos que orbitaram esse acontecimento, são retratados no filme *Ato de fé*. Através da construção de uma narrativa fílmica, identificamos no documentário a intenção de apresentar a versão dos dominicanos sobre o envolvimento dos freis na morte do dirigente comunista. No momento em que os depoimentos se encontram para rememorar a morte de Marighella, a edição do documentário insere filmagens produzidas pela Tv Tupi, que registraram o corpo do guerrilheiro morto.

No contexto original de produção, essas imagens foram classificadas como referentes à morte de Marighella em combate com a polícia de São Paulo[13]. No filme, essas filmagens são realocadas em um novo contexto, ganhando novas verdades. Elas ilustram a versão dos freis sobre a morte de Marighella, confrontando o discurso oficial divulgado pela imprensa. Os dominicanos denunciam um cerco policial armado para Marighella, ressignificando assim, as imagens de arquivo, já que ganham novos sentidos e outras narrativas são sobrepostas a essas imagens.

O documentário também é atravessado por um significativo uso de recortes de jornais que retratavam a maneira que a imprensa divulgava a relação dos freis com a morte de Carlos Marighella. Ivo Lesbaupin, um dos frades capturados pelo delegado Fleury e torturado no intuito de entregar Marighella, denuncia: "A mídia jogou contra os dominicanos". Logo após a sua fala, imagens de diferentes jornais são inseridas, exibindo

jornal da tarde
O ESTADO DE S. PAULO
COMO MARIGHELA FOI TRAÍDO PELO TERROR

[13] A descrição pode ser acessada através do link: *http://www.bcc.org.br/tupi/detalhe/50123*

as seguintes notícias: "Como Marighella foi traído pelo terror"; "E os frades o traíram. Foi assim"; "Os dominicanos levaram Marighella à morte"; "Marighella encontra seus amigos frades. E depois cai morto" e "O padre fala, é a sentença de morte de Marighella".

OS PADRES COMANDAM
O TERROR
QUE MATOU MARIGHELA?

E OS FRADES O TRAÍRAM. FOI ASSIM.

Sua vida: quase
50 anos
só de comunismo

Enquanto as imagens dos jornais são apresentadas, a voz de Roberto Romano, ex-frade dominicano, fica ao fundo. O depoimento de Romano evidencia como os jornais *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde* e a *Folha da Tarde*, construíram e difundiram a ideia de frades traidores e covardes. Mais uma vez os documentos são recortados do seu contexto de produção e realocados em um novo cenário de modo a comprovar o discurso dos dominicanos. As imagens de arquivo são usadas como aporte documental para ilustrar, provar e denunciar os ataques sofridos pelos freis, compondo assim, a narrativa dos frades dominicanos sobre a morte de Carlos Marighella.

É preciso levar em conta que "o passado é um fluxo permanente e que se transforma a cada presente"(MACHADO; BLANK, 2015, p.73). A constituição dessas imagens, desses documentos, é ressignificada a partir do momento em que o passado ali registrado, se transforma a partir de condições no presente. Novos olhares sobre o que se passou emergem diante de novas leituras, novas narrativas. Em resumo, a reinterpretação das imagens dos documentos de arquivo inseridas nos documentários — em destaque no documentário *Ato de fé* — leva-nos a refletir sobre os documentos e os arquivos como produtos sociais, que carregam intenções e significados. Leva-nos também a entender o contexto da constituição desses documentos, questionando sua qualidade de prova. Não podemos encará-los como "espelhos do real". "A 'verdade' de um documento é a 'verdade' de seu autor, não necessariamente a verdade factual ou a verdade histórica" (SIQUEIRA, 2016, p. 40).

A socióloga Maria Luiza Rodrigues Souza, apoiada em uma perspectiva de que os arquivos partem de uma seleção prévia e organizam-se a partir de opções que se ligam a

esquema políticos-narrativos (SOUZA, 2009), elabora o conceito de *filme-arquivo*. O conceito parte de uma associação entre filmes, que tem como tema o passado ditatorial, e o processo político de elaboração dos arquivos. Segundo a autora, ambos organizam e contém itens do passado voltados para o presente e podendo pôr em questão a chegada do futuro. Entendemos que o conceito de *filme-arquivo* elaborado pela socióloga, apoia-se simbolicamente, e não empiricamente, na ideia e no conceito de arquivo. Como já mencionado, entendemos tanto o arquivo quanto os filmes, como produtos e produção social; ambos são instrumentos capazes de formar e renovar memórias, sendo travessias para vozes que não encontraram espaço para fala.

Para Souza, no contexto em que os arquivos não cobrem os eventos traumáticos do período ditatorial de 1964 a 1985 e, diante de uma possível dificuldade na "elaboração pública" sobre a ditadura, os *filme-arquivos* "funcionam como tipos especiais de arquivos suplementares aos arquivos político-institucionais cuja abertura foi e ainda é objeto de debate, polêmica e disputa no período pós-ditatorial" (SOUZA, 2009). Se considerarmos o caráter simbólico do arquivo, como faz a autora, podemos entender as produções audiovisuais que abordam a história de Tito, como suplementos do esquecimento oficial prolongado pelo sigilo do Estado sobre a repressão. Os filmes transpassam o silêncio e o esquecimento do Estado, funcionando como vínculos entre o passado e o presente.

Apenas em 2012 o governo brasileiro debruçou-se sobre o passado arbitrário apoiando-se na elaboração de uma Comissão Nacional da Verdade, como forma de dar início ao processo de efetivação da verdade histórica e do direito à memória. A 121° audiência pública da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva do Estado de São Paulo, realizada em abril de 2014, foi inteiramente dedicada ao caso de frei Tito[14], que integra o dossiê de torturados, mortos e desaparecidos políticos da Comissão Nacional da Verdade, estampando a intenção memorialística acerca da história de Tito.

Na audiência, dois vídeos foram apresentados em memória do frei: o único registro em imagem e som de Tito, no qual ele relata as torturas que sofrera gravado em 1971, no Chile e um recorte do filme *Batismo de Sangue*, que retrata seu suicídio. Essas produções tratam dos eventos que mais são visitados quando falamos sobre frei Tito: suas torturas e seu suicídio. As apresentações desses trechos nesse trabalho de

[14] 121° Audiência Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, dedicada ao caso de Frei Tito está disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=HMyQmHmFSCg&t=9s

formalização e construção da memória de Tito, exemplificam o papel diferenciado das produções audiovisuais no processo de elaboração de memórias. Os filmes representam o ausente, tornando-o presente. Os trechos recortados dos filmes aproximam os interlocutores com realidades que nunca foram suas. Destacamos a função que os filmes como documentos audiovisuais detém em agregar a política estatal de reparação, proporcionando um processo de reflexão e aprendizado.

5 CONCLUSÕES

Através da seleção de produções audiovisuais que abordam a história de frei Tito, buscamos aqui, entender como essas produções atuam no trabalho de construção da memória do frade. Identificamos o papel dos freis dominicanos que acompanharam o sofrimento de Tito, ainda que de forma paralela, como os principais atores envolvidos no processo de elaboração da memória de frei Tito.

Vimos como os traumas e o suicídio do frade são ressignificados nessas produções. O suicídio de Tito não é encarado como um ato contra a vida, mas um "grito de denúncia", como anuncia frei Betto, no documentário *Frei Tito,* dirigido por Marlene França. A história de Tito é apropriada. Falar sobre frei Tito é ficar diante de uma memória indireta, repleta de testemunhos que buscam inscrever a resistência às torturas e o seu suicídio como atos políticos. Entendemos a potência e a forma que o gênero audiovisual endereça, possibilita e sustenta o trabalho de elaboração do passado e da memória, de maneira distinta daquelas que o fazem outros gêneros documentais. Sendo assim, encaramos as produções aqui trabalhadas como documentos memorialísticos, já que são produto e produção social, permitindo a emergência de diversos olhares sobre o passado, se inscrevendo na história de luta e resistência contra a ditadura civil-militar, confrontando outras memórias.

Durante a preparação de nossa pesquisa, encontramos pouca reflexão dentro do campo arquivístico sobre o gênero documental audiovisual. A especialidade do suporte, da preservação e da linguagem, foram aspectos que levaram a Arquivologia por tantas vezes, a não considerá-los como documentos de arquivo. No entanto, destacamos que os documentos audiovisuais, assim como outros documentos de arquivo de outros gêneros, são produtos sociais e carregam valores, sentidos, significados e intenções; e, além disso,

carregam relações com outros documentos produzidos e/ou acumulados pela mesma entidade, pública ou privada, individual ou coletiva, no transcurso de suas funções e atividades. Buscamos então, destacar a importância do gênero audiovisual na constituição das memórias individuais e de grupos que se entrelaçam.

Refletimos sobre o uso de imagens de documentos de arquivo nas produções audiovisuais aqui tratadas. As imagens são inseridas nos filmes com o intuito de ambientar o interlocutor e encorajar sua credibilidade. Sendo assim, o uso de recortes de jornais, fotografias e filmagens, funcionam como recursos imagéticos e como aparato documental para a "costura" das narrativas apresentadas nos documentários. Em resumo, as produções que abordam a história de Tito querem ser acreditadas e as imagens de arquivo atuam nesse aporte de credibilidade. Pensar em frei Tito através da filmografia produzida a partir de sua história é ficar diante de narrativas que contemplam todo o sofrimento do frei dominicano, passando pela sua personalidade sensível, pela sua luta contra a repressão, pelas torturas que sofreu, até chegar à sua morte. Apropriam-se de sua história para a construção de um mártir, de um símbolo da luta pelos direitos humanos, projetando através de Tito esquecimentos e lembranças.

FILMOGRAPHY ABOUT FRIAR TITO: THE AUDIVISUAL AS MEMORIALISTIC DOCUMENTS

ABSTRACT

We seek to understand how the audiovisual productions that visit the story of the Dominican Friar Tito, who was tortured during the civil-military dictatorship, exiled and killed by suicide, resignify his death through inherent resources of image and sound, and that act in the process of elaborating the memory of the friar. We use the bibliographical and documentary research to analyze national and international literature on the topics in focus, as well as the films about Friar Tito. We understand that these productions are memorialistic documents that bring narratives not contemplated in the "official" character of the story. We identified, in these productions, the resignification of archival documents; new truths are placed on existing narratives, contributing to the emergence of new perspectives and testimonies under and over the past.

Keywords: Friar Tito de Alencar Lima. Brazilian Civil-military dictatorship. Audiovisual documents. Audiovisual productions.

REFERÊNCIAS

EDMONDSON, Ray. **Uma Filosofia de Arquivos Audiovisuais.** Preparada por Ray Edmondson e membros do AVAPIN [para o] Programa Geral de Informação e UNISIST. UNESCO, v. 60, Paris, 1998.

BERGER, C., CHAVES, J. C. A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira. **Revista comunicação & educação**, Ano XVI, n°3, set/dez 2009.

BIZELLO, Maria Leandra. Documentação imagética e memória. In: POMIM, Marta Lígia (Org.) **Estudos avançados em Arquivologia.** São Paulo: Oficina Cultura Acadêmica, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva.** Editora: Revista dos Tribunais. São Paulo, 1990.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros. **Glossário.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctdais/glossario_ctdais.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.

JELIN, Elizabeth. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias? In: Elizabeth Jelin. **Los trabajos de la memoria.** Siglo Veintiuno Editores, Espanha, 2001.

JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Santiago. Sobre o conceito de representação: etnicidade e análise histórica das imagens cinematográficas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Ouro Preto. **Anais**... Ouro Preto: Edufop, 2009.

KUNDERA, Milan. **A festa da insignificância.** Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2014.

LEME, Caroline Gomes. **Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

MACHADO, P.; BLANK, T. A outra vida das imagens: elaborando memórias de um Brasil invisível. **DEVIRES**, v.12, n. 2, jul./dez. 2015.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2005.

PENKALA, Ana Paula. A imagem-objeto e a memória: uma reflexão sobre a linguagem a partir das imagens de arquivo em documentários. **Revista Digital de Cinema Documentário**, n° 13, dez/2012. São Paulo: Universidade da Beira Interior, Universidade Estadual de Campinas.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RABELO, E. A.; MAHFOUD, M. Os mortos na memória dos vivos: inter-relações entre memória, tradição e sociedade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2013, Natal-RN. **Anais**... Natal: 2013.

RAMOS, Fernão Pessoa. "O que é documentário?" In: RAMOS, Fernão Pessoa et al. **Estudos de cinema 2000**. Socine - Porto Alegre: Sulina, 2001.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Reflexões sobre o fazer e o pensar arquivístico relativos aos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. In: BLANCO, Pablo Sotuyo; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de; VIEIRA, Thiago de Oliveira (orgs.) **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais.** Salvador, EDUFBA, 2016.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. Filme sobre a ditadura como arquivos especiais do trauma: Batismo de sangue (itálico) como filme-arquivo. **Ponto-e-vírgula**, n. 6, 2009.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. Os documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros: Uma análise dos atores e suas produções acadêmicas. In: BLANCO, Pablo Sotuyo; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de; VIEIRA, Thiago de Oliveira. (orgs.) **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais.** Salvador, EDUFBA, 2016.

PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

AMORES perros. Direção: Alejandro González Iñarritu. Roteiro: Guillermo Arriaga, México, 2000, 35 mm (147 min).

ATO de fé. Direção: Alexandre Rampazzo. Roteiro: Alexandre Rampazzo e Tatiana Polastri. Brasil, 2004, 16mm (55 min).

BATISMO de sangue. Direção: Helvécio Ratton. Produção: Helvécio Ratton. Roteiro: Dani Patarra e Helvécio Ratton. Brasil, 2007, 35 mm (110 min).

BRAZIL: a report on torture. Direção: Haskell Wexler e Saul Landau. USA, 1971 (60 min).

FREI Tito. Direção: Marlene França. Roteiro: Marlene França. Brasil, 1983, 35 mm (16 min).

FREI Tito – 14/04/12. 121° Audiência Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva , dedicada ao caso de Frei Tito. (92 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HMyQmHmFSCg&t=9s>.

LINHA Direta – Justiça. Direção de produção: Alexandre Ishikawa. Pograma poduzido e exibido pela Central Globo de Produção, Brasil, 2006.

MAKING off Batismo de Sangue, de H. Ratton – Parte 01. (07 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6k7qZQEDsVQ&t=141s>

MAKING off Batismo de Sangue, de H. Ratton – Parte 02. (07 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ufh3fV7OY-k&t=77s>.

Trabalho recebido em: 02 mar. 2018 **Trabalho aceito em: 07 mar. 2018**

ISSN 2316-7300
informação arquivística

Expediente

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

ISSN 2316-7300

v. 6, n. 2, jul./dez. 2017

www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica

informacaoarquivistica@aaerj.org.br

A revista *Informação Arquivística* é um periódico científico eletrônico, de periodicidade semestral, da AAERJ, que contempla a publicação e a divulgação de trabalhos e pesquisas relacionadas ao campo da Arquivologia e suas relações interdisciplinares, no âmbito nacional e internacional.

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Aluf Alba Vilar Elias

Dra. Lucina Ferreira Matos

Dr. Roberto Lopes dos Santos Junior

Ma. Vanessa de Arruda Jorge

Me. Wagner Ramos Ridolphi

Dr. Welder Antônio Silva

CONSELHO CONSULTIVO

Dr. Adalson de Oliveira Nascimento

Dra. Ana Celeste Indolfo

Dra. Ana Célia Rodrigues

Dra. Angélica Alves da Cunha Marques

Dra. Anna Carla Almeida Mariz

Dr. Armando M. B. Malheiro da Silva

Dra. Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Dr. Carlos Blaya Perez

Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Dr. Daniel Flores

Dra. Eva Cristina Leite da Silva

Dra. Georgete Medleg Rodrigues

Dra. Ivana Denise Parrela

Dr. José Maria Jardim

Dra. Katia Isabelli de B. M. de Souza

Me. Leandro Ribeiro Negreiros

Dra. Lídia Silva de Freitas

Dra. Luciana Quillet Heymann

Dr. Moisés Rockembach

Dra. Natália Bolfarini Tognoli

Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Dra. Rosely Curi Rondinelli

Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Dr. Sérgio Conde de Albite Silva

Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

Dr. Vanderlei Batista dos Santos

Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca

V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ)

http://vreparq.eci.ufmg.br

Evento promovido pelo Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ), entre os dias 07 e 10 de novembro de 2017, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte-MG, tendo como tema "Ensino e Pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos".

COMISSÃO ORGANIZADORA (UFMG)

Prof. Dr. Welder Antônio Silva (Coordenador)

Prof. Dra. Cintia Aparecida Chagas Arreguy (Vice-Coordenadora)

Prof. Dr. Alessandro Ferreira Costa

Prof. Dra. Ivana Denise Parrela

Prof. Me. José Francisco Guelfi Campos

Prof. Me. Marta Eloísa Melgaço Neves

PRÊMIO REPARQ – COMISSÕES JULGADORAS

Prêmio de melhor tese

Titulares:

Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos (Presidente) – Fiocruz/COC

Prof. Dra. Maria Tereza Navarro de Brito Matos – UFBA

Prof. Dra. Luciana Quillet Heymann – CPDOC/FGV

Suplente:

Prof. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo – USP

Prêmio de melhor dissertação

Titulares:

Prof. Dra. Angélica Alves da Cunha Marques (Presidente) – UnB

Prof. Dra. Ana Celeste Indolfo – UNIRIO

Prof. Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca – UFF

Suplente:

Prof. Dra. Ivana Denise Parrela – UFMG

Prêmio de melhor artigo proveniente de Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Arquivologia

Titulares:

Prof. Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (Presidente) – UFF

Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo – UEPB

Prof. Dra. Rosanara Pacheco Urbanetto – UFSM

Suplente:

Prof. Dra Natália Bolfarini Tognoli – UNESP

CAPA

Fotografia da escultura que representa o profeta Ezequiel, do artista mineiro Aleijadinho (1730-1814), localizada no adro do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo-MG.

Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ)
Caixa Postal 50076
CEP 20050-971 – Rio de Janeiro-RJ
aaerj@aaerj.org.br
www.aaerj.org.br

I43 Informação Arquivística: revista da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). v. 1, n. 1 (jul./dez. 2012) - Rio de Janeiro: AAERJ, 2012 –

Semestral
ISSN 2316-7300
Versão eletrônica disponível em:
http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica

1. Arquivologia - Periódicos. 2. Ciência da Informação - Periódicos. I. Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ).

CDD 020